

*Pós - Graduação em
Desenvolvimento Sustentável*

**A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL
DO TERRITÓRIO DOS COCAIS, NO PIAUÍ: ARTICULAÇÕES
INSTITUCIONAIS E EDUCAÇÃO**

Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, novembro de 2010

Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL
DO TERRITÓRIO DOS COCAIS, NO PIAUÍ: ARTICULAÇÕES
INSTITUCIONAIS E EDUCAÇÃO**

Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Cony Faria Cidade - Universidade de Brasília

Brasília-DF, novembro de 2010

Ficha Cartográfica

Urzêda, Rhêmora Ferreira da Silva

A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DOS COCAIS, NO PIAUÍ: ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCAÇÃO

Brasília, 2010.

135 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável
2. Articulações Institucionais
3. Educação

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL INTEGRADO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DOS COCAIS, NO
PIAUÍ: ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCAÇÃO**

Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Educação e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Lúcia Cony Faria Cidade - Universidade de Brasília – GEA e CDS
Orientadora

Marília Luiza Peluso - Universidade de Brasília – GEA
Examinadora Externa

Sérgio Ulisses Silva Jatobá - Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do Distrito Federal – SEDUMA
Examinador Externo

Elimar Pinheiro do Nascimento - CDS
Examinador Suplente

Brasília, 2010

Dedicatória

Aos amores da minha vida. Claiton, meu marido e companheiro. Pela paciência, ajuda e
felicidade.
Dedico, em especial, aos meus filhos queridos Maria Júlia e Miguel.
Aos meus pais, Ajuricaba e Sebastião com amor, pelos ensinamentos de perseverança e
dedicação.
À minha tia Vanda, pela ajuda nos momentos certos.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por permitir que eu esteja aqui a escrever estas linhas, e por me auxiliar na superação de obstáculos que concebia impossível. Em segundo lugar também a Deus, por permitir que minha existência seja cercada de amor, da família e de grandes amigos.

À família que construí com meu marido Claiton, preciso dedicar o meu mais profundo e sincero agradecimento. Mais do que amor, compreensão e paciência, você me deu apoio, imprescindível para enfrentar o desafio. Maria Júlia e Miguel, anjos de nossas vidas, podem ter certeza de que vocês têm uma grande responsabilidade por este momento!

Da família que me concebeu, agradeço em especial à minha mãe, Ajuricaba, por me fazer enxergar que seria capaz de alcançar qualquer objetivo, desde que houvesse dedicação. Agradeço ainda o carinho do meu pai, dos meus irmãos e irmã, da minha tia Vanda: vocês são muito importantes para mim!

Existem pessoas que nem imaginam o bem que estão fazendo ao dizer uma palavra de acalento ou estímulo: especial agradecimento à minha amiga Verônica, que sempre me apoio no desempenho das atividades relativas ao mestrado. Outra pessoa que se mostrou especial no início do percurso foi a Prof^a Mônica Molina, que com certeza, se não fosse sua acolhida, ainda em 2007, este Mestrado não aconteceria. Já em 2008, muito especial também foi a Prof. Elimar Nascimento, que além dos ensinamentos acadêmicos, me incentivou para que participasse da seleção para o Mestrado. Às colegas da linha de pesquisa; e aos servidores do CDS sempre eficientes e colaboradores.

Estendo o agradecimento a todos os representantes da FBB pela oportunidade de conhecimento, mas em especial à Cláudia que considero amiga, e que sempre encontrei simpatia, profissionalismo e colaboração.

Um especial agradecimento à Prof^a Lucia, agora como orientadora e amiga. Agradeço pela paciência, persistência, pelas palavras de incentivo, e pela disposição de ensinar com tanto profissionalismo. Sua segurança e precisão nos ensinamentos foram fundamentais para superar os momentos de desânimo, permitindo que finalizasse mais este desafio.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a construção de condições de desenvolvimento a partir das ações desenvolvidas pela Fundação Banco do Brasil – FBB através do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais no Piauí, especialmente no que se refere às ações educacionais. Tal iniciativa se deu a partir de diagnóstico realizado pela CODEVASF na região, onde foram constatados os menores índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. A partir destes indicadores foi estabelecido, como área de atuação e intervenção da Fundação, um recorte espacial denominado Aglomerado de Municípios Três (AG3), constituído por 13 municípios com características socioeconômicas e ambientais semelhantes. O estudo para esta dissertação evoluiu do estado do Piauí, onde foi contextualizada a influência de políticas que combinam fatores exógenos e endógenos na construção do desenvolvimento, para uma análise mais específica com a caracterização das ações educacionais desenvolvidas pela FBB no Aglomerado. Ficou constatado que o Programa encontra-se ainda em fase de implementação, e se desenvolve de maneira participativa através de parcerias com outras entidades governamentais e não governamentais. Observamos que os níveis de articulação entre os alguns parceiros encontram-se deficientes, na medida em que existem dificuldades de entrosamento principalmente com os prefeitos municipais. A pesquisa constatou ainda, que o projeto BB Educar, desenvolvido pela FBB, se constitui em uma primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS e que, apesar dos resultados positivos, foram detectadas algumas limitações de ordem estrutural, no que diz respeito, por exemplo, à disponibilidade espaços adequados para implementação dos núcleos de alfabetização. Entretanto, existem indicativos de que as ações desenvolvidas pelo projeto poderão fomentar a elevação dos níveis de empoderamento da comunidade e, conseqüentemente, favorecer o processo de desenvolvimento sustentável e integrado na região.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial integrado sustentável; educação; Fundação Banco do Brasil; Piauí.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the construction of development conditions based on the actions taken by the Foundation Banco do Brasil - FBB through the Program of Integrated and Sustainable Territorial Development in Cocais, Piauí, especially when referring to educational actions. This initiative started from a diagnose done by CODEVASF in the region, where the smallest HDI (Human Development Index) of the country were found. From this indicators, it was established, as an area of action and intervention of the foundation, a especial cut called Municipality Agglomeration Three (AG3), formed by 13 municipalities with similar social-economics and enviromental characteristics. The study for this dissertation evolved from the state of Piaui, where the influence of politics that combine exogenous and endogenous factors in the construction of development was contextualized, for a more specific analysis with the characterization of the educational actions developed by the DBB in the alglomeration. It was verified that the program is still is it's implementation fase, and it's developing in a participative manner through partnerships with other governamental and non-governamental entities. It was observed that the levels of the articulation between some partners was deficient, in a way that there are difficulties mainly in the relationship between the town mayors. The research verified that, even though the project BB Educate, developed by the FBB, is part of a first educational experience in the PDTIS field and that even though the results are positive, there is evidence that the actions developed by the project will be able to elevate the levels of empowerment of the community and, consequently, favour the process of integrated and sustainable development in the region.

Key words: integrated and sustainable territorial development; education; Foundation Banco do Brasil; Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cachoeira do Urubu - PI.....	51
Fluxograma 1 – Organização do PDTIS Território dos Cocais.....	60
Fluxograma 2 – Metodologia aplicada ao PDTIS Território dos Cocais.....	65
Fluxograma 3 – Estrutura dos Fóruns locais – PDTIS Território dos Cocais	66
Fluxograma 4 – Estrutura do Comitê Gestor – PDTIS Território dos Cocais	67
Fluxograma 5 – Estrutura do Comitê Estratégico – PDTIS Território dos Cocais.	69
Fotografia 1 – Seminário de Educação de Jovens e Adultos e Desenvolvimento Sustentável do Território dos Cocais.....	8
Fotografia 2 – Reunião Comitê Gestor.....	9
Figura 2 – Divisão do estado do Piauí em Territórios de desenvolvimento e municípios que fazem parte do AG3.	62
Organograma 1 – Estrutura institucional da Fundação Banco do Brasil - FBB.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Questões, recortes territoriais e procedimentos de análise.	12
Quadro 2 – Mudança no Paradigma de Desenvolvimento	16
Quadro 3 – Fases do projeto e da avaliação	32
Quadro 4 – Atores sociais atuantes no PDTIS Território dos Cocais	73
Quadro 5 - Atores sociais entrevistados acerca do PDTIS Território dos Cocais	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de analfabetos no Aglomerado de Municípios Três - PI.54

LISTA DE ABREVIATURAS

- BB** – Banco do Brasil
- CÁRITAS** – Instituto Cáritas Brasileiro
- CDS** – Centro de Desenvolvimento Sustentável
- CEPES** – Centro de Educação Popular Esperantinense
- CITCOCAIS** – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais
- CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONSAD** – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- CPT – PI** – Comissão Pastoral da Terra Regional
- CEPISA** – Centrais Elétricas do Piauí S.A
- FBB** – Fundação Banco do Brasil
- DIDES** – Diretoria de Desenvolvimento Social
- DIGES** – Diretoria de Gestão de Pessoas, Controladoria e Logística
- EDUCA** – Gerência de Educação e Cultura
- EMATER – PI** – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
- FETAG – PI** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
- GECOM** – Gerência de Comunicação e Mobilização Social
- GERAR** – Gerência de Articulação, Parcerias e Tecnologia Social
- GEPIN** – Gerência de Pessoas e Infra-estrutura
- GEFIC** – Gerência de Finanças e Controladoria
- GETEC** – Gerência de Tecnologia da Informação
- GTZ** – Núcleo de Cooperação Técnica Alemã
- INTERPI** – Instituto de Terras do Piauí
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- PLANAP** - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
- PRESI** – Presidência da Fundação Banco do Brasil
- PDTIS** – Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável
- RENDA** – Gerência de Trabalho e Renda
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
- SEPLAN** – Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí
- SECEX** – Secretaria Executiva da Fundação Banco do Brasil
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

SUMÁRIO	v
INTRODUÇÃO	1
ASPECTOS GERAIS.....	1
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	8
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ANALÍTICA	14
1.1 BASES TEÓRICAS.....	14
1.1.1 Em busca do desenvolvimento territorial integrado e sustentável	14
1.1.2 Políticas públicas e potencialidades locais.....	18
1.1.3 Educação e desenvolvimento sustentável	21
1.1.4 Planejamento participativo e desenvolvimento local	25
1.2 ASPECTOS ANALÍTICOS.....	28
1.2.1 Avaliação de programas sociais.....	28
1.2.2 Modelo utilizado na análise.....	34
1.2.3 Fecho do capítulo	38
2. POLÍTICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PIAUÍ	40
2.1 ANTECEDENTES: BREVES REFERÊNCIAS A DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E NO NORDESTE	40
2.2 CONTEXTO SOCIOECONOMICO, AMBIENTAL E EDUCACIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ.....	42
2.2.1 Aspectos socioeconômicos no estado do Piauí	42
2.2.2 Aspectos do quadro natural no estado do Piauí.....	44
2.2.3 Aspectos educacionais no estado do Piauí.....	45
2.3 AÇÕES: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ.....	46
2.3.1 Planejamento e propostas no estado do Piauí	46
2.3.2 Ações efetivadas no estado do Piauí	46
2.4 EFEITOS NO ESTADO DO PIAUÍ.....	47
2.4.1 Aspectos socioeconômicos resultantes no estado do Piauí	47
2.4.2 Aspectos do quadro natural resultantes no estado do Piauí.....	47
2.4.3. Aspectos educacionais resultantes no estado do Piauí.....	47
2.4.4 Síntese do capítulo	48
3. AÇÕES DE TERCEIRA GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS (AG 3): A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS NO PIAUÍ	49
3.1 BREVES REFERÊNCIAS: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TERRITORIAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS	49
3.2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL NO AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3).....	50
3.2.1 Aspectos do quadro natural no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)	50
3.2.2 Aspectos socioeconômicos no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3).....	51

3.2.3. Aspectos educacionais no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)	53
3.3 AÇÕES: A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PLANEJAMENTO PARA O	
AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3)	56
3.3.1 Breves referências institucionais relativas à Fundação Banco do Brasil	56
3.3.1 Planejamento e propostas da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)	
.....	61
3.3.2 Ações efetivadas pela da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)...	74
3.4 EFEITOS EM ANDAMENTO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL NO	
AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3)	77
3.4.1 Aspectos do quadro natural resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI	
(AG 3).....	77
3.4.2 Aspectos socioeconômicos resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI	
(AG 3).....	77
3.4.3. Aspectos educacionais resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG	
3).....	77
3.4.5 Síntese do capítulo	78
4. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PDTIS TERRITÓRIO DOS	
COCAIS	79
4.1 O CONTEXTO DA PESQUISA.....	79
4.2 PESQUISA POR OBSERVAÇÃO DIRETA RELATIVA AO ACOMPANHAMENTO DE	
ATIVIDADES	79
4.2.1 A organização da pesquisa.....	79
4.2.2 As situações pesquisadas.....	80
4.2.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa por observação direta.....	80
4.3 PESQUISA POR ENTREVISTAS COM ATORES SIGNIFICATIVOS	84
4.3.1 A organização da pesquisa.....	84
4.3.2 Descrição e análise dos resultados da pesquisa por entrevistas com atores	
significativos	86
4.4 A ANÁLISE DE PROCESSO: A EXPERIÊNCIA DO PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS	
NO AG 3 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.....	92
4.4.1 Constituição do projeto e correspondência com objetivos.....	93
4.4.1.1 De que e como se constitui o projeto em estudo.....	93
4.4.1.2 O que é de fato entregue aos beneficiários do projeto	95
4.4.1.3 Correspondência entre os objetivos e o que é entregue	96
4.4.1.4 Análise dos resultados preliminares relativos à constituição do projeto .	97
4.4.2 Sistemática de implantação desenvolvida pelo programa	100
4.4.2.1 Cobertura e distribuição dos benefícios	100
4.4.2.2 Alcance para população beneficiária.....	101
4.4.2.3 Acompanhamento dos procedimentos internos	101
4.4.2.4 Análise dos resultados preliminares relativos à implantação do projeto.	
.....	103
4.4.2.5 Síntese do capítulo	104
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	7

APÊNDICE B – Seminário BB Educar	8
APÊNDICE C – Reunião Comitê Gestor	9
APÊNDICE D - QUADRO DE LEVANTAMENTO E RECORTES TERRITORIAIS EM DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	10

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS

O Brasil se constitui em um país com grande potencialidade para geração de riqueza, apesar do quadro de extrema disparidade social e econômica da maioria da população e das conhecidas desigualdades espaciais. Programas governamentais convivem com ações de entidades de interesse público, na busca da promoção do desenvolvimento. Entre as entidades que atuam em direção ao desenvolvimento territorial integrado e sustentável, está a Fundação Banco do Brasil – FBB. Entre suas ações, encontra-se no estado do Piauí o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais – PDTIS, um programa piloto, que poderá se estender a outros territórios. O Programa, iniciado oficialmente em novembro de 2007 encontra-se em processo de implementação. Enfatiza articulações de parcerias que visem à inclusão social e produtiva, à valorização da identidade cultural do território e à construção coletiva de soluções para a melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, são vislumbradas quatro dimensões focadas em geração de trabalho e renda, saúde, educação e identidade cultural local. A pesquisa proposta pretende analisar a construção de condições de desenvolvimento, a partir de ações do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais, da FBB, no Piauí. Particulariza-se no que se refere à articulação institucional e à área educacional. A temática da educação inscreve-se em abordagens mais amplas sobre políticas de desenvolvimento, de interesse no âmbito internacional e, em particular, no Brasil, assunto sumarizado a seguir.

Políticas de desenvolvimento, desigualdades regionais e educação no Brasil

O Brasil tem se destacado no contexto mundial por sua grande potencialidade na geração de riqueza, mas também pela forte tendência histórica na reprodução de pobreza e desigualdades regionais, com uma pequena parte da população desfrutando de elevados níveis de renda e qualidade de vida. Neste contexto de graves desigualdades socioeconômicas, surge ainda o modelo dominante de degradação ambiental, responsável pela diminuição da qualidade de vida nos ambientes urbanos e rurais. Este quadro reflete a dinâmica de desenvolvimento do país e tem sido enfrentado por meio de diferentes tipos de políticas.

Devemos ressaltar que, segundo interpretações recentes, as políticas de desenvolvimento regional no Brasil são marcadas por três gerações (DINIZ; CROCCO, 2006). As de primeira geração ocorreram, para Diniz e Crocco, durante as décadas de 1950 e 1960, e são denominadas *top-down* (de cima para baixo) por suas características exógenas. Mostravam-se focadas nas demandas e na correção de disparidades inter-regionais. As políticas de segunda geração, a partir dos anos 1970, diversamente, são conhecidas como do tipo *bottom-up* (de baixo para cima) por sua ênfase em aspectos endógenos. Para os autores, tendências recentes identificam tentativas de implementação, a partir do final dos anos 1990, de uma terceira geração de políticas, que integraria aspectos exógenos e endógenos do desenvolvimento.

As políticas de primeira geração, caracterizadas como políticas Keynesianas, baseavam-se na necessidade de intervenção do Estado na economia, para geração de emprego e renda. As teorias de desenvolvimento apoiavam-se em análises que constataavam um processo de concentração de investimentos em determinadas regiões, em detrimento de outras. Assim firmou-se o entendimento de que seria necessária forte intervenção do Estado, para superação dos desequilíbrios regionais garantindo o desenvolvimento regional. Entre as medidas propostas para superação das diferenças regionais destacavam-se: investimentos no setor industrial para implementação nas regiões mais atrasadas, atraindo capital externo; investimentos em infra-estrutura e instalação de empresas estatais, onde não se dispunha de iniciativa privada.

Neste contexto, as práticas e valores socioeconômicos se dão através do progresso, com geração de riqueza por meio do regime de acumulação intensiva característica do

modelo designado como “fordismo” (CIDADE, 1999). Nesta fase existe grande acumulação de conhecimento, com expressivos avanços científicos e tecnológicos, favorecendo o crescimento populacional. As ações envolvem políticas desenvolvimentistas com significativa participação do Estado, e promoção do desenvolvimento regional por meio de planos centralizados. Os resultados apesar de ganhos em níveis de desenvolvimento regional tenderam a um aumento da desigualdade relativa. Além de se constituir um regime de grande acumulação de capital, com produção e consumo em larga escala, o período fordista insere grandes transformações nas condições de trabalho, com a ampliação de negociações coletivas, estabelecendo-se novos padrões de relação do homem com a natureza. Com a expansão da agricultura e da produção industrial, foi ampliada a utilização desordenada dos recursos naturais disponíveis, com deterioração da qualidade de vida da população.

Na tentativa de minimizar os efeitos das desigualdades regionais, o governo federal criou órgãos para promoção do desenvolvimento das regiões norte, centro-oeste e nordeste (Sudene). Nesta fase as políticas regionais tinham como finalidade corrigir as disparidades inter-regionais (DINIZ, 2006). Assim, os governos federais e estaduais associados às instituições financeiras internacionais, promoveram ações de desenvolvimento local que acabaram resultando em benefícios e desenvolvimento de outras regiões muitas vezes distantes, aumentando as desigualdades ora combatidas e gerando críticas a esse tipo de política (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008).

Nessa fase, começou a se delinear com maior ênfase o papel da educação na geração de riquezas de um país. O processo de urbanização se mostrou decisivo na dinamização da relação entre educação e desenvolvimento, surgindo a necessidade de maior qualificação da massa trabalhadora para realização de atividades industriais. A educação refletia as disparidades entre as diversas regiões brasileiras, especialmente no que se referia à região Nordeste onde se manifestavam altas taxas de analfabetismo. Com uma aparente perspectiva de “integração nacional” e de minimização das desigualdades regionais surge a SUDENE, que em verdadeira medida, tem suas raízes no conflito entre classes e no processo de expansão capitalista comandada pela burguesia industrial instalada no centro-sul brasileiro (OLIVEIRA, 1981). Observa-se que neste período, apesar da expansão do ensino nos grandes centros urbanos, o processo de qualificação da massa trabalhadora não se deu de forma suficiente. Análises das políticas de caráter endógeno levaram à necessidade de adequações.

As décadas de 1970 e 1980 destacam-se por políticas regionais denominadas de segunda geração, centradas na estrutura *bottom-up* (de baixo para cima), de caráter descentralizado (Estado mínimo), e focado na produtividade endógena das economias regionais e locais. Estas políticas públicas enfatizavam a competitividade com estímulo nos mecanismos facilitadores dos processos de cooperação, valorizando as capacidades locais para combate das desigualdades regionais. Neste mesmo período foram intensificados os debates na América Latina, Estados Unidos e Europa, acerca da gestão do desenvolvimento local. Foram questionados os posicionamentos que retratavam o Estado e as grandes empresas como exclusivos agentes de desenvolvimento econômico, cabendo aos agentes locais somente a gestão da máquina governamental, e a execução de algumas atividades consideradas essenciais (MORAES, 2003).

Esta fase também foi marcada por grandes crises na ordem econômica mundial (inflação, incertezas financeiras, crise do petróleo) com ênfase em mudanças nos processos de produção, estilos de vida, padrões de consumo, e valorização da capacidade local para combate às desigualdades socioeconômicas regionais (DINIZ; CROCCO, 2006). Neste período emergem novos setores produtivos e novos mercados, estendendo-se o modelo de acumulação intensiva para os chamados países periféricos, ou em desenvolvimento (Coréia do Sul, México e Brasil), que para aumentarem a capacidade de competitividade, e se adequarem às exigências das trocas internacionais enfrentam problemas de endividamento e pressões para liberação do comércio exterior (BURSZTYN, 2008). A agricultura mecanizada e o crescimento populacional ocasionaram um aumento do consumo de recursos naturais, causando efeitos ambientais devastadores. Neste cenário continuado de elevada competitividade, algumas áreas se articularam com o sistema geral de acumulação de capital, e tomaram a dianteira no processo de integração do mercado mundial. Outras regiões se mostraram estagnadas e decadentes, traçando contornos de extrema desigualdade socioeconômica. Neste período apesar da ampliação da base produtiva e da intensificação do mercado consumidor interno, as classes populares não qualificadas se tornaram excluídas do processo de desenvolvimento, causando uma intensificação dos níveis de desemprego, elevando os índices de concentração de renda. (BURSZTYN, 2008)

Diante deste quadro, o Estado se mostrou impossibilitado de manter os investimentos efetuados, trazendo problemas de circulação e de integração de mercado. As grandes corporações passaram a efetuar articulações com grupos regionais e locais, sem qualquer interferência do Estado (BECKER, 1992). Surgem assim, políticas regionais de caráter descentralizado, focadas na competitividade e no incremento da capacidade local (endógeno), para combate às desigualdades regionais.

Este fenômeno da industrialização alimentou na população um sentimento de melhores condições de vida, e aumento do número de emprego. Entretanto na visão de Soares (2004), inexistiam políticas públicas voltadas ao bem-estar social da maioria da população, com direcionamento da produção à classe média brasileira, concentração de riqueza pela falta de acesso aos meios de produção, e concepção de que o trabalhador deveria exercer a atividade até a exaustão.

A partir do final da década de 1990, inicia-se a terceira fase da geração de políticas públicas, de caráter endógeno e exógeno, a partir do entendimento de que a competição no contexto do processo de globalização não poderia se mostrar exclusivamente local. Considerando os sistemas regionais de produção no contexto mundial, surgiu uma nova tendência de se aliar políticas regionais e locais. Diniz e Crocco (2006) consideram relevante para a política brasileira de desenvolvimento regional o envolvimento não apenas aspectos endógenos, mas particularmente reforços exógenos como, por exemplo, a melhoria do sistema de ensino.

Esta fase foi marcada por uma intensa discussão acerca da reorientação do Estado, desenvolvimento sustentável, expansão da educação e abertura econômica em relação ao capital externo, principalmente através do governo Collor de Melo (1990-1992). Já no governo Fernando Henrique (1995-2002), levando-se em conta o processo de globalização e as novas exigências do mercado mundial, a educação passou a ser reestruturada como forma de minimizar os efeitos da exclusão socioeconômica. Neste período, efetivou-se o cenário de municipalização do ensino (descentralização) em parceria com organizações não governamentais, e intensificou-se a discussão da interação entre desenvolvimento e educação (SOARES, 2004).

A breve discussão retratou alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento no Brasil, em particular diferentes tipos de políticas públicas que se aplicam à escala regional e, em certa medida, à local. Buscou-se, ainda, identificar alguns aspectos da relação entre desenvolvimento e educação na perspectiva de minimização dos efeitos das desigualdades brasileiras. A partir dessa contextualização geral, a seguir serão ressaltados aspectos gerais relacionados ao Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais - PDTIS, da Fundação Banco do Brasil, no estado do Piauí.

*Breve apresentação do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável
Território dos Cocais - PDTIS*

Em sintonia com tendências recentes, a Fundação Banco do Brasil – FBB iniciou a implantação de um conjunto de ações com a finalidade de promover o desenvolvimento integrado e sustentável, no âmbito de comunidades carentes. No caso em análise, essas ações têm sido identificadas como o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado Sustentável do Território dos Cocais, com atuação no estado do Piauí. Nesse quadro, diversos atores sociais, tendo à frente a FBB, articularam-se com o Estado e a sociedade civil para formulação de ações que contribuam com a promoção do desenvolvimento da área.

De acordo com relatos de integrantes da Fundação Banco do Brasil, em projetos anteriores de desenvolvimento territorial não havia um marco conceitual de atuação, tampouco uma base metodológica consistente. Neste sentido, após reestruturação institucional recente, no âmbito da FBB, as ações do PDTIS -Território dos Cocais no Piauí foram estruturadas a partir de uma nova metodologia, com enfoque setorizado em “geração de trabalho e renda”, “saúde”, “educação” e “identidade cultural local”, como forma de sistematizar e integrar as ações a serem consolidadas no território.

Um dos estudos que subsidiaram o PDTIS foi um diagnóstico formulado pela CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, no período entre novembro de 2004 e março 2005. O referido documento foi elaborado com a finalidade de integrar o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (SEPLAN/CODEVASF, 2006). O Plano visava o crescimento socioeconômico da Bacia do Rio Parnaíba que compreende municípios nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população local. Este diagnóstico se constitui como referência no planejamento e elaboração do PDTIS, com expectativa de futuras intervenções da Fundação Banco do Brasil na área.

Após análise do referido diagnóstico, a Fundação Banco do Brasil decidiu priorizar ações junto ao estado do Piauí por se constituir em região com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Por sua vez, dentro do estado do Piauí foram escolhidos 13 municípios que, segundo nomenclatura utilizada pela CODEVASF (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.07), constituem um subconjunto do Território de Desenvolvimento dos Cocais,

denominado Aglomerado de Municípios Três (AG3).¹ A área, apesar das belezas naturais e da grande diversidade econômica, apresenta altas taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, baixa renda per capita, altas taxas de pobreza da maioria da população, baixa oferta de infra-estrutura, se mostrando em uma região de extrema desigualdade e exclusão socioeconômica. Definiu-se essa como área de atuação do Programa.

As atividades iniciais do PDTIS incluíram sensibilização e mobilização da população e, ainda, reuniões, encontros e seminários, com o objetivo de discutir propostas de desenvolvimento local, contando com a participação de gestores municipais, associações comunitárias e sindicatos. Ao mesmo tempo, houve um processo de mobilização e captação de possíveis parceiros para viabilização dos projetos a serem implementados.

Logo após, passou-se à fase de elaboração de projetos e priorização dos temas de atuação e intervenção, entre os quais se destaca a educação. Entre os projetos priorizados no Aglomerado 3 encontra-se o denominado BB Educar, com atuação na alfabetização de jovens e adultos por se tratar de uma área com alto índice de analfabetismo.

Desta forma, até o presente momento, estão sendo implementadas ações para viabilização do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais. Assim, a Fundação Banco do Brasil, CODEVASF, Banco do Brasil, Sebrae, organizações da sociedade civil (Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES), e Universidade Federal do Piauí, articularam-se com as 13 municipalidades do Estado do Piauí ora priorizadas (AG 3), para valorização e incremento das diversas áreas de atuação (geração de trabalho e renda, saúde, educação e identidade cultural local). Os parceiros esperam que a promoção do desenvolvimento territorial integrado sustentável desta região se dê, na medida em que existe uma convergência de esforços entre os diversos atores sociais envolvidos, na integração e na formulação de ações voltadas principalmente na redução das desigualdades socioeconômicas locais.

A partir dessa aproximação preliminar e com a finalidade de examinar como se dá este processo de implementação das ações em educação, assim como a capacidade de articulação institucional no contexto do PDTIS, formulamos as questões de pesquisa a seguir. A intenção é que cada questão oriente a elaboração de um dos capítulos de análise a serem apresentados após a discussão teórica. Assim, as questões evoluem de um enunciado mais geral, relativo a uma escala mais ampla, cuja exploração representa uma

¹ Barras, Batalha, Campo Largo, Esperantina, Joaquim Pires, Joça Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto, São João do Arraial.

primeira aproximação à temática; para um enunciado menos geral, propiciando uma aproximação progressiva ao assunto; e depois para um enunciado mais específico, relativo a uma escala localizada, cujo tratamento será também mais particularizado. Segue o enunciado das questões.

1 – Qual o papel de políticas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí?

2 – Como as ações da Fundação Banco do Brasil se inserem na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3)?

3 - Como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais no Piauí - PDTIS?

Assim o objetivo geral é analisar a construção de condições de desenvolvimento a partir de ações do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais, da FBB, no Piauí. O estudo tem como objetivo específico analisar ações da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), no que se refere à área educacional.

A hipótese de trabalho é que as ações da Fundação Banco do Brasil no âmbito do PDTIS Território dos Cocais, em educação, embora caracterizadas por potencialidades institucionais e financeiras, encontram limitações operacionais relativas à constituição de um planejamento integrado na área em estudo. De modo a apoiar a exploração das questões de pesquisa apresentam-se aspectos metodológicos, que incluem referências gerais e procedimentos adotados, descritos brevemente a seguir.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Comentários gerais

A pesquisa se mostra como “... procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p.15). Desta forma, o caráter prático e a qualidade metodológica se mostram extremamente importantes, para o adequado desenvolvimento da pesquisa científica. Em sentido amplo, método

poderá ser considerado como um conjunto de procedimentos, que constitui um “dispositivo para elucidação do real” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.15).

Ressalto que no decorrer do processo investigatório, foram utilizados vários procedimentos de pesquisa em associação para consolidação da pesquisa científica. Na visão de Lakatos e Marconi (1990):

“Nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente.” (LAKATOS; MARCONI, 1990, p.28).

Este trabalho se concretizou através de estudo de caso, que se constitui na “possibilidade de fornecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa, composta de múltiplas variáveis” (ANDRÉ, 2005, p.33). O objetivo foi investigar como se dá o processo de implementação do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais, com uma abordagem essencialmente qualitativa, não excluindo considerações de ordem quantitativa.

Na visão de Rey (2005, p.81), a pesquisa qualitativa “representa um processo permanente, dentro do qual se definem e redefinem constantemente todas as decisões e opções metodológicas no decorrer do próprio processo de pesquisa, o qual enriquece de forma constante a representação teórica sobre o modelo teórico em desenvolvimento”. A pesquisa qualitativa pode ser considerada como uma completa “imersão” do pesquisador no campo científico, considerando os aspectos sociais, construindo de forma gradativa e progressiva os critérios relevantes a serem estudados.

Uma das possibilidades são as amostras não-probabilísticas intencionais, as quais Marconi e Lakatos (1990) definem da seguinte forma:

“ (...) o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos da mesma. (...) O pesquisador não se dirige, portanto, à “massa”, isto é, a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade. Pressupõe que estas pessoas, por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais.” (Marconi; Lakatos, 1990, p.47).

Neste sentido, os dados coletados durante a pesquisa se constituem em partes integrantes e inseparáveis do processo de construção teórica. A partir do momento em que o pesquisador entra no campo para coleta de dados, inicia-se o processo de produção intelectual, com o desenvolvimento do modelo teórico auxiliando na compreensão do problema pesquisado.

Diante destas considerações, a pesquisa partiu de uma breve apresentação sobre o contexto histórico brasileiro, que tem condicionado diferentes tipos de políticas de desenvolvimento regional, para o contexto local na fase atual onde são desenvolvidas ações de desenvolvimento territorial integrado e sustentável, com foco no Território dos Cocais.

Procedimentos para a exploração das questões de pesquisa

A primeira questão de pesquisa tratou do papel de políticas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí. Foi explorada principalmente em pesquisa documental, com ênfase em publicações da CODEVASF. Foi utilizada ainda, pesquisa bibliográfica por meio de publicações (livros, teses, monografias, artigos, publicações avulsas), bem como, consultas a páginas eletrônicas.

A segunda questão de pesquisa refere-se aos aspectos de inserção da Fundação Banco do Brasil na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3). A pesquisa foi iniciada através de pesquisa bibliográfica por meio de publicações em meio eletrônico e documentos institucionais. Em um segundo momento, com a finalidade de esclarecer melhor como se deu o processo de escolha da área, os objetivos da instituição, e identificação dos principais parceiros, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com alguns representantes da Fundação Banco do Brasil.

A terceira questão de pesquisa investiga como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais – PDTIS. Foi respondida inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, e análise de documentação institucional. Para complementação do trabalho foi realizada pesquisa de campo, por meio de observação direta, com o registro de encontros e reuniões; e entrevistas com parceiros envolvidos no programa por meio de amostras não-probabilísticas intencionais.

Nosso olhar se atentou especialmente quanto ao processo de articulação institucional, com ênfase naqueles voltados para os componentes educacionais promovidos no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), no âmbito do PDTIS, que por sua vez podem contribuir com o desenvolvimento territorial integrado e sustentável. Destaca-se ainda uma breve análise relativa a educação e desenvolvimento sustentável, através do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território dos Cocais, em fase de implementação no estado Piauí. Um dos principais desafios desta pesquisa encontrava-se ligado à escolha de um procedimento que possibilitasse uma melhor interpretação da relação entre as ações educacionais desenvolvidas pela FBB em âmbito do PDTIS, e o desenvolvimento sustentável no Território. Para isso foram confrontados o referencial teórico com as informações coletadas, a partir do “olhar” de alguns parceiros do programa, subsidiando a análise em questão.

Pelo próprio caráter de construção em que se inscreve a temática desenvolvimento sustentável, várias dimensões poderiam ser estudadas (aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos). Entretanto, em virtude da grande diversidade de aspectos a serem analisados, procuramos evidenciar os aspectos sociais no que se refere principalmente à educação como forma de inserção socioeconômica. Em resumo, os procedimentos metodológicos visam de maneira geral, explorar e responder às questões de pesquisa, que são sumarizadas no Quadro 1 abaixo:

Questões de Pesquisa	Recortes territoriais	Procedimentos
1. Qual o papel de políticas públicas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí?	Estado do Piauí.	Pesquisa bibliográfica; documentos institucionais.
2. Como a Fundação Banco do Brasil se inserem na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três –PI (AG3)?	Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3).	Pesquisa bibliográfica, documentos institucionais, entrevistas.
3. Como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três –PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais no Piauí-PDTIS?	Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3).	Pesquisa bibliográfica, documentos institucionais, entrevistas, observação direta e análise de processo.

Quadro 1 – Questões, recortes territoriais e procedimentos de análise.
Fonte: Elaboração própria. Agosto 2010.

No Capítulo 1 são desenvolvidas as bases teóricas que servem de referência para análises da pesquisa, retratando aspectos voltados desenvolvimento territorial integrado sustentável; políticas públicas e potencialidades locais; a relação entre educação e desenvolvimento sustentável; planejamento participativo e desenvolvimento local. Trata ainda, nas bases analíticas, de perspectivas de análise sobre avaliação em processo e da versão simplificada a ser aplicada durante o desenvolvimento do trabalho.

O Capítulo 2, que responde a primeira questão de pesquisa, retrata o papel de políticas públicas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí.

No Capítulo 3, que responde a segunda questão de pesquisa, foram abordados aspectos relacionados ao contexto, às ações propostas e à metodologia aplicada ao processo de implementação do PDTIS, enfatizando a atuação da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3).

O Capítulo 4 contempla a terceira questão de pesquisa; nele foram discutidas ações do projeto BB Educar implementadas no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), no âmbito do PDTIS, a partir de observação direta e de entrevistas que buscam delinear a visão de alguns dos parceiros do programa. Além disso, sob a orientação do modelo de análise para avaliação em processo proposto inicialmente neste estudo, foram apresentadas observações acerca do referido projeto. O capítulo a seguir apresenta e discute as bases interpretativas que subsidiam as análises desenvolvidas nesta dissertação.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E ANALÍTICA

1.1 BASES TEÓRICAS

Este capítulo busca bases referenciais para analisar o processo em estudo, abordando os seguintes temas: Em busca do desenvolvimento territorial integrado e sustentável; Políticas públicas e potencialidades locais; Educação e desenvolvimento sustentável; e Planejamento participativo e desenvolvimento local.

1.1.1 Em busca do desenvolvimento territorial integrado e sustentável

A problemática do desenvolvimento poderia ser vista por muitos como uma questão ligada estritamente à forma e aos conflitos gerados em torno da apropriação de recursos naturais, focalizado principalmente no crescimento econômico. Ao longo dos tempos, o processo de desenvolvimento humano, se deu às custas da extração de recursos naturais provocando o que muitos consideram como danos irreparáveis à natureza.

A crença na infinitude dos recursos naturais, e na engenhosidade das inovações tecnológicas, criou um ambiente que respaldou e incentivou uma economia com vistas a uma melhor qualidade de vida e prosperidade. Neste sentido, as atividades humanas exerceram fortes e constantes pressões sobre a natureza, em decorrência do crescimento do consumo, do modelo tecnológico aplicado, e do processo dominante de acumulação capitalista baseado na lucratividade em curto prazo. Assim, o período que antecede a década de 1970 (fordismo), foi marcado por intensa industrialização do país, com grande exploração dos recursos naturais, estímulo ao consumo exacerbado, e lucro em grande escala por parte das empresas.

Na visão de alguns autores, a sociedade atual marcada por diversas crises de legitimidade de paradigmas, especialmente o desenvolvimento capitalista de conteúdo essencialmente econômico e de inspiração liberal, percebe a necessidade de uma profunda reformulação em suas estruturas, objetivos e ideologia (NEGÓCIO; CASTILHO, 2008). Os contínuos problemas de ordem global exigem uma reestruturação do atual modelo de

desenvolvimento, almejando sustentabilidade na medida em que valorize os aspectos sócio-culturais, político-institucionais, ambientais, além dos aspectos econômicos.

Durante a Conferência de Estocolmo (1972) surgiu a preocupação com uma alternativa ao rápido crescimento econômico, e consumismo exacerbado de uma minoria abastada. Deveria emergir “uma alternativa média entre o economicismo arrogante e o fundamentalismo ecológico” (SACHS, 2002, p.52). Nessa perspectiva, o crescimento econômico não deve ser rejeitado, até mesmo por razões de ordem social, devendo se desenvolver por métodos favoráveis ao meio ambiente.

Na visão de Sachs (2002, p.53), “o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento.” O que se pretende na atualidade é viabilizar e potencializar alternativas para o capitalismo, com uma organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS, 2002). Compatibilizar meio ambiente ecologicamente equilibrado e desenvolvimento significa considerar aspectos de ordem sociocultural, política, econômica e ecológica em um contínuo processo de planejamento atendendo às exigências de ambos. Moraes (2003, p.197) enfoca que os principais parâmetros do desenvolvimento sustentável estão no “planejamento ascendente, participação e autonomia da população local e perspectivas de mercado, tendo como meta final a melhoria das condições de vida dessa população.”

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento demanda novas atitudes, concepções e percepções, no campo da economia e das relações sociais. Neste sentido, novas tecnologias podem contribuir no sentido, por exemplo, de estimular o regramento no uso de energia e dos recursos naturais. Ao mesmo tempo no processo produtivo, o conhecimento agrega valor aos produtos, assim como a qualidade da educação e dos recursos humanos, tornando-os mais atraentes no mercado competitivo, contribuindo para a redução de impactos sobre os ecossistemas. Neste sentido, Buarque (2002, p.18) apresenta algumas diferenças entre o antigo sistema econômico (fordismo), e “um novo paradigma emergente”. O Quadro 2 mostra como se deram mudanças no paradigma de desenvolvimento no decorrer do tempo.

FORDISMO	NOVO PARADIGMA
Crescimento econômico extensivo com aumento do consumo de massas	Crescimento econômico seletivo com diversificação do consumo
Economia de escala (padronização e produção em grandes quantidades)	Flexibilização da produção e ganhos na qualidade e diversidade de produtos (economia de escopo)
Competitividade baseada em abundância de recursos naturais, baixo custo da mão de obra, e limitado controle ambiental (impactos ambientais externalizados)	Competitividade baseada em tecnologia, conhecimento, informação e recursos humanos qualificados e no controle e qualidade ambiental.
Estado de Bem Estar e interventor com gerência burocrática e crescente participação no PIB e no investimento social	Novas institucionalidades, reorientação do papel do Estado para a regulação e administração por resultados (Terceiro Setor)
Aumento da produtividade, dos salários (participação na renda nacional) e do emprego.	Aumento da produtividade e da qualidade com mudança das relações de trabalho e redução do emprego formal e do trabalho no valor de produto
Dinamização da base industrial e do consumo de bens industrializados de massa	Crescimento de novos segmentos e setores, especialmente terciário, serviços públicos e quaternários (serviços ambientais)

Quadro 2 – Mudança no Paradigma de Desenvolvimento

Fonte: Buarque, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. p. 18, 2002.

Indiscutivelmente os conceitos e concepções de desenvolvimento têm evoluído no sentido de se adaptar aos novos tempos. O mundo está mudando no sentido de se adaptar às novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais, estimulando o surgimento de iniciativas que permitam o crescimento econômico, com a redução dos impactos ambientais. O meio ambiente se constitui um grande exemplo desta mudança de percepção, na medida em que está se tornando um negócio na economia mundial, sendo denominado de “serviços ambientais”. Serviços como: abastecimento de água, formação de solos e cotas de carbono, são negócios amplamente aceitos pela comunidade internacional, e passaram a contribuir para o equilíbrio de diferentes ecossistemas e para a economia mundial. Nas palavras de Buarque (2002, p.19), “a revolução tecnológica e organizacional provoca, ao mesmo tempo, fortes mudanças nos padrões de competitividade entre nações e regiões e nas relações entre a economia e a natureza.”

Existem diversas incertezas em relação ao futuro da humanidade, caso persistam os atuais padrões de consumo e produção, e se continue considerando o meio ambiente como mera fonte de matéria-prima sem preocupações com relação a uma provável escassez. É necessário incentivar uma consciência ambiental coletiva através da educação ambiental, com a participação de toda a sociedade e do poder público. Uma imposição externa às comunidades sem atitudes educacionais “ainda que sua intenção seja de proteção ambiental, mas que ignore as vicissitudes desses grupos humanos e desrespeite suas

idiosincrasias – pode levá-los a rejeitar aquilo que considerem intervenção indevida em sua cultura” (GALLI, 2008, p.178). Neste sentido, não basta avanços na legislação ambiental vigente, são necessários investimentos em educação ambiental em todos os níveis da sociedade, para construção de uma consciência ambiental consistente. A partir daí será iniciado um processo de desenvolvimento sustentável, no sentido de progressivo no tempo, ou seja, com a proteção dos recursos ambientais indispensáveis para o processo econômico.

A partir das idéias colocadas daremos enfoque ao conceito de desenvolvimento territorial integrado e sustentável, utilizando como referencial a definição aplicada no Estudo 1 - Bases conceituais e teóricas do desenvolvimento territorial integrado sustentável, realizado pelo CDS/UNB. Iniciamos pelo conceito de território que, complementando a visão de um espaço sob o controle de um grupo ou nação, se constitui em “uma construção social, produto de um conjunto de relações entre atores – sociais, político-institucionais, econômicos – individuais e coletivos, que ao longo do tempo e a partir de suas identidades interagem entre si e com o seu ambiente material” (BURSZTYN *et al.*, 2008, p.82). Nesta definição o território se mostra como uma organização social articulada, que se estabelece em uma base natural (recursos naturais, ecossistemas e biomas), para o desenvolvimento de um processo produtivo. Já o termo integrado se refere a uma abordagem de articulação das diversas dimensões do desenvolvimento, qual seja, sócio-cultural, econômica, político-institucional e ambiental. A sustentabilidade se refere ao desenvolvimento que utiliza a oferta ambiental, com a manutenção dos processos ecológicos melhorando as condições de vida da população. Desta forma, o desenvolvimento territorial possui várias dimensões, abordadas de forma integradora, para alcance da sustentabilidade. Senão vejamos:

Dimensão econômica: ações articuladas entre os setores produtivos e o mercado, visando a promoção do dinamismo econômico e a inclusão social sem implicar na degradação dos recursos naturais. Na perspectiva de sustentabilidade, há “a alocação e distribuição eficiente do capital financeiro, do capital natural e do capital social.” (BURSZTYN *et al.*, 2008, p.83).

Dimensão sócio-cultural: valorização e estímulo das identidades culturais, e das capacidades e vocações locais, como forma de fortalecimento, inclusão e participação dos atores sociais locais.

Dimensão político-institucional: ações de fortalecimento e articulação entre as instituições, para criação de condições apropriadas para o desenvolvimento das dimensões produtivas, sociais e ambientais.

Dimensão ambiental: identificação e implementação de atividades econômicas, sociais e político-institucionais, em conformidade com formas sustentáveis de apropriação dos recursos naturais.

Após breve apresentação acerca da problemática e das dimensões relacionadas ao desenvolvimento, passamos a discorrer acerca da importância de políticas públicas como parte integrante da sustentabilidade regional.

1.1.2 Políticas públicas e potencialidades locais

As políticas públicas repercutem na ordem econômica e nas relações entre Estado e sociedade. O que o governo faz ou deixa de fazer poderá refletir-se na vida de cada cidadão. Neste sentido, Souza (2006, p.25) enfatiza a necessidade de se valorizar a “essência” da política pública, qual sejam os aspectos conflituosos das decisões e “os embates em torno de idéias e interesses”, e não somente definir política pública como decisões governamentais que buscam solucionar problemas de uma sociedade. A mesma autora conceitua política pública como um ramo do conhecimento que necessita “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).” Neste sentido, os governos nem sempre formulam políticas públicas de forma articulada que traduzam os anseios da sociedade; assim, nem sempre produzem ações que traduzam resultados e mudanças positivas no mundo real.

A concepção de que somente investimentos estrangeiros seriam suficientes para impulsionar o desenvolvimento, encontra-se superada na medida em que não valoriza iniciativas de desenvolvimento regional. É possível estimular uma aproximação e uma articulação de diferentes regiões ou localidades com características semelhantes, facilitando a elaboração de políticas públicas e a utilização de instrumentos de fomento produtivo, para ajustamento das potencialidades locais em conformidade com o perfil de cada região.

Ainda como fonte de formulação de políticas públicas existe, para algumas linhas, a necessidade estratégica de reconhecimento das diversidades e das potencialidades locais e regionais, viabilizando a efetiva participação da sociedade na elaboração de políticas e

ações de desenvolvimento regional. Neste sentido, conforme discorre Putnam (2008) existe uma estreita relação entre participação social, instituições e desempenho institucional. Este concebe que o desempenho institucional de certas regiões se mostre mais eficaz, na medida em que exista um maior envolvimento dos cidadãos nas decisões governamentais, concretizando em políticas públicas mais eficientes. As convergências de esforços entre Estado, sociedade civil e agentes econômicos podem impulsionar estratégias de ação de desenvolvimento integrado e de fomento regional, promovendo o alargamento da democracia local em direção ao desenvolvimento sustentável. Podem incorporar dimensões políticas, sociais e culturais, auxiliando no aumento de programas de combate à pobreza e promovendo a reinserção social de segmentos marginalizados e de trabalhadores com pouca qualificação.

Para estimular a competitividade e o desenvolvimento socioeconômico, é importante o investimento em conhecimento e informação (tecnologia e recursos humanos), aliando qualidade ambiental e processos produtivos sustentáveis (BUARQUE, 2002). Neste sentido, programas e ações municipais e estaduais, necessitam articular-se para otimização e adensamento dos recursos públicos, contemplando as diversas demandas envolvidas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e ampliando os mecanismos de inclusão social, geração e distribuição de renda.

Nas palavras de Buarque (2002, p.22):

(...) a competitividade das economias nacionais e regionais dependem de níveis mais elevados de equidade social, de qualidade de vida e de consumo, de escolaridade e de qualidade da mão-de-obra, constituindo atrativos para investimentos. Essa competitividade só é alcançada se parte importante dos excedentes gerados pela elevada produtividade for destinada para investimentos nas áreas de educação, qualificação do trabalho, oferta de serviços sociais básicos e pesquisa e desenvolvimento tecnológico; o que em geral, requer a atuação do Estado, incorporando, portanto, parcela importante da renda nacional.

Dowbor (1999, p.05) explica que:

São os dois imensos dilemas que enfrentamos, da desigualdade e da destruição ambiental. Até há pouco tempo nos contentávamos com o crescimento econômico, acreditando que o resto seguiria. Hoje já não há dúvidas de que precisamos de mecanismos muito mais ativos de intervenção organizada para enfrentar os desequilíbrios herdados, envolvendo todos os atores sociais – Estado, empresa e sociedade civil – na luta por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

A articulação entre os diversos níveis institucionais, e entre diferentes regiões se mostra necessária na medida em que, cada região ou localidade possuem atributos e potenciais próprios, relacionados às posições geográficas estratégicas, experiência produtiva prévia, conhecimento acumulado, níveis adequados de infra-estrutura em transportes e serviços urbanos. Na verdade o grande desafio em países como o Brasil, é estabelecer articulação entre órgãos e instituições governamentais, com o sistema produtivo e com a sociedade civil organizada (DINIZ; CROCCO, 2006).

Para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional, são relevantes aspectos econômicos, condicionantes ambientais e a identidade e vinculação entre população e território; e, ainda, a articulação em escala nacional, desconsiderando-se o tratamento de regiões de maneira isolada. Na visão de Diniz e Crocco (2006, p.28):

Entende-se que o sistema funciona em múltiplas escalas, mas que a implementação de políticas exige a seleção de escalas adequadas para cada tipo de objetivo e de política. Como resposta a esses desafios, vem sendo defendida uma visão multiescalar do país, destacando-se a escala mesorregional como a mais adequada para a implementação da maioria das políticas de desenvolvimento regional. Ela permite a combinação das diferentes instâncias de governo com as especificidades culturais, institucionais e empresariais regionais e locais, facilitando a articulação, a gestão e a governança dos processos.

Além disso, na construção do desenvolvimento de forma articulada, torna-se claro que o desenvolvimento se dá não somente através da realização de projetos econômicos, mas também através da dinâmica cultural e política, que por sua vez transforma a vida social. Neste sentido, pressupõem-se ganhos com espaços de mobilização democrática, onde os atores sociais – administrações públicas, empresas, associações, sindicatos, entidades de interesse público – se organizam para potencialização e dinamização das atividades regionais, formando novos pactos sociais, inclusive com mobilização de recursos disponíveis.

A inexistência de espaço político administrativo intermediário entre o Estado e o município, e a escassez de organizações e instituições bem articuladas em âmbito regional, dificultam “a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios” (BANDEIRA, 1999, p.6). Nem sempre os agentes administrativos e entidades locais possuem a consciência das relações entre problemas sociais e econômicos em âmbito local e seu enfrentamento de forma

articulada em âmbito regional, com a cooperação de todos os atores sociais na defesa de interesses comuns à região.

1.1.3 Educação e desenvolvimento sustentável

Busca-se, neste tópico, avançar no entendimento do papel da educação no desenvolvimento sustentável. Tendo como subsídio conceitual o Estudo 1 – Bases conceituais e teóricas do desenvolvimento territorial integrado sustentável (BURSZTYN *et al.*, 2008a) – identifica-se que o termo “sustentável” foi incorporado a um novo paradigma de desenvolvimento, onde sustentabilidade “abarca um equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental do desenvolvimento e renega a idéia de associar desenvolvimento a crescimento econômico exclusivo” (BURSZTYN *et al.*, 2008a, p.52). Nestes termos, a sustentabilidade busca harmonizar todas as formas de vida existentes na Terra, em contradição com o atual modelo de desenvolvimento ecologicamente desequilibrado e socialmente desigual. Ainda de acordo com o referido Estudo 1, o Relatório de Brundtland define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (BURSZTYN *et al.*, 2008a, p.61). Mas como alcançar sustentabilidade com desenvolvimento econômico em níveis tão acentuados de desigualdades entre regiões?

A desigualdade se constitui em um tema que tem despertado interesse tanto das ciências sociais quanto das ciências econômicas. Tem-se o entendimento que o alcance do desenvolvimento sustentável necessário se faz com o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social. Neste sentido, formação escolar e capacitação profissional se mostram determinantes na redução dos índices de desigualdades (CAVALCANTI, 2009).

Não há dúvidas quanto à relação entre desenvolvimento e crescimento econômico. No entanto, para que efetivamente se obtenha desenvolvimento é necessária distribuição de riqueza de forma eqüitativa. Isto significa melhor qualidade de vida para a população local. Conforme entendimento de Cavalcanti (2009, p.18), no cerne das políticas públicas para o desenvolvimento está “...a educação como a que apresenta maior possibilidade de endogeneidade da força de trabalho e conseqüentemente de impactar o desenvolvimento.” O capital humano se constitui como propulsor de desenvolvimento minimizando os efeitos da desigualdades. De acordo com a autora, o nível de escolaridade se mostra como diferencial elevando o salário em aproximadamente 3%, para cada ano cursado. Neste sentido, investimentos em formação e capacitação humana, juntamente com investimentos

em tecnologia e infra-estrutura colaboram para o crescimento econômico e para o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, conforme menciona a referida autora para que haja desenvolvimento, com crescimento econômico equitativo, se mostra essencial o envolvimento o Estado com a promoção de políticas públicas sociais, principalmente relacionadas à saúde e educação. Com investimentos em políticas públicas sociais o Estado fortalece a economia, e promove o desenvolvimento minimizando os efeitos das desigualdades. Nas palavras da autora “quando isso acontece o estoque de capital físico é ampliado, aumentando a eficiência do investimento privado em áreas sociais como educação e saúde, elevando a força de trabalho e, conseqüentemente, a produtividade” (CAVALCANTI, 2009, p. 26).

Um dos pilares que sustentam o processo de sustentabilidade é a educação. Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem tem expressão geral, através da sincronia de recursos, esforços de instituições e comunidades locais, na busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas a fim de assegurar qualidade, equidade e viabilidade. Não há como se pensar em educação como estratégia de desenvolvimento e de transformação social, como um processo desvinculado do Estado e da comunidade local. Na visão de Torres (2003, p.83) a denominada “comunidade de aprendizagem” (excluídos, adultos, crianças e grupos de risco) faz parte de um processo de articulação para o desenvolvimento de uma localidade, rompendo setorialismos e estabelecendo alianças operacionais e estratégicas em nível local e regional.

Ao situar a educação como um meio para contribuir com o desenvolvimento sustentável, acredita-se que a função social configurada por processos educativos no ensino formal realizado no âmbito do sistema de ensino, ou não-formal (espontânea, ocasional), atua sobre o comportamento humano. Neste sentido, a educação pode contribuir para conscientização da sociedade na valorização, por exemplo, do meio ambiente, e se mostrar como um dos principais instrumentos de promoção de desenvolvimento das comunidades, na medida em que incentiva a qualificação humana, e assim poderá convergir em desenvolvimento nas dimensões políticas, econômicas e sociais.

Farias (2009) afirma que no campo educacional, especificamente no que se refere à educação de jovens e adultos, podemos observar grande precariedade de investimentos governamentais. Entretanto o envolvimento de movimentos sociais e das organizações civis se torna essencial na fiscalização e implementação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, em que “se tornam partícipes na elaboração das mesmas, disputando com o governo a

proposição de estratégias pertinentes aos interesses das classes subalternas, com relação às soluções que aquele apresenta para os problemas sociais.” (FARIAS, 2009, p.36).

Dentro do aparelho estatal e também no âmbito da sociedade civil organizada existem disputas de interesses que podem interferir no êxito de um projeto ou programa. Na opinião de Farias (2009) para que um programa ou projeto obtenha sucesso, é necessário certo grau de organização e articulação com interesses da classe hegemônica. Estratégias aplicadas às políticas educacionais na década de 1990, sugeriam a aliança de interesses entre o poder público local, sociedade civil e organizações não governamentais favorecendo a implementação de ações com maior êxito.

Além disso, se faz necessário o estabelecimento de novas metodologias de aprendizagem aplicadas à alfabetização de jovens e adultos. Conforme ensinamentos de Paulo Freire interpretados por Beatrici (2003, p.16), deverá haver o letramento não mecanizado dos alfabetizandos, de maneira a conduzi-los a uma libertação onde “o sujeito que busca o conhecimento não seja desenraizado de sua história, de seu tempo, de sua cultura e da sociedade mas sinta-se sujeito, cidadão letrado num mundo letrado.”

Na concepção de Freire (1979, p.41) “o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e escrever.” Assim, nesta linha de raciocínio a alfabetização se mostra como um processo de ensino aprendizagem contextualizado, inserido na realidade e no cotidiano do alfabetizando. Ainda na visão de Freire (1979, p.41) o processo de ensino aprendizagem poderá se dar forma empoderada, o que “implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura do homem sobre seu contexto”.

Desta forma, investimento nos aspectos sociais e humanos locais, no capital social e humano como incremento ao capital econômico está entre as principais características dos programas e projetos de desenvolvimento sustentável. Na visão de Cavalcante (2002, p.178), capital social significa “a organização comunitária, potencial para a educação, capacidade de mobilização dos recursos humanos”; enquanto “capital humano é tomado pelo conjunto das capacidades humanas individuais de um local, que podem ser mobilizadas para o seu desenvolvimento.”

Neste sentido, torna-se mais clara a relação entre o incremento na capacitação da população e investimento organizações e a promoção de um desenvolvimento sustentável. Jacobi (2006, p.165) define capital social “como o conjunto das características da organização social que englobam as redes de relações entre indivíduos, suas normas de

comportamento, laços de confiança e obrigações mútuas”, e que quando presentes contribuem para a tomada de ações colaborativas em benefício da comunidade.

Assim percebe-se que a educação pode ser visualizada, como uma das dimensões fundamentais, e instrumento essencial para promoção do desenvolvimento sustentável, na medida em que poderá proporcionar a mudança de um paradigma marcado por catástrofes ambientais e por desigualdades sociais. A educação se mostra como eficiente mecanismo disseminador de informações, de capacitação da população, e também grande mobilizadora das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade, promovendo o desenvolvimento de forma sustentável. Na visão de Theodoro (2008, p.11):

“Um paradigma que pode ser definido como um conjunto de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por uma comunidade e que produz uma nova maneira de ver a realidade, dando base para uma mudança por meio de: princípios ecológicos, pensamento sistêmico e prática de valores ecológicos, e que a preservação da natureza, a participação, a cidadania e o empoderamento são elementos fundamentais para o processo de mudança.”

A educação ambiental regulamentada pela Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, se mostra como importante instrumento jurídico, capaz de transformar paradigmas culturais no que se refere à conservação do meio ambiente, e define em seu art.1º:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Deste modo, verifica-se que a educação ambiental em âmbito formal e informal, tem um papel importante ao contribuir com a construção de um pensamento que valorize o meio ambiente e a qualidade da vida da nossa sociedade, contribuindo no processo de sustentabilidade socioambiental. Neste sentido, a educação ambiental pode ser vista como um processo por meio do qual indivíduo e coletividade “constroem valores sociais comprometidos com a conservação do ambiente, podendo-se considerar que a lei concebe a educação ambiental como uma educação engajada” (STEINMETZ, 2009, p.195). Educação engajada significa realizar programas e projetos voltados não somente à transmissão de conceitos e teorias, mas principalmente para estimular atitudes ou comportamentos de proteção e promoção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Na visão de Bursztyn (2001, p.69), a educação se constitui em um “vetor de ação pública”, que se dá em longo prazo, cujo processo volta-se para a preparação dos educadores, para a conseqüente multiplicação de ações e mudança de mentalidades acerca da necessária proteção dos recursos naturais. Nas palavras do autor, “a educação, sendo vetor de mudanças de atitude, representa condição necessária, sendo sua promoção responsabilidade do Estado; em segundo lugar, tanto a educação quanto a sustentabilidade pressupõe continuidade.”

Neste contexto, torna-se relevante a construção do sujeito coletivo que percebe suas origens, compartilha experiências e incertezas, sendo capaz de “compreender as limitações de cada um, de demonstrar o significado de estar junto, de sensibilizar-se com as histórias pessoais inseridas em um coletivo, de trabalhar as nuances das *redes de aliança e redes de rejeição...*” (CAVALCANTE, 2002, p.184). Considera-se, desta forma, que o processo educativo e de capacitação da população poderá contribuir para fomentar o processo de educação ambiental, contribuindo na preservação dos recursos naturais, e na minimização os efeitos da degradação social, para consolidação do desenvolvimento sustentável.

A discussão anteriormente descrita buscou subsídios interpretativos para delinear o desenvolvimento territorial integrado sustentável; políticas públicas e potencialidades locais; e a relação entre educação e desenvolvimento sustentável.

1.1.4 Planejamento participativo e desenvolvimento local

O Brasil enfrenta o desafio de promover um planejamento intimamente ligado ao processo de implementação. Para Floriano (2004, p.8), o planejamento se constitui em um mecanismo de gestão onde se procura “organizar previamente as atividades futuras com base no conhecimento do passado.” Assim, em situações semelhantes é realizada uma análise das ações até então realizadas, reproduzindo as ações positivas através da elaboração de planos.

O planejamento é retrato por muitos como um procedimento ligado apenas à questão de fazer um plano (técnico), que por sua vez será automaticamente implementado. No entendimento de Oliveira (2006), ao assumir o planejamento como um processo desvinculado da implementação, muitos programas e projetos se mostram fracassados por não alcançarem resultados positivos na prática. Neste sentido, ressaltam-se algumas visões

ou escolas de pensamento dissociam elaboração do processo de implementação de um programa ou projeto.

Como primeira experiência enfatiza-se o planejamento apenas como uma atividade de elaboração de planos que envolvem reuniões e discussões políticas, estudo de mapas e a criação de legislação específica. Caso estas etapas sejam bem executadas, “automaticamente as ações planejadas serão implementadas e atingirão os resultados esperados, se o plano foi bem-feito e tiver o orçamento aprovado” (OLIVEIRA, 2006, p.275). Desta forma, se o plano elaborado estivesse em conformidade com os critérios burocráticos, automaticamente a implementação se mostraria um sucesso.

Torres (2009, p.572) afirma que o denominado planejamento formal enfrenta “problemas com relação à transparência dos procedimentos técnicos e burocráticos utilizados na sua elaboração e/ou com relação à eficiência dos processos utilizados na sua implementação”. Desta forma, pode existir manipulação de informações e recursos disponibilizados por parte de agentes envolvidos no processo, levando a pouca eficácia dos projetos ora desenvolvidos. O mesmo autor enfatiza que este tipo de planejamento utiliza a denominada “racionalidade técnica-instrumental”, que se constitui nos meios técnicos científicos utilizados para atingir metas com o menor custo possível. A elaboração de planos de forma burocrática, para alcance de metas com a minimização do custo final.

Uma outra visão de planejamento reconhece a importância da implementação durante o processo de elaboração de planos para o alcance do sucesso de políticas públicas. O insucesso estaria ligado a problemas de ordem técnica ocorridos durante a implementação, como é o caso, por exemplo, de sabotagem (OLIVEIRA, 2006). Seguindo a mesma linha de raciocínio, já numa visão mais moderna, considera-se o processo de implementação dos planos incluindo-se alguns mecanismos como garantia de sucesso. Entre eles podemos citar: monitoramento, auditorias e reuniões técnicas. No entanto, conforme explica Oliveira (2006, p.275), apesar de todos estes mecanismos de fiscalização “os resultados ainda são insatisfatórios porque houve diversos tipos de problemas institucionais, muito do planejado não era executável ou as condições iniciais mudaram com o tempo.”

O planejamento pode também se constituir em um reflexo das disputas governamentais, inclusive reforçando relações de poder e de dominação (CIDADE, 2006). Com esta perspectiva, muitas vezes recursos públicos são validados para o desempenho de ações a partir de planos que privilegiavam interesses hegemônicos. Isto pode causar gestão do território conflituosa, desdobrando-se em degradação ambiental e desigualdades sociais.

Deve-se ainda mencionar acerca das dificuldades relacionadas ao planejamento para incorporação da dimensão ambiental, e as limitações no trato com as desigualdades regionais e urbanas. Mudanças na forma de planejar incorporando aspectos ambientais, minimizando os efeitos das desigualdades regionais, incentivando a descentralização e a participação da sociedade, poderá alcançar o denominado “planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável” (BUTZKE;THEIS, 2007, p.84). Neste sentido, planejar não se constitui somente elaborar um plano para implementação nos moldes ora estabelecidos, mas sim, formular e executar ações de forma descentralizada e com a efetiva participação de atores sociais locais.

Ressalta-se ainda uma visão moderna denominada por Oliveira (2006, p.276) como “populista, popular ou politicamente correta”, que se encontra baseada na efetiva participação da comunidade beneficiária ou da sociedade civil no processo de implementação dos planos ora elaborados pelos agentes governamentais. Assim a partir da formalização de planos, esta participação se daria através de mecanismos como monitoramento, denúncias, e participação em reuniões e assembléias.

Ainda nesta perspectiva, Butzke eTheis (2007) discorrem que o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável deverá se dar de forma descentralizada (político-administrativa) e participativa, onde os atores sociais locais contribuam efetivamente para a formulação e execução dos planos. Nesta linha a participação poderá se dar de maneira efetiva tanto na elaboração quanto na implementação dos planos. Os interesses e as relações são discutidas e negociadas, contribuindo para redução dos conflitos de valores compatibilizando com outras iniciativas que porventura estejam estruturadas naquela localidade. Planejar com sustentabilidade significa “harmonizar interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais” (BUTZKE;THEIS, 2007, p.86), orientados por princípios éticos e solidários.

Gandin (2001) descreve como uma característica do planejamento participativo a intervenção na realidade social local. Neste caso, o planejamento leva em consideração os paradigmas e realidades específicas, propondo atitudes e ações de transformação. Nas palavras do referido autor (2001, p. 88), o planejamento participativo “inclui a distribuição do poder, inclui possibilidade de decidir na construção não apenas do “como” ou do “com que” fazer, mas também do “o que” e do “para que” fazer.” Sinaliza para que o administrador coordene o processo de elaboração do plano, e para realize na prática com o consequente acompanhamento (monitoramento).

Ainda na perspectiva de implementação do plano, existe uma corrente favorável a que as decisões sejam tomadas por agentes que estão no controle do processo. No entanto, existe outra corrente contrária que ressalta que o processo de planejamento e execução do plano deverá se dar de baixo para cima, ou seja, com a efetiva participação da população beneficiária e dos atores locais (OLIVEIRA, 2006). Este posicionamento justifica-se na medida em que o resultado da implementação do plano atingirá diretamente a população local.

Torres (2009) aborda uma outra visão a ser considerada no processo de planejamento. Este por sua vez se constrói através da prática social, da troca de experiências e de recursos. Nesta linha os membros se mobilizam em torno de um problema (rede) para planejar soluções. Desta forma, o plano seria construído ao longo do processo de planejamento, incorporando valores, conhecimentos e informações, almejando o alcance de metas ora priorizadas.

1.2 ASPECTOS ANALÍTICOS

Como mais um passo para concretização do procedimento metodológico, as bases analíticas buscam referências, modelos, padrões ou indicadores para apoiar a análise empírica. Estas salientam a necessidade e importância da avaliação de programas sociais, e a escolha de critérios para avaliação. Desta forma, a presente discussão busca bases para operacionalizar a avaliação do processo de implementação do PDTIS -Território dos Cocais. Os temas tratados são: Avaliação de programas sociais; e Modelo utilizado na análise.

1.2.1 Avaliação de programas sociais

Em virtude dos efeitos das crises econômicas e sociais que assolaram o Brasil nas décadas de 1980 e 1990, houve um incremento da demanda por ações sociais de natureza compensatória (COSTA; CASTANHAR, 2003). Juntamente com o agravamento da situação econômica e fiscal brasileira, observou-se a elevação dos níveis de desigualdade social, o que por sua vez, se mostra como obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Em um contexto de desigualdade “reforçar as estruturas espaciais é condição necessária para impulsionar processo de desenvolvimento, nos diferentes níveis ou escalas do território brasileiro” (BURSZTYN *et al.* 2008c, p.7). A implementação de programas sociais em âmbito

das chamadas microrregiões ou territórios tem a capacidade de promover ações de forma articulada, integrando inclusive outras ações que se estruturavam de maneira isolada.

Neste sentido, surgiu a necessidade de avaliação sistemática de programas sociais a serem implementados, na medida em que se pretendia obter melhores resultados, melhor utilização e controle dos investimentos ora aplicados, além de fornecer importantes dados aos formuladores e gestores de políticas sociais.

Por outro lado, a emergência de políticas crescentemente consideradas “de terceira geração” registra o papel cada vez mais relevante de organizações privadas de interesse público na promoção do desenvolvimento territorial, de forma articulada com órgãos governamentais (BURSZTYN *et al.* 2008a; BURSZTYN *et al.* 2008b; BURSZTYN *et al.* 2008c). Na medida em que publicações específicas sobre metodologias de análise desse tipo de participação são em número limitado (FRASSON, 2001), continua-se adotando como referências principais as relativas a políticas sociais em geral.

De acordo com Bursztyn *et al.* (2008b, p.8):

A abordagem do desenvolvimento territorial adotada por vários órgãos governamentais e entidades não-governamentais brasileiras apóia-se na perspectiva de que um dos desafios está na mudança da lógica individualizada de atuação, em direção à implantação de ações articuladas de desenvolvimento local e regional. Isso porque nenhum órgão ou instituição individualmente detém a capacidade de enfrentar o desafio integral do desenvolvimento do país. Assim, busca-se valorizar procedimentos que possam representar avanços em direção a uma necessária integração.

Nesta perspectiva, de atuação integrada registram-se algumas fragilidades no que se refere aos mecanismos de coordenação e atuação dos atores sociais envolvidos no processo de implementação de ações em conjunto. Por outro lado, existem experiências bem sucedidas que procuram aproveitar “oportunidades e vantagens comparativas de certas localidades, evidenciando que a solução não passa por medidas genéricas ou fórmulas universais, mas sim pela capacidade de organização coletiva das populações, juntamente com a sua criatividade.” (BURSZTYN *et al.* 2008b, p.8).

A necessidade de avaliação de programas e projetos se mostra essencial “para guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.972). Na visão de Carvalho (2003, p.185) para o entendimento de avaliação,

necessário se faz a noção “de que políticas públicas consistem em processo contínuo de decisões, que se alteram permanentemente.” Ou seja, o sistema das políticas públicas se caracteriza por “constantes barganhas, pressões e contrapressões, e não raro por redefinições do próprio objeto das decisões”. A avaliação se constitui como processo constante de formulação, reformulação e implementação de políticas públicas.

A escolha do tipo de avaliação a ser adotada se mostra extremamente importante, na medida em que seria impossível avaliar todo o universo de implementação de um programa. Abordagens de avaliações práticas se mostram como aspecto motivador para aceitação e utilização dos resultados por parte dos atores sociais envolvidos no programa. Neste sentido, diversos fatores podem interferir na escolha do tipo de avaliação a ser adotada, entre quais podemos citar: a finalidade para qual se constitui avaliação, os destinatários, a fase em que se encontra a execução do programa ou projeto; a disponibilidade de recursos financeiros, técnico e pessoal qualificado para realizar a avaliação (FRASSON, 2001).

Existe ainda a necessidade da escolha de uma metodologia para avaliação social, que envolva a escolha de critérios e o uso de indicadores que permitam um julgamento eficaz acerca de um programa ou conjunto de programas. Costa e Castanhar (2003) mencionam uma lista de critérios adotados pela Unicef, que podem ser instituídos como referencial para avaliação de desempenho e mensuração na gestão de programas públicos. Senão vejamos:

- a) Eficiência – originário das ciências econômicas, e que significa menor custo/benefício no alcance dos objetivos relacionados ao programa;
- b) Eficácia – mensuração do grau em que o programa atinge os objetivos e metas propostas;
- c) Impacto (ou efetividade) – indica se o programa durante a intervenção atribui resultados positivos nos ambientes externos, no que se refere aos aspectos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;
- d) Sustentabilidade – mensura o grau de capacidade de continuidade do programa após o seu encerramento;
- e) Análise custo-efetividade – efetua-se uma comparação acerca das formas alternativas de intervenção social para obtenção de impactos, determinando

a seleção de atividades e projetos que atendam aos objetivos do programa com menor custo possível;

f) Satisfação do beneficiário – avalia o grau de satisfação do usuário, quanto ao atendimento obtido pelo programa.

g) Equidade – procura mensurar se os benefícios do programa estão sendo alcançados pelos beneficiários de maneira justa e igualitária, em sintonia com as necessidades de cada usuário.

Para operacionalização de cada um dos critérios anteriormente descritos, se faz necessária a identificação e quantificação dos resultados obtidos, ou seja, a definição dos denominados indicadores sociais. Apesar da grande diversidade de metodologias acerca da construção e escolha de indicadores sociais, para melhor desenvolvimento do trabalho se faz necessário a construção de um modelo lógico, que consiga aferir o desempenho do programa.

Neste sentido, a formulação de um sistema de indicadores se constitui necessário na medida em que projetos sociais envolvem “aspectos tangíveis e intangíveis, representando dimensões complexas da realidade que precisam ser apreendidas para que se possa identificar as mudanças efetivamente decorrentes dos projetos” (FRASSON, 2001, p.237). Ainda no entendimento da autora, na elaboração de indicadores deve-se observar os seguintes requisitos:

- Independência (cada indicador deverá se relacionar a um meta);
- Verificabilidade (comprovação empírica);
- Validade (servir para medição de cada um dos efeitos do programa);
- Acessibilidade (a obtenção deverá se dar de maneira fácil).

Apesar das afirmações acerca da necessidade de criação de indicadores baseados nos critérios de eficácia, eficiência e efetividade, para possibilitar comparações e auxiliar medições, deve-se reconhecer as dificuldades em fazê-lo em virtude de percepções e interesses diversos.

Indicadores de processo traduzem em medidas quantitativas no somatório de esforços operacionais para “alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros” na melhoria da qualidade de vida da comunidade beneficiada (JANNUCCI, 2005, p.8). Muitas vezes realizar

distinções entre os diversos tipos de indicadores (insumo, processo, resultado e impacto), se torna uma medida de extrema dificuldade quando os programas são muito específicos, ou quando são muito gerais. Mesmo assim, é sempre possível formar indicadores que traduzam os esforços e efeitos de programa sociais.

Experiências mais comuns no que se refere à avaliação de programas podem ser agrupadas em três metodologias (COSTA; CASTANHAR, 2003).

a) Avaliação de metas (realização de produção ou produtos) – tem como fundamento medir o grau de êxito de um programa, levando-se em conta metas previamente estabelecida. Entre as principais dificuldades deste tipo de avaliação cita-se: a complexidade na seleção e especificação de metas a serem atingidas, alteração de metas durante a execução do programa (avaliação após finalização do programa).

b) Avaliação de impacto (alcance do propósito ou missão) – procura verificar os efeitos de um programa social produzidos sobre determinado público-alvo. O problema central deste tipo de avaliação é estabelecer as relações causais entre as ações e os resultados obtidos através do programa (avaliação após finalização do programa).

c) Avaliação de processo – procura mensurar a sistemática desenvolvida pelo programa social; detectando a cobertura do projeto; estabelecendo o grau de alcance da população beneficiária; e o acompanhamento dos procedimentos internos. Este tipo de avaliação visa detectar possíveis defeitos e obstáculos quanto à implementação, gerando importantes informações através de registros de eventos e atividades (a avaliação se desenvolve durante a execução do programa).

Frasson (2001, p.227) classificou o processo de avaliação em três fases, quais sejam: desenho do projeto, execução do projeto e resultados do projeto. São identificados conforme Quadro 3 abaixo:

Fase do Projeto	Fase da Avaliação
Desenho do projeto (antes)	Avaliação ex-ante
Execução do projeto (durante)	Avaliação de processos (formativa)
Resultados do projeto (depois)	Avaliação ex-post (de impacto, somativa)

Quadro 3 – Fases do projeto e da avaliação
 Fonte: Frasson, Ieda. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não governamentais financiadoras de projetos sociais. p. 227. 2001.

A avaliação de metas é tratada como “processo de quantificação dos objetivos” (FRASSON, 2001, p.229). Ressalta-se a dificuldade deste tipo de avaliação em virtude de problemas na identificação, multiplicidade e alterações das metas no decorrer do processo.

Na visão de Costa e Castanhar (2003, p.979), a avaliação de metas tem como objetivo mensurar o grau de êxito de um determinado programa em relação ao alcance das metas previamente estabelecidas. Definem como metas de um programa “os produtos mais imediatos (ou concretos) que dele decorrem – pessoas atendidas em centros de saúde; número de leitos hospitalares; número de horas aula, entre outros.” Nesta modalidade o programa alcança êxito quando todas as metas foram cumpridas em sua integralidade. Neste sentido, se mostra necessário que o programa (ou uma etapa) tenha sido concluído para realização de avaliação.

Avaliação de impacto é definida por Frasson (2001), como determinante para mensurar o cumprimento de objetivos estabelecidos, valorando a necessidade de manutenção ou extinção de um programa com base no atendimento aos beneficiários. Busca avaliar se os efeitos do projeto ou programa foram produzidos junto ao público-alvo. É considerada como ampla e complexa na medida pretende-se identificar os pontos positivos e negativos de um programa, tendo como referência a relação entre o programa e as alterações nas condições sociais da população beneficiária.

Com relação à avaliação de processo, ressalta-se o caráter imprescindível na medida em que, auxilia no procedimento de intervenção durante o processo de implementação; e “entende os processos subjacentes à sua execução” (FRASSON, 2001, p.230). De acordo com a autora, a avaliação de processo encontra-se diretamente ligada à eficiência do programa, em razão de auxiliar na indicação do uso mais eficiente dos recursos disponibilizados ao programa.

A avaliação de processo visa identificar, por exemplo, se o público alvo vem alcançando os benefícios ora previstos, de forma equitativa. Carvalho (2003; p.186) entende que:

A avaliação de processo visa acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas e políticas e diferencia-se em avaliação de eficácia e de eficiência. O objeto central dessa modalidade é avaliar a adequação dos meios e recursos utilizados perante os resultados parciais ou finais, referenciados aos objetivos e metas propostos pela política ou programa.

No entendimento de Costa e Castanhar (2003), a avaliação de processo deverá responder a três questionamentos: de que e como se constitui o programa em estudo? O que na verdade é entregue aos beneficiários do programa? Por que e se existem diferenças entre os objetivos do programa e as metas realmente atingidas?

De maneira geral a avaliação de processo visa aferição da eficácia, ou seja, se o programa está sendo ou foi implementado em conformidade com as diretrizes concebidas para sua execução, e se os seus resultados atenderão ou poderão atender as metas ora estabelecidas. Ainda na visão de Costa e Castanhar (2003, p.985), para que a avaliação de processo possa contribuir para o aprimoramento das especificações do programa, se faz necessária a denominada avaliação formativa. Esta por sua vez, poderá se basear em dados adquiridos "... de projetos pilotos e de beneficiários, ao longo da realização de uma determinada intervenção e que permite obter informações sobre a viabilidade de determinadas atividades e instrumentos e em que medida eles são adequados ao desenho planejado e aos beneficiários previstos."

De acordo com Frasson (2001, p.230) a avaliação formativa ou de processo é definida como "... uma forma de avaliação contínua, constituída de atividades de monitoramento realizadas no decorrer da execução do projeto, com vistas a estabelecer, por meio de informações obtidas regularmente, até que ponto se está cumprindo e realizando o projeto de acordo com a proposta inicial".

1.2.2 Modelo utilizado na análise

A abordagem anterior buscou subsídios para compreender as várias formas de avaliação de programas, sendo agrupadas de diversas maneiras, segundo diferentes autores. Uma das formas é a experiência metodológica proposta por Costa e Castanhar (2003): avaliação de metas, avaliação de impactos e avaliação de processo. No presente trabalho será utilizada a avaliação de processo como critério metodológico para análise do PDTIS -Território dos Cocais, pelo fato de ser um programa em fase de implementação. Neste sentido, dada a discussão anterior e em consonância com os modelos ora apresentados, foram selecionadas algumas dimensões que buscam operacionalizar a análise do PDTIS -Território dos Cocais, nos seguintes termos: articulação institucional e aspectos educacionais.

Assim as dimensões de análise de um processo de implantação de programa social podem ser enunciadas da seguinte forma: I) Constituição do programa e correspondência com objetivos; e II) Sistemática de implantação desenvolvida pelo programa. A constituição do programa em correspondência com objetivos pode ser abordada segundo os seguintes aspectos: a) De que e como se constitui o programa em estudo; b) O que é de fato entregue aos beneficiários do programa; e c) Grau de correspondência entre os objetivos e o que é entregue (eficácia). A sistemática de implantação desenvolvida pelo programa pode enunciar-se de acordo com os seguintes temas: i) Cobertura e distribuição dos benefícios (equidade); ii) Grau de alcance da população beneficiária; e iii) Acompanhamento dos procedimentos internos.

I) Constituição do programa, eficácia e correspondência com objetivos

a) De que e como se constitui o programa em estudo

Um aspecto a ser considerado na perspectiva da avaliação de processo é necessidade de uma completa e adequada descrição dos componentes do programa. Entende-se por componentes “as estratégias, atividades, comportamentos, formas de comunicação e tecnologias necessárias para a implementação do programa, bem como a especificação dos beneficiários e as situações em que se dá a implementação”. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 983). Neste sentido, se faz necessária compreensão e descrição em profundidade da estrutura do programa em estudo, facilitando posterior análise dos procedimentos seguidos, e por vezes, dos resultados obtidos.

b) O que é de fato entregue aos beneficiários do programa

Entende-se como beneficiários a população atingida pelos efeitos de um programa. Na perspectiva de Carvalho (2003, p.186), avaliação significa ajustar os objetivos e metas a serem alcançadas, adequando “os meios utilizados aos fins propostos”, quantificando e qualificando os resultados, identificando quais foram os “efeitos das ações nas condições de vida dos beneficiários.” Neste sentido, entende-se que beneficiários são os destinatários de um programa ou projeto social.

Figueiredo (1986, p.111) refere-se aos beneficiários do programa como população-alvo, sendo que a avaliação se dá através de uma análise de impacto (mais ampla e grande complexidade). Este tipo de avaliação tem “a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.”

Costa e Castanhar (2003) define a avaliação na modalidade processo como a forma de identificar o verdadeiro conteúdo formulado para beneficiar certo público. Neste sentido, a avaliação tem ainda como propósito, mensurar a intensidade com que os benefícios atendem ao referido público.

c) Grau de correspondência entre os objetivos e o que é entregue (eficácia)

Na concepção de Figueiredo (1986) a avaliação de processo tem por finalidade, aferir a eficácia de um programa, ou seja, detectar se o mesmo foi implementado em conformidade com os objetivos iniciais, e se a sua execução alcançará as metas estabelecidas. Neste tipo de avaliação é possível antecipar limites e problemas durante a execução do programa. Permite-se prévio controle da extensão e da qualidade dos efeitos desejados.

No mesmo estudo, o referido autor afirma que a maioria dos estudos relacionados a avaliação da efetividade (impactos) de programas, limita-se somente a medir o alcance ou cobertura do programa utilizando dados agregados, realizando comparação com a demanda existente. Entretanto, programas sociais têm por objetivo critérios de eficácia, que se traduzem nos “investimentos que mobilizam devem produzir os efeitos desejados.” (MARINHO; FAÇANHA, 2001, p.7).

Neste sentido, a avaliação sob o enfoque da eficácia se constitui em analisar até que ponto os resultados alcançados, estão em conformidade com metas previamente estabelecidas. Ou seja, a eficácia determina em que medida os objetivos previamente designados tem correspondência com o que está sendo realizado (FRASSON, 2001).

II) Sistemática de implementação desenvolvida pelo programa

A avaliação de forma sistemática se mostra como instrumento essencial para orientação dos gestores na aplicação de recursos financeiros e humanos, alcançando melhores resultados com o fornecimento de dados para subsidiar a formulação políticas sociais. Nas palavras de Costa e Castanhar (2003, p.980), “...o uso adequado das informações produzidas durante o desenvolvimento do programa permite mudanças no seu conteúdo durante a própria execução.”

Entender a sistemática desenvolvida durante a implementação de um programa ou projeto, auxilia no processo de identificação de ganhos e de possíveis limitações ocorridas.

Adequados procedimentos de coleta de informações, auxilia na construção de variáveis e na padronização e sistematização dos dados. Assim, entender o processo de implementação permite “introduzir ajustes para adequar metas originalmente propostas, rever procedimentos de execução, mobilizar recursos ou redirecionar recursos alocados, dentre outros mecanismos que venham a contribuir para ampliar a eficácia e a eficiência de políticas ou programas públicos.” (CARVALHO, 2003, p.195).

i) Cobertura e distribuição dos benefícios (equidade)

Equidade significa avaliar em que medida o programa ou projeto está trazendo benefícios de forma equilibrada, justa e em compatibilidade com as necessidades da população (COSTA; CASTANHAR, 2003).

No entendimento de Figueiredo (1986) a avaliação também poderá contemplar aspectos externos ao processo de implementação de um programa, tais como justiça e igualdade social, equidade na distribuição dos benefícios, desenvolvimento econômico, entre outros. A equidade na distribuição dos benefícios poderá gerar maior solidez nas ações implementadas, sendo também objeto de correções de supostas distorções.

ii) Grau de alcance da população beneficiária

Frasson (2002, p.127) discorre que avaliação ocupa-se com “o modo, em que medida e por que a população-alvo foi beneficiada com o projeto”. Ou seja, ao se avaliar um programa ou projeto, aspectos relativos ao alcance dos seus efeitos junto à população beneficiária poderão se mostrar essenciais não apenas para diagnosticar ações, mas também para corrigir erros e distorções por vezes constatadas.

Na visão de Costa e Castanhar (2003), o procedimento de medição do alcance dos efeitos de programas e projetos estruturados em determinadas localidades, deverá se dar através de uma avaliação de impacto. Neste caso, pretende-se verificar não apenas as ações implementadas, mas principalmente os resultados alcançados. Da mesma maneira entende Figueiredo (1986), afirmando que parte dos estudos relativos à avaliação limitam-se apenas em mensurar o alcance ou cobertura de um determinado programa (efetividade ou impacto), comparando os impactos das ações na qualidade de vida da população através de indicadores sociais.

iii) Acompanhamento dos procedimentos internos

Em um processo de avaliação o acompanhamento dos procedimentos internos se configura essencial, na medida em que é observada a dinâmica do programa. Este procedimento auxilia na identificação dos atores sociais envolvidos, e no entendimento da sistemática desenvolvida no programa. Tendo em vista a complexidade e a imprevisibilidade do ambiente social em que se encontra inserido o programa ou projeto, se torna necessário a verificação *in loco* dos procedimentos desenvolvidos. Assim, “por meio delas, o avaliador conhece o cotidiano dos projetos sociais e a realidade onde eles estão inseridos” (FRASSON, 2002, p.129).

Para maiores esclarecimentos acerca da sistemática desenvolvida no programa, necessário se faz a utilização das seguintes técnicas de coleta de informações: visitas e entrevistas com atores sociais envolvidos na execução do programa; consulta aos documentos disponibilizados pelas organizações participantes “em especial o projeto original e os relatórios de acompanhamento das atividades realizadas”; a procura por informações que identifiquem o ambiente e o contexto que se insere o programa...” (FRASSON, 2002, p.129). Todos estes procedimentos auxiliam no desempenho da atividade investigativa, minimizando os efeitos da carência de informações qualitativas e quantitativas. Muitas vezes, a análise se mostra prejudicada em virtude de limitações de informações sobre o programa.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento da análise é a participação dos agentes que se encontram envolvidos na execução do programa. Isto porque os agentes executores detêm grande parte das informações sobre o programa, “sobre o ambiente em que o mesmo está sendo desenvolvido, além de terem maior acesso aos beneficiários” (FRASSON, 2002, p.130).

1.2.3 Fecho do capítulo

Neste capítulo procuramos construir a base teórica para compreensão dos fenômenos em estudo. Iniciamos pela compreensão do significado do termo desenvolvimento e desenvolvimento territorial integrado e sustentável. Em seguida discorreremos acerca da importância da participação de entidades de interesse público na construção de políticas públicas, e em linhas gerais efetuamos a relação entre educação e desenvolvimento sustentável. A seguir, fizemos referência aos aspectos relacionados à avaliação de

programas sociais com ênfase na modalidade de avaliação de processo. Finalmente, efetuamos breves comentários acerca do modelo de análise. O próximo capítulo procura analisar ações de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí

2. POLÍTICAS DE TERCEIRA GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PIAUÍ

Este capítulo tem como objetivo responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel de políticas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí.

2.1 ANTECEDENTES: BREVES REFERÊNCIAS A DESIGUALDADES E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E NO NORDESTE

Historicamente o Brasil foi marcado pela forte intervenção do Estado. Na visão de Bursztyn (2008), o Estado sempre se manifestou de forma autoritária buscando legitimação através do paternalismo, ou seja, pela omissão do Poder Público em favor de grupos dominantes locais. Cumpre salientar, que o caráter patrimonial imposto ao Brasil pelo Estado português, se mostrou decisivo na formação econômico-social brasileira. Neste sentido, o Estado colonizador adotou um modelo exploratório baseado na extração de riquezas, e no denominado fiscalismo, sendo definido por Bursztyn (2008, p.38) como “política que consiste no encorajamento de atividades econômicas da colônia, de maneira que o Estado português pudesse coletar os impostos correspondentes.” O Estado agia de forma intervencionista, incentivando atividades econômicas de caráter exploratório, para geração de riquezas à Coroa. Essa tradição parece ter influenciado políticas públicas ao longo de longo período.

O colonizador português adotou uma política de exploração das riquezas brasileiras, e de incentivo de atividades econômicas que pudessem arrecadar mais impostos. Neste sentido, o Nordeste foi a primeira região brasileira a fornecer produtos vegetais para a colônia, com intensa exploração de cana de açúcar. No que se refere à estrutura social nordestina, esta se mostrou sedimentada nas estruturas de poder locais dominadas por grupos da colônia portuguesa, causando grandes desigualdades sociais (Bursztyn, 2008). Aos poucos, este quadro de desigualdades sociais e de dominação do poder central se estendeu ao interior nordestino, se tornando mais evidente a partir do século XX.

Neste sentido, do ponto de vista do desenvolvimento regional e visando à redução das desigualdades entre Sudeste e Nordeste, foram adotadas políticas como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, através Lei n. 3.692 de dezembro de 1959. Na visão de Francisco de Oliveira (1981) a criação deste órgão

pelo Estado brasileiro, foi uma resposta ao perigoso desequilíbrio social que se manifestava através das chamadas ligas camponesas composta por meeiros, sitiantes e arrendatários liderados por Francisco Julião que contestavam a legitimidade das terras improdutivas localizadas na região.

Além disso, iniciou-se um processo de integração nacional focado na desconcentração das indústrias brasileiras do Sudeste para a região Nordeste, como forma de homogeneização do Estado-nação capitalista para controle do poder político, e hegemonia cultural e ideológica. Como consequência houve uma negação da diversidade inter-regional brasileira, em um contexto de integração nacional para reprodução e acumulação de capital. Cogitava-se com a instituição da SUDENE um processo de intervenção planejada no Nordeste, minimizando os efeitos da luta de classes como ameaça à unidade e segurança nacional.

Em contrapartida a este processo hegemônico ideológico capitalista, surgem no Nordeste os chamados “movimentos de educação de base”, que rejeitavam os modelos tradicionais de educação onde a escola reproduzia as estruturas formais de dominação capitalista. Emerge um novo processo educacional teoricamente orientado por Paulo Freire, que residia na conscientização social acerca dos movimentos de dominação e exploração, e na valorização do contexto cultural local (OLIVEIRA, 1981). O contexto desenvolvimentista reproduziu no Nordeste a mesma dinâmica encontrada no restante do país, qual seja, uma grande discrepância entre a educação rural e urbana, que por sua vez se mostrava focada na escolarização de massas. O processo de condução das políticas públicas educacionais brasileiras acirrava as diferenças sociais entre pobres e ricos, e se distanciava “das lutas por uma escola pública, democrática e de qualidade” (SOARES, 2004, p.84).

A criação da SUDENE com uma perspectiva transformadora se mostrou antagônica com a “rigidez das estruturas econômico-sociais que caracterizavam as principais atividades econômicas do Nordeste” (BURSZTYN, 2008, p.46). Cumpre ressaltar que não interessava aos grupos dominantes locais, a alteração do quadro social e político vigente à época.

Assim como no passado, atualmente o Estado brasileiro preserva o caráter centralizador, onde “o Estado age de forma planejada em nível nacional, de maneira a impor sobre a totalidade do território uma lógica econômica compatível com o triunfo do bloco urbano-industrial internacionalizado no país” (BURSZTYN, 2008, p.55).

Na opinião de Diniz (2001, p.15) no decorrer de décadas “embora o nordeste continue com grandes desníveis econômicos e sociais em relação às regiões mais desenvolvidas, houve grande melhoria desses indicadores.” No entanto, apesar de sucessivos progressos no transcorrer do tempo, estes indicadores ainda não se mostram suficientes para transpor a barreira das desigualdades sociais na região.

2.2 CONTEXTO SOCIOECONOMICO, AMBIENTAL E EDUCACIONAL NO ESTADO DO PIAUÍ.

O Atlas da Exclusão Social no Piauí (2008) revela que o referido estado tem os maiores índices de exclusão social do nordeste e do país. O estudo ressalta que políticas públicas ora implementadas através de órgãos como a SUDENE, “serviram para acirrar as disparidades internamente, dentro da própria região, por terem apenas repetido, na região, a mesma concepção concentradora – de reforçar as economias regionais mais fortes – adotada em nível nacional” (LIMA, p.35). Neste sentido, a elaboração e implementação de políticas públicas sociais voltadas ao desenvolvimento do estado do Piauí se constituem essenciais, na busca pela redução das desigualdades de renda, gerando bem estar à população piauiense. Neste quadro de desigualdade extrema mencionaremos alguns aspectos socioeconômicos, ambientais e educacionais relativos ao estado do Piauí.

2.2.1 Aspectos socioeconômicos no estado do Piauí

No que se refere ao âmbito socioeconômico Farias (2009) revela através de seu trabalho científico, que a população economicamente ativa do estado do Piauí possui rendimento médio no valor de R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais). O PIB *per capita* do estado do Piauí, juntamente com o do estado do Maranhão, encontra-se entre os menores do nordeste, sendo estimado para o ano de 2007 em R\$ 4.662 reais.²

De acordo com diagnóstico preliminar efetuado através de metodologia participativa realizado pela CODEVASF (2004), o estado do Piauí tem potencialidade para o desenvolvimento da piscicultura com investimentos na capacitação da população. Devemos esclarecer que a mencionada metodologia participativa encontra-se pautada em um processo de planejamento de construção coletiva e compartilhada entre diferentes atores

² IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=contasregionais2007>
Acesso em: 18/10/2010

sociais, que por sua vez definem os projetos prioritários mais relevantes para a evolução sustentável da região.

Ainda conforme informações constantes do referido estudo, a base econômica do estado do Piauí se constitui principalmente por atividades ligadas ao extrativismo vegetal (carnaúba e babaçu), apesar da reduzida produtividade pelo pouco estímulo à produção (CODEVASF, 2004). De acordo com dados do IBGE a produção de carnaúba em pó encontra-se no patamar de 12.454 toneladas; e no que se refere à produção de babaçu (amêndoas) encontra-se estabelecida em 5.070 toneladas.³ Neste sentido, são mencionados investimentos em artesanato proveniente do extrativismo vegetal, que por sua vez, é pouco desenvolvido em virtude da insuficiente capacitação dos artesãos locais.

A pecuária se constitui em uma atividade tradicionalmente desenvolvida no estado. Atualmente a ovinocaprinocultura é especialmente incentivada pela facilidade de adaptação às condições climáticas, propiciando melhores condições vida a população carente. No entanto, o estudo revelou que a produção de leite se mostrava insuficiente para a demanda local. Atualmente, dados do IBGE informam que os rebanhos de caprinos encontram-se estimados em 16%, e de ovinos em 15% de todo o estado piauiense.

Outra atividade mencionada pelo referido estudo, e que se mostrava pouco explorada em algumas localidades do estado é a apicultura, apesar de alguns municípios possuírem vegetação apropriada para o seu desenvolvimento inclusive com a instalação de laboratórios para processamento do mel (CODEVASF, 2004). Dados do IBGE informam que a produção de mel no estado encontra-se em 4.143.804 Kg, o que significa um percentual de 29% da produção nordestina, estando à frente dos estados do Maranhão e Rio Grande do Norte.

A CODEVASF (2004) menciona ainda, que a agricultura no estado embora de caráter comercial desenvolveu-se em algumas localidades apenas para abastecimento do mercado interno. Dados oficiais demonstram que culturas como arroz, milho, mandioca e soja são desenvolvidos de forma reduzida⁴. O estudo ressalta como limitação para o aprimoramento da agricultura no estado, a precariedade nas estruturas de armazenamento,

³ IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=extracaovegetal2008>
Acesso em: 10/10/2010

⁴ IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pamclo2007>
Acesso em: 18/10/2010

dificuldades relacionadas à infra-estrutura ligada à geração de energia elétrica, que em muitos municípios ainda é monofásica.

2.2.2 Aspectos do quadro natural no estado do Piauí

Em conformidade com dados do IBGE o estado do Piauí possui extensão territorial de 251.529,186 Km², com população estimada em 3.145.325 habitantes distribuída em 223 municípios. Embora o estado possua uma biodiversidade extremamente diversificada, e rico patrimônio cultural percebe-se um fraco aproveitamento turístico, devido principalmente à precariedade da infraestrutura de transporte.⁵

O Piauí encontra-se em situação privilegiada com relação à disponibilidade hídrica,, contando com grande número de lagoas, além do rio Parnaíba e seus afluentes como fonte de irrigação e abastecimento de água. De acordo com Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística Meio-norte (2009, p. 23), o rio Parnaíba é o segundo maior de toda a região nordeste, tendo como principal afluente o rio Longa.

A vegetação transita entre a caatinga, cerrado, restinga e mangues. Além disso, o estado abriga áreas que se constituem predominantemente de exemplares de babaçu, carnaúba, buriti e tucum. De acordo com informações do IBGE, o clima da região se mostra quente (semi-árido) na maior parte do ano (de 6 a 8 meses), com temperatura média acima do 18º C.⁶

Ainda de acordo com informações governamentais, no estado do Piauí encontram-se os mais antigos sítios arqueológicos do país e da América.⁷ Desta forma, são sugeridos investimentos em atividades relacionadas ao turismo rural e arqueológico, aproveitando o potencial ambiental disponível no estado.

⁵ **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte: Plano Meio Norte – Maranhão, Piauí, Ceará.** Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, dez, 2009.

⁶Disponível em: www.ibge.gov.br/ibgeteen/atlascolar/mapas_pdf/brasil_clima.pdf
Acesso em: 22/11/2010.

⁷Governo do estado do Piauí. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/piaui.php?id=1>>
Acesso em: 04/08/2010.

2.2.3 Aspectos educacionais no estado do Piauí

Quanto aos aspectos educacionais estatísticas informam que o estado do Piauí possui os piores indicadores educacionais do país. No entanto, Farias (2009) entende que, mudanças no cenário político no ano de 2006 anunciaram modificações no plano educacional tendo como eixos principais: a democratização do acesso à educação básica; elevação da qualidade da escola pública; valorização dos profissionais ligados à educação; modernização do processo de planejamento e administração do ensino; e regime de colaboração com municípios. Em recente análise Farias (2009) afirma que, dados oficiais demonstram que ao longo deste período os percentuais de analfabetismo no estado reduziram em relação aos outros estados nordestinos. Entretanto, apesar da melhoria nos indicadores, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE no estado do Piauí no ano de 2009, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade encontra-se no patamar de 23,04%. No mesmo sentido, a pesquisa revelou que 24,79% das pessoas com idade entre 0 e 17 anos não freqüentam escola ou creche.⁸

Farias (2009) ressalta que, de maneira geral problemas relacionados às condições precárias das estradas, e escassez de transportes entre municípios estão entre os desafios enfrentados por estudantes e educadores para superação dos altos índices de analfabetismo no estado. Ainda de acordo com a autora, um dos maiores limitadores para o alcance do desenvolvimento sustentável no estado está na juventude que por não encontrar trabalho, abandona a escola para migrar por outras regiões.

A síntese do plano de ação desenvolvido pela CODEVASF (2004) constante no diagnóstico participativo Território de Desenvolvimento dos Cocais – PI relata que contribuem para os altos índices de analfabetismo regional, a deficiente infra-estrutura para realização dos cursos; a precariedade no transporte de estudantes; o reduzido número de bibliotecas públicas; os baixos índices de investimentos em tecnologia como forma de suporte para ensino (computadores).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional (2006), relata que apesar do sucessivo progresso ocorrido no sistema educacional da região, o atendimento à população rural e urbana ainda se constitui deficiente; existem problemas com as instalações e com o material escolar; e o número de professores de ensino médio com ensino superior completo encontrava-se no

⁸ IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=sis_2010
Acesso em: 10/10/2010

patamar de 82,8%, sendo abaixo da média nacional que se constituía no ano 2003 em 90,2% dos docentes.

2.3 AÇÕES: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO PIAUÍ

2.3.1 Planejamento e propostas no estado do Piauí

Tendo em vista a situação de pobreza e desigualdade social que assola o estado do Piauí, a CODEVASF em parceria com o governo federal através do Ministério da Integração Nacional, governos estaduais, municipais e sociedade civil desenvolveram uma série de estudos que formalizaram Plano de Ação para o desenvolvimento integrado da Bacia do Parnaíba - PLANAP (SEPLAN/CODEVASF, 2004), para o desenvolvimento territorial sustentável. Na mesma perspectiva, o Ministério do Desenvolvimento Agrário coordena o Programa Territórios da Cidadania lançado no ano de 2008, se constituindo em uma parceria com diversos ministérios, sendo criado para superar a pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia de direitos e cidadania. Outra ação de destaque é o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER (Ministério da Integração, 2004), que tem como finalidade promover o desenvolvimento econômico e social reduzindo as desigualdades no estado do Piauí. Todas estes programas foram elaborados levando-se em conta índices relacionados à pobreza e desigualdades sociais

Entre esses estudos destacamos o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba – PLANAP, realizado por meio de acordo de cooperação técnica entre o governo federal e a Organização dos Estados Americanos (OEA), contando ainda com a colaboração da CODEVASF, governos dos estados de Piauí, Maranhão e Ceará; prefeituras municipais, universidades, instituições financeiras, organizações não governamentais (associações e sindicatos). Tem como finalidade fomentar o desenvolvimento integrado da bacia do Rio Parnaíba (Maranhão, Piauí e Ceará), promovendo o crescimento da economia e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da comunidade local, na perspectiva de sustentabilidade das ações propostas.

2.3.2 Ações efetivadas no estado do Piauí

Entre as ações desenvolvidas pela CODEVASF para promoção do desenvolvimento sustentável efetivadas no estado do Piauí, destacam-se investimentos na aquisição de maquinários agrícolas; em pavimentação; em cadeias produtivas como a ovinocaprino cultura; na implantação, ampliação e melhoria de sistemas públicos de coleta,

tratamento e destinação final de resíduos sólidos.⁹ Além disso, existem diversas ações ligadas ao fomento das cadeias produtivas, sendo discutidas no âmbito do Governo estadual em parceria com o Ministério da Integração Nacional.¹⁰

2.4 EFEITOS NO ESTADO DO PIAUÍ

2.4.1 Aspectos socioeconômicos resultantes no estado do Piauí

De acordo com entrevistas realizadas com parceiros do PDTIS são esperados incrementos das cadeias produtivas tradicionais da região, ocasionando geração de trabalho e renda. Conseqüentemente espera-se maior envolvimento do poder público local nas ações implementadas por programas e planos externos, o que por sua vez poderá ocasionar o prolongamento dos resultados positivos no tempo.

2.4.2 Aspectos do quadro natural resultantes no estado do Piauí

No que se refere ao quadro natural, é ressaltada a necessidade de preservação dos recursos naturais na região para incremento das ações voltadas ao turismo, e também para valorização das cadeias produtivas intimamente ligadas ao meio ambiente (babaçu e carnaúba). Espera-se ainda, maior divulgação da educação ambiental no sistema educacional como forma de consolidação da adoção de práticas que visem a preservação do meio ambiente. Como resultado tem-se expectativa quanto a sustentabilidade das atividades incentivadas, com aumento da produção e preservação dos recursos naturais locais.

2.4.3. Aspectos educacionais resultantes no estado do Piauí

Quanto aos aspectos educacionais são esperados estímulos ao desenvolvimento de ações voltadas à diminuição dos índices de analfabetismo na região. No que pese a melhoria dos indicadores sociais e as diferenças na qualidade de vida entre a região nordeste e as demais regiões brasileiras, alguns programas desenvolvidos no Piauí tem implementado esforços para fomento em educação e em atividades geradoras de emprego e renda, com o objetivo de alcançar os patamares nacionais de desenvolvimento.¹¹

⁹ CODEVASF. Disponível em:

http://www.codevasf.gov.br/sistemas_de_consulta/sigec/instrumentosPorUFMunicipio?SIGECUF=BR%20PI
Acesso em: 17/08/2010.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cabecadecuia.com/noticias/84215/governo-discute-acoes-de-desenvolvimento-sustentavel-para-a-regiao-norte-do-estado.html>>

¹¹ **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Documento Base.** Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Recife, abril, 2006.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (2006, p.55) projetou um decréscimo da taxa de analfabetismo na região, que no entanto no ano de 2025 poderá alcançar o percentual de 13,5%, estando ainda o dobro da média nacional (7,3%).

Como forma de superação dos altos índices de analfabetismo, espera-se maior mobilização da sociedade local e de organizações representativas, que poderá ocasionar maior empoderamento da comunidade, melhoria da qualidade do ensino, que consequentemente incremento das cadeias produtivas em virtude da maior capacitação da população, promovendo o desenvolvimento integrado e sustentável.

2.4.4 Síntese do capítulo

Em conformidade com a primeira questão de pesquisa, que trata do papel de políticas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí, vimos como foram estruturadas as ações de intervenção do Ministério da Integração (Programa Territórios da Cidadania e Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI); e da CODEVASF no estado do Piauí, a partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental denominado Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP). Observamos a metodologia utilizada para construção do referido plano; a divisão do território em aglomerados; aspectos econômicos e ambientais da região; a estrutura institucional formada para gestão dos projetos de intervenção local; e a estrutura educacional promovida no estado do Piauí. Além disso, foram ressaltados resultados e efeitos esperados quanto aos aspectos socioeconômicos, ambientais e educacionais a partir da implementação dos referidos programas no estado do Piauí. O capítulo a seguir apresenta as ações desenvolvidas pela Fundação Banco do Banco no Território dos Cocais, especificamente no aglomerado 3 localizado no Estado Piauí, através do denominado PDTIS Território dos Cocais, utilizando como referencial o diagnóstico apresentado no PLANAP.

3. AÇÕES DE TERCEIRA GERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS (AG 3): A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS NO PIAUÍ

Este capítulo tem como propósito responder à segunda questão de pesquisa, que indaga como as ações da Fundação Banco do Brasil se inserem na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3).

3.1 BREVES REFERÊNCIAS: O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL TERRITORIAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS

O Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável – PDTIS Território dos Cocais está sendo concebido pela FBB com o propósito de minimizar os efeitos da pobreza e das desigualdades no Piauí, promovendo o desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades locais e da articulação de parcerias, alcançando inclusão social e produtiva.

Nesse sentido, algumas ações já foram iniciadas no Piauí, na área denominada Aglomerado Três – AG 3, que por sua vez é composta por treze municípios, localizados na porção central da bacia do Rio Parnaíba. De acordo com entrevistas realizadas com membros da FBB, o referencial para implementação do programa é o diagnóstico realizado pela CODEVASF/SEPLAN (2006) Em sintonia com as recomendações da CODEVASF/SEPLAN (2006), os princípios adotados para o programa são os seguintes: a participação de atores locais; visão territorial do planejamento e das ações; construção coletiva de projetos; responsabilidade compartilhada; programas, projetos e resultados pactuados; valorização de saberes e culturas locais (FBB - ppt. 2008, p.5). Ressalta-se ainda, que o PDTIS encontra-se estruturado sob os seguintes pilares: educação, trabalho e renda, saúde e identidade cultural. Neste sentido, o programa está sendo concebido com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do estado do Piauí, especificamente área conhecida como região dos Cocais (FBB - ppt. 2008, p.3)

3.2 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL NO AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3)

3.2.1 Aspectos do quadro natural no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

A temperatura média no Território encontra-se na ordem de 27°C, com escassez de chuvas durante quase todo o ano. Entretanto, de acordo com estudo CODEVASF/SEPLAN (2004, p.36) a disponibilidade hídrica na região permite a construção de novas barragens para abastecimento e geração de energia, sendo que as finalizadas encontram-se localizadas nos municípios de Barras e Esperantina. Ainda de acordo com o referido diagnóstico existem lençóis freáticos em abundância, sendo que a maioria dos poços da região são explorados por particulares, que de forma indiscriminada perfuram poços agredindo a qualidade dos aquíferos locais (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.83). A disponibilidade de águas subterrâneas também é ressaltada no estudo CODEVASF/SEPLAN (2006, p.63), apesar do aumento da poluição na maioria dos municípios com a contaminação através de chorume e metais pesados.

A vegetação na região é formada predominantemente por carnaubais, buritizais, tucunzais e babaçuais, somada às características nativas do cerrado e caatinga. (SEPLAN/CODEVASF, 2006, p.102). Observa-se ao longo de todo o aglomerado grande devastação da vegetação nativa, que ao longo do tempo vem sendo substituída por culturas e pastagens, com a consequente perda da biodiversidade, assoreamento de rios e desgaste do solo. Em virtude da degradação ambiental inclusive com a retirada de matas ciliares, a região apresenta algumas áreas em processo de desertificação.

Constatam-se ainda, paisagens ecoturísticas passíveis de exploração econômica. A figura abaixo retrata o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu localizado nos municípios de Esperantina e Batalha, ilustrando a importância da preservação ambiental para exploração turística.

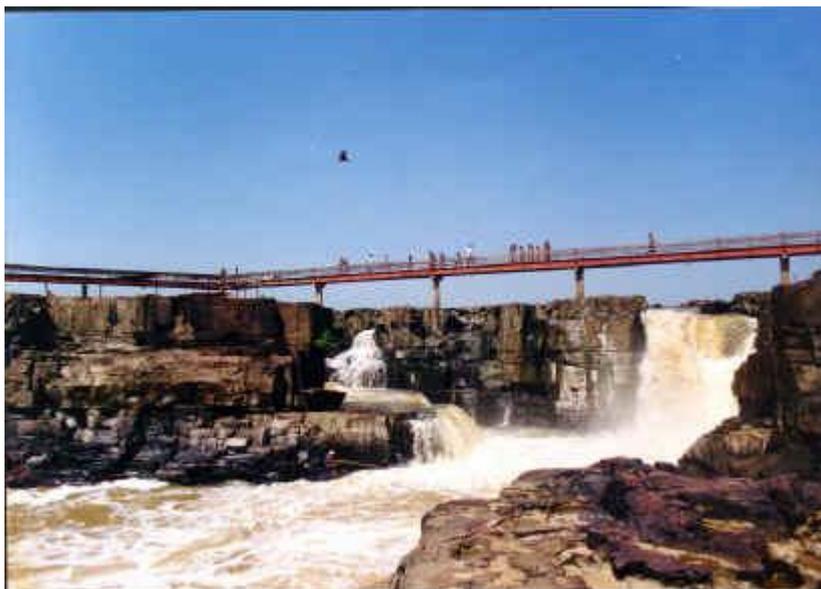


Figura 1 - Cachoeira do Urubu – PI
Autor: Desconhecido
Data da Foto: 1990
Fonte: <http://www.florianonet.com.br/turismo/trekking/cachoeira.htm>

3.2.2 Aspectos socioeconômicos no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

O Aglomerado de Municípios Três – PI (AG 3) é composto pelos seguintes municípios: Barras, Batalha, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e São João do Arraial. Segundo dados constantes no estudo realizado pela SEPLAN/CODEVASF (2004, p.17), o aglomerado possuía, no ano 2004 uma população de aproximadamente 192.347 habitantes.

No que se refere às atividades produtivas realizadas no Território devemos destacar, o cultivo de lavouras permanentes como banana, laranja e castanha de caju concentrada principalmente na cidade de Batalha. Conforme ressalta o estudo realizado pela SEPLAN/CODEVASF (2004, p.73), existe grande potencial para investimentos na criação de ovinos, caprinos, aves, suínos, bovinos de corte e leite. Da mesma forma, são sugeridas ações de fomento na agricultura local, especialmente, no cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, caju e soja. O extrativismo vegetal se constitui em atividade desenvolvida de maneira precária por famílias de baixa renda, inclusive para a produção de artesanato local. Neste sentido, são estimulados investimentos em tecnologia para aprimoramento do extrativismo de carnaúba, babaçu e buriti, no sentido de valorização e incrementar a atividade. No que diz respeito aos recursos minerais disponíveis, devemos destacar a

ocorrência de ametista e caulim, com a necessidade de investimentos em pesquisa para exploração econômica.

A área se mostra com grandes limitações com relação à infra-estrutura de apoio à produção. O sistema rodoviário encontra-se prejudicado, em virtude da falta de pavimentação, dificultando o tráfego e o escoamento da produção na região. Um dos exemplos da precariedade do sistema é a rodovia estadual (PI 212), que por sua vez recorta todo o território, suportando tráfego intenso sem qualquer tipo de manutenção, acostamentos ou sinalizações. Outra dificuldade está no reduzido aproveitamento dos recursos hídricos que dificultam o escoamento da produção local. (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.73)

Outro exemplo da deficiência na infra-estrutura de apoio à produção, é a inadequada disponibilidade de energia elétrica (monofásica) na zona rural da maior parte dos municípios, inviabilizando o incremento e modernização da agricultura local, inclusive no que se refere ao sistema de irrigação.

Além disso, a ausência de estudos específicos, e a deficiência de recursos humanos especializados impedem o adequado aproveitamento e distribuição de água nas propriedades rurais, inviabilizando uma produtividade em larga escala. Ainda de acordo com referido estudo (SEPLAN/CODEVASF, 2004), existe uma escassez de incentivo para produção, comercialização, e armazenamento da produção agrícola, o que constitui um dos maiores embargos ao desenvolvimento da agricultura na região.

Existe ainda a necessidade de investimentos na área da saúde, com a construção de hospitais para atendimento de pacientes com enfermidades de média e alta complexidade. Também se mostra essencial a construção de postos de saúde, além da contratação de profissionais de saúde para composição de equipes de atendimento preventivo (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.76). Ainda no âmbito da área de saúde, devemos ressaltar a insuficiência de medicamentos nas farmácias da rede pública.

Outras questões também foram mencionados no referido estudo, tais como: deficiências na rede de distribuição de água e saneamento básico; ineficiência da coleta de lixo; e ainda acentuado déficit habitacional (moradias de taipa e palha)

3.2.3. Aspectos educacionais no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

De acordo com informações constantes do diagnóstico SEPLAN/CODEVASF (2004, p.20), o Aglomerado de Municípios Três - PI possuía na época taxas de analfabetismo variando em torno de 54,15%, ficando bem acima do índice nacional (14%), da região nordeste (26%), e do restante do Estado do Piauí (47,4%),. Ainda com base no referido estudo foram constatados problemas com relação à educação formal no Território:

- Ausência de reconhecimento de alguns cursos superiores por parte do MEC;
- Deficiência na infra-estrutura física dos locais onde são realizados os cursos;
- Escassez de cursos de inclusão digital;
- Veículos inadequados para transporte de estudantes;
- Deficiência no acervo e na estrutura das bibliotecas públicas;
- Necessidade de potencializar educação profissionalizante, voltadas especialmente para as áreas agrícolas.
- Ausência de recursos tecnológicos para o aprimoramento do aprendizado nas escolas;
- Falta de mão de obra qualificada para lidar com os recursos tecnológicos existentes.

Dados constantes no Gráfico 1 confirmam os altos índices de analfabetismo no Aglomerado de Municípios Três (AG 3) na época, que por sua vez ficavam em torno de 50% das pessoas com 15 anos de idade ou mais, conforme informam as barras em amarelo.

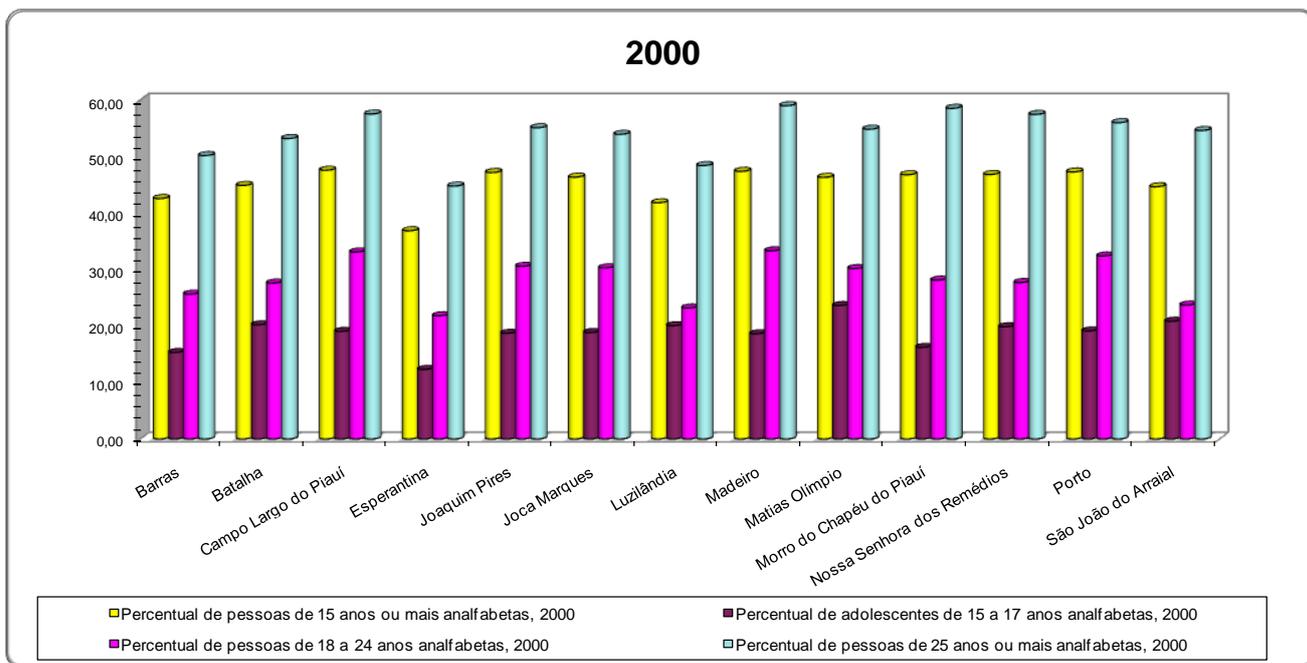


Gráfico 1 – Percentual de analfabetos no Aglomerado de Municípios Três - PI.
 Fonte: Elaboração pela autora a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010.

Com relação à educação no Aglomerado de Municípios Três - PI podemos salientar que a oferta e a qualidade dos serviços, relacionados à educação básica se mostram extremamente deficientes. Existe uma carência de adequadas estruturas físicas das escolas, ausência de acesso ao material didático, deficiências de bibliotecas públicas e de acervos, inadequação do calendário escolar, baixa qualidade da merenda escolar e escassez de professores qualificados. Todos estes fatores contribuem para os elevados indicadores de analfabetismo, repetência e evasão escolar na região. O estudo realizado pela SEPLAN/CODEVASF (2004) sugere investimentos na educação infantil, ensino fundamental e médio em todos os municípios que compõe o aglomerado, além da inserção da temática ambiental no contexto escolar.

Apesar de existirem no aglomerado grande quantidade de cursos superiores voltados especialmente para licenciatura, faculdades públicas e particulares convivem com a falta de infra-estrutura física adequada, inclusive para realização de atividades culturais e esportivas. A este quadro caótico, acrescenta-se a ausência de reconhecimento de alguns cursos junto ao MEC. Neste sentido, o estudo salientou a necessidade de fomento do ensino superior e técnico na região, além de investimentos na qualificação dos professores (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.27)

Além disso, foi diagnosticada a ausência de cursos profissionalizantes voltados para as vocações do Aglomerado, por exemplo, no que diz respeito à cadeia produtiva do babaçu, carnaúba e buriti. Outro aspecto a ser salientado se refere à deficiência de cursos de inclusão digital, e ao baixo acesso das escolas aos recursos tecnológicos disponíveis no mercado (televisores, DVDs, vídeos, retroprojetores, computadores, Internet), se mostrando restrita a pequenos grupos e segmentos da sociedade local.

No que diz respeito às concepções de desenvolvimento, sobressai no Aglomerado de Municípios Três (AG 3) - PI uma capacidade coletiva de identificação da interdependência das dimensões econômica (atividades produtivas e infra-estrutura), ambiental e sociocultural, bem como a visão de contextualização e complementaridade, que auxiliam no processo de desenvolvimento territorial sustentável e integrado. Devemos ressaltar inclusive, que as parcerias firmadas no Aglomerado se concentram principalmente na superação dos entraves de ordem socioeconômica, e não simplesmente no fomento dos arranjos produtivos locais, sem se atentarem, por exemplo, aos aspectos educacionais que se mostram deficientes, na medida em que inexistem instalações e equipamentos adequados para o desenvolvimento de atividades educacionais, gerados pela ineficiência na administração de recursos financeiros disponibilizados na região. Por fim, indica o estudo que a educação no Aglomerado enfrenta problemas com relação à má gestão dos recursos financeiros ora designados e também, baixa priorização das ações voltadas à qualificação de pessoal. (SEPLAN/CODEVASF, 2004, p.42)

Com relação à organização educacional no Aglomerado de Municípios Três - PI, este dispõe de pouca atuação dos conselhos institucionais, tais como: conselhos de educação, conselhos tutelares, conselhos de crianças e adolescentes. Além disso, acrescenta-se a baixa qualificação dos conselheiros municipais, contribuindo para a ineficiência da gestão educacional local. Da mesma forma, se mostra incipiente a atuação de organizações e sindicatos de categorias na área da educação, com pouca expressividade na formulação de políticas públicas municipais.

Em síntese, podemos concluir que o aglomerado se mostra extremamente deficiente quanto aos aspectos socioeconômicos, com limitações relacionadas à infra-estrutura, agricultura e pecuária. Por outro lado quanto aos aspectos naturais observou-se gradativo aumento da degradação ambiental, com contaminação dos recursos hídricos e destruição da biodiversidade. Com relação à educação, que se constituiria pilar de sustentação da ordem econômica e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável na região, parece não estar cumprindo esse papel na medida do necessário. Diante desse quadro, o

governo e outras entidades, em particular a CODEVASF, buscam ações conjuntas visando o desenvolvimento territorial integrado e sustentável do aglomerado. Assim, podemos concluir da combinação de potencialidades e problemas ora destacados, o aglomerado ainda reflete o modelo de desenvolvimento nordestino que reforçou as desigualdades regionais e sociais e que se perpetuou no tempo. (SEPLAN/CODEVASF, 2004),

3.3 AÇÕES: A FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E O PLANEJAMENTO PARA O AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3)

3.3.1 Breves referências institucionais relativas à Fundação Banco do Brasil

Como primeiro passo para entendimento do processo de implementação do PDTIS Território dos Cocais necessário se faz um breve levantamento dos aspectos institucionais da Fundação Banco do Brasil, sendo consideradas informações sobre sua missão, o planejamento estratégico, formas de atuação e estrutura institucional em conformidade com os seus objetivos.

Desde o ano de 1988 a Fundação Banco do Brasil tem pautado sua atuação em torno do desenvolvimento do país. No entanto a partir do ano de 2001, a FBB passou por uma reestruturação no planejamento estratégico, assumindo com maior efetividade o seu papel de articulador social, dando ênfase na mobilização com instituições que buscam soluções para problemas de ordem social. Neste sentido seu foco de atuação passou a ser tecnologias sociais, educação, e geração de trabalho e renda. A FBB tem como marca o desenvolvimento de seus próprios programas, buscando incentivar transformações sociais em comunidades nas quais atua por intermédio de diretrizes estratégicas e da gestão de programas. Em suas ações a instituição leva em consideração as dimensões humanas, econômicas e ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida da população, a identificação de diferentes níveis de atuação política e procurando alcançar o desenvolvimento integrado e sustentável.

Conforme documentos institucionais, o planejamento estratégico elaborado pela FBB definiu que a instituição deveria se mostrar reconhecida por contribuir com o desenvolvimento social do país, em razão da articulação de iniciativas inovadoras, ações e programas estruturados em escalas, e a constante interação com políticas públicas.

No que se refere aos objetivos estratégicos, constantes no planejamento estratégico foram destacados dois aspectos para elaboração do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável – PDTIS: a imagem institucional e a forma de atuação.

Assim vejamos o que a FBB pretende quanto à imagem institucional:

- “ser percebida por sua capacidade de articulação e mobilização de outras organizações para o desenvolvimento de ações sustentáveis de inclusão e transformação social, incorporando as dimensões humana, econômica e ambiental;
- ser vista como entidade que busca atuar por meio de programas estruturados que gerem ações em escala, promovendo impacto social nas regiões e comunidades de sua atuação;
- ser reconhecida como instituição que valoriza, incentiva, dissemina e reaplica tecnologias sociais;
- ser reconhecida como instituição que incentiva e desenvolve iniciativas inovadoras;
- ser reconhecida pela promoção da inclusão digital, uso e difusão de software livre, contribuindo para democratização do acesso à informação.”

No que se refere à forma de atuação da FBB deve:

- “estabelecer e valoriza parcerias, nacionais e internacionais, que agreguem competências complementares;
- focar a atuação na gestão e integração de programas sociais estruturados;
- monitorar a implantação das ações e avaliar o impacto dos programas e projetos, verificando as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas;

- desenvolver ações em rede na busca de reaplicar, em escala, as Tecnologias sociais;
- desenvolver, promover e implementar iniciativas no âmbito da economia solidária.”¹²

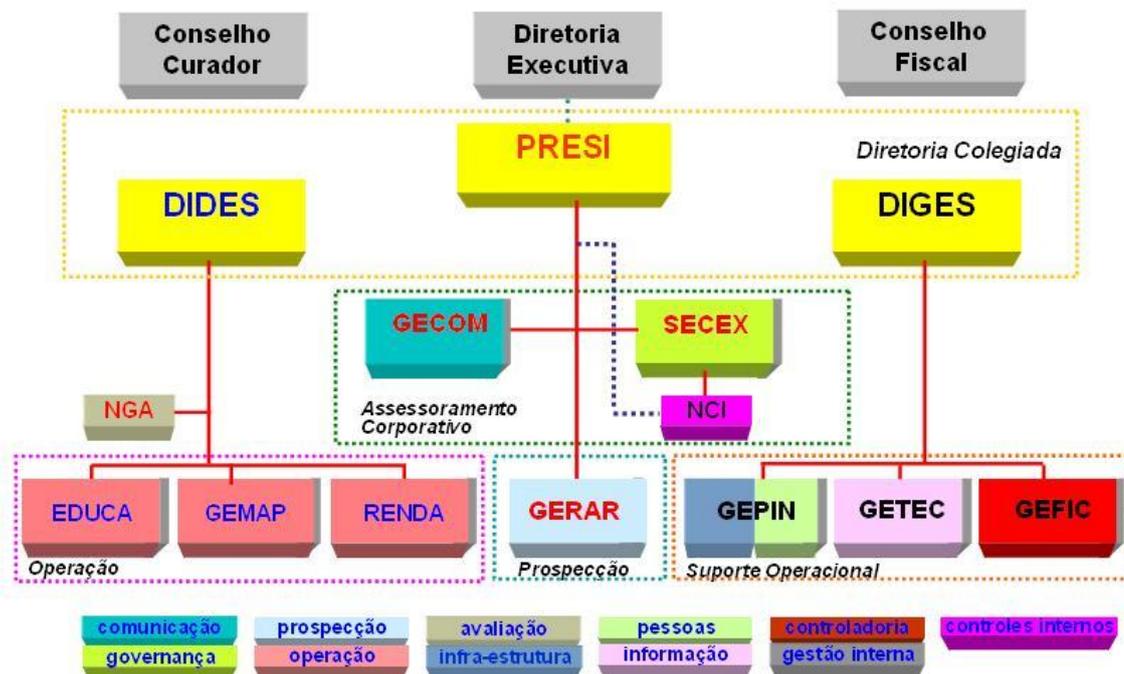
Nesta perspectiva a principal diretriz constante do planejamento estratégico, consiste no aprofundamento da atuação da FBB no âmbito do Programa Trabalho e Cidadania, que por sua vez envolvem os seguintes projetos:

- Desenvolvimento local e territorial sustentável;
- Reaplicação de tecnologias sociais;
- Cadeias produtivas;

No âmbito do projeto desenvolvimento local e territorial sustentável, surge o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável – PDTIS Território dos Cocais. A proposta em implementação envolve ações de desenvolvimento integrado e sustentável envolvendo 13 municípios localizados no estado do Piauí. O foco de atuação se dá em apicultura, cajucultura, ovinocaprinocultura, piscicultura, extrativismo de babaçu e carnaúba, além de ações em educação. No que se refere à estrutura institucional a FBB encontra-se estruturada conforme organograma abaixo:

¹² Informações constantes do Estudo 3 - Estrutura proposta para o programa de desenvolvimento integrado e sustentável – PDTIS, realizado pela FBB, FUBRA, UnB e CDS.

Fundação Banco do Brasil



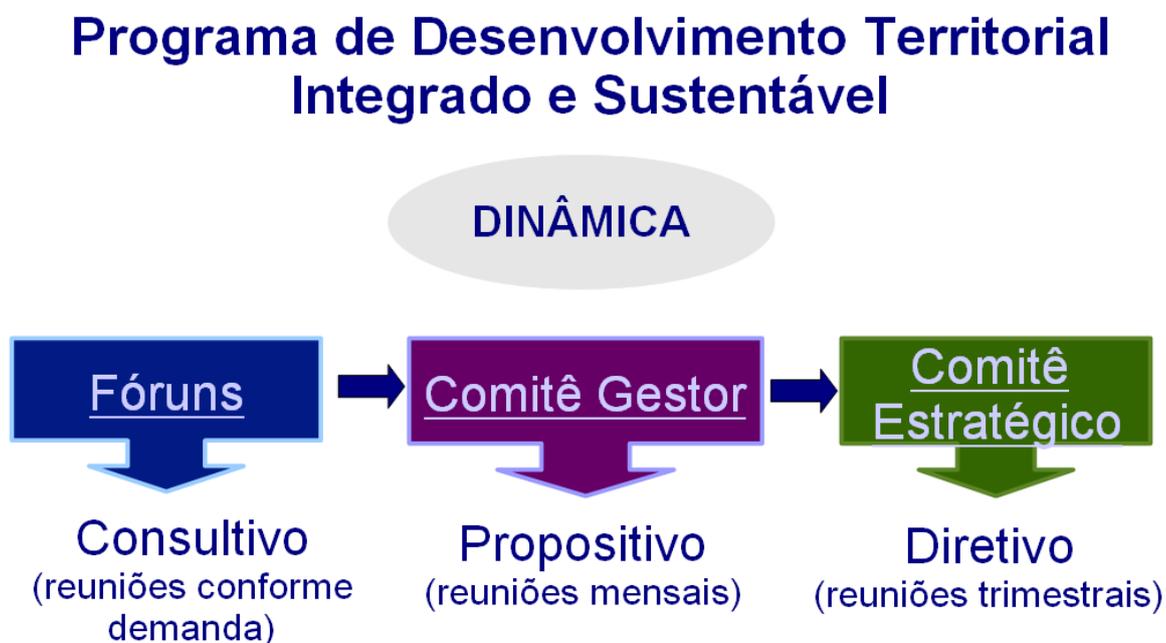
Organograma 1 – Estrutura institucional da Fundação Banco do Brasil - FBB
 Fonte: <http://www.fbb.org.br>. 2010

De acordo com informações institucionais, a modelagem do PDTIS Território dos Cocais está sendo estruturada na GERAR, departamento diretamente ligado à presidência da FBB. No entanto, os projetos aprovados no âmbito do programa deverão ser conduzidos pela GERAR, EDUCA ou RENDA. A GEMAP será responsável pelo assessoramento e monitoramento técnico dos referidos projetos.

A partir do referido diagnóstico estratégico realizado pela CODEVASF, e da escolha do território para atuação, a Fundação Banco do Brasil iniciou o processo de articulação com instituições de diversos níveis, em conformidade com seus objetivos estratégicos. Assim foi realizado o procedimento de articulação com as seguintes entidades: CODEVASF, SEBRAE, Banco do Brasil, Governo do Estado do Piauí, consórcio de prefeitos (13 municípios), Universidade Federal do Piauí, uma organização não-governamental denominada CEPES (Centro de Educação Popular Esperantinense), e recentemente com a GTZ Brasil (Deutsche Gesellschaft Technische Zusammenarbeit).

Neste sentido, o processo de implementação do PDTIS está se concretizando a partir da formalização da institucionalidade (protocolos de intenções), e com criação de fóruns

locais, do comitê gestor (caráter propositivo e executivo), e do comitê estratégico (caráter diretivo), conforme ilustração abaixo.



Fluxograma 1 – Organização do PDTIS Território dos Cocais
Fonte: Apresentação FBB no lançamento do PDTIS em 22/04/2008.

Ressalta-se que o processo de articulação interinstitucional encontra-se pautado na construção coletiva dos projetos, e ações a serem desenvolvidas através de uma metodologia participativa, despertando o interesse por questões locais e para a necessidade de reflexão sobre a realidade da população, favorecendo um ambiente de sensibilização e mobilização social na valorização dos saberes e culturas locais.

Neste contexto, a apresentação do PDTIS Território dos Cocais se propõe a incentivar a participação dos atores locais; planejar e implementar ações com visão territorial; construir projetos de forma coletiva; compartilhar responsabilidades; programas, projetos e resultados deverão ser dar de forma pactuada; deverá haver a valorização dos saberes e culturas locais.

3.3.1 Planejamento e propostas da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Recorte territorial utilizado pela FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

O PDTIS Território dos Cocais foi iniciado em 2007, a partir de um viés territorial onde a Fundação Banco do Brasil selecionou dentro da região denominada como Território dos Cocais (Maranhão, Piauí e Ceará) o estado do Piauí para atuação e fomento nos moldes do PDTIS, em conformidade com seu planejamento estratégico. Entrevistas com gestores mostraram que o critério de escolha da área se deu pela oportunidade de atuação em uma região de grande necessidade de melhora em aspectos socioeconômicos; e pela presença de parceiros com interlocução e olhar pelo nordeste.

Desta forma, a escolha da área se deu a partir de indicadores socioeconômicos (baixo IDH) identificados em um diagnóstico participativo realizado pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba), produzido por um sistema que enfocou as potencialidades e limites da região, levando-se em consideração as seguintes variáveis: investimentos, tecnologia, organização e gestão (PLANAP).

No que se refere especificamente à territorialidade, a CODEVASF ao efetuar a divisão do estado do Piauí, optou por estabelecer um recorte que permitisse a aliança entre municípios com realidades e vocações produtivas semelhantes. Neste sentido, o estado foi dividido em 11 territórios de desenvolvimento, estabelecidos por uma questão de afinidade. A figura abaixo retrata esta divisão, ressaltando que a região dos Cocais no estado do Piauí

é formada pelo somatório dos aglomerados AG3 e AG4, totalizando 22 municípios.¹³



Figura 2 – Divisão do estado do Piauí em Territórios de desenvolvimento e municípios que fazem parte do AG3.
Fonte: PLANAP - CODEVASF

Nesta perspectiva, utilizando como referência o recorte espacial efetuado pela CODEVASF, a Fundação Banco do Brasil priorizou o Aglomerado de Municípios Três (AG3), que por sua vez é formado por treze municípios, como área de atuação e fomento para a implementação de um Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável (PDTIS), no que foi denominado de Território dos Cocais.

A FBB priorizou ações voltadas ao desenvolvimento desta área em virtude, por exemplo, da escassez do número de profissionais de saúde em relação à população local. Outro aspecto relevante a ser considerado, se refere à disponibilidade de serviços básicos como abastecimento de água e energia elétrica. De acordo com diagnóstico realizado pela CODEVASF o índice de pobreza e desigualdade social se mostrava bastante elevado, o que também justificava a implementação de programas como o PDTIS Território dos Cocais.

¹³ Posteriormente, foram acrescentados o AG 27 e AG 28, ambos localizados respectivamente, nos estados do Maranhão e Ceará (SEPLAN/CODEVASF, 2006).

Diretrizes, objetivos, metas e estratégias propostas pela FBB para o Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

a) Diretrizes gerais da FBB para o Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

De acordo com documentos institucionais (FBB, 2008, p.4), o principal objetivo de atuação no Aglomerado é “organizar, fortalecer as comunidades locais para o Desenvolvimento Sustentável, com foco na redução da pobreza e das desigualdades sociais, promovendo inclusão social e produtiva, a partir das potencialidades do território e da articulação de parcerias.” Fortalecer e organizar as comunidades locais significa fomentar ações socioeconômicas e ambientais de forma articulada com outros parceiros.

Ainda em conformidade com o referido documento, entre as diretrizes do programa sobressai:

- A efetiva participação dos atores sociais locais como forma de empoderamento;
- Visão territorial na formulação e na priorização das ações a serem implementadas;
- Construção coletiva das ações priorizadas;
- Responsabilidade compartilhada entre os parceiros;
- Programas, projetos e resultados deverão ser pactuados e alinhados para futuros investimentos;
- Estímulo à valorização dos saberes e cultura locais.

Todas estas diretrizes devem se mostrar alinhados com os pilares de atuação da FBB: educação; trabalho e renda; saúde; e identidade cultural.

b) Diretrizes relativas à educação da FBB para o Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Tendo em vista o diagnóstico das necessidades da área, e ainda de acordo com documentos institucionais (FBB, 2008, p.17) as ações educacionais a serem fomentadas pela FBB consideradas de curto prazo (2008) são:

- Implementação de projetos de alfabetização tendo como público alvo familiares de produtores das atividades a serem priorizadas no Aglomerado, mulheres, jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos, e quilombolas;
- Ações voltadas ao fortalecimento dos conselhos municipais locais.

São consideradas ações educacionais de médio prazo (2008/2010):

- Implementação de projeto relacionado à inclusão digital nos municípios constantes do Aglomerado;
- Criação e ampliação de laboratórios digitais nas escolas desprovidas;
- O fortalecimento e a criação de novas escolas denominadas “escola família agrícola”, voltadas aos municípios onde as atividades se constituírem prioritizadas (FBB, 2008, p.18).

Foram priorizadas a longo prazo (2008/2012) as seguintes ações educacionais:

- Realização de diagnóstico, planejamento e monitoramento da gestão educacional realizada nos municípios constantes do aglomerado, no sentido de melhorar a qualidade do ensino local;
- Investimento na qualificação de professores, diretores e secretários municipais;
- Implementação de uma educação contextualizada;
- Implementação de uma escola técnica por ano, priorizando as vocações do Aglomerado (FBB, 2008, p.19).

Aspectos organizacionais da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

a- Aspectos organizacionais gerais da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

- Metodologia adotada

Ainda na perspectiva de construção coletiva e responsabilidade compartilhada a FBB elaborou como primeira experiência, metodologia a ser aplicada no Aglomerado facilitando na escolha das atividades a serem prioritizadas, e ainda no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos fomentados. O quadro abaixo demonstra a metodologia aplicada para implementação do PDTIS no Aglomerado de Municípios Três – PI.

Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável



Fluxograma 2 – Metodologia aplicada ao PDTIS Território dos Cocais.
Fonte: Apresentação FBB no lançamento do PDTIS em 24/04/2008.

- Diagnóstico, priorização de ações e mobilização de entidades

Conforme ressaltamos anteriormente, o PDTIS Território dos Cocais foi iniciado pelo diagnóstico da região, com a escolha da região através do estudo realizado pela SEPLAN/CODEVASF (2004). Esta análise demonstrou que o estado do Piauí se mostrava como região com grandes necessidades de ordem socioeconômica, em conformidade com o planejamento estratégico da FBB.

O segundo passo foi detectar as ações a serem priorizadas no Território. Neste sentido ficou estabelecido que a FBB se mostraria atuante no Território através do PDTIS, junto aos seguintes pilares: educação; trabalho e renda; saúde; identidade cultural.

Em seguida, foi iniciado o processo de mobilização e articulação entre as diversas entidades e instituições locais (lideranças comunitárias, secretários municipais e formadores de opinião) com foco de apoio nas organizações de pequenos produtores, no fortalecimento das instituições não governamentais e movimentos sociais, e ainda, na criação de um consórcio das prefeituras integrantes do Aglomerado de Municípios Três – PI denominado CITICOCAIS.

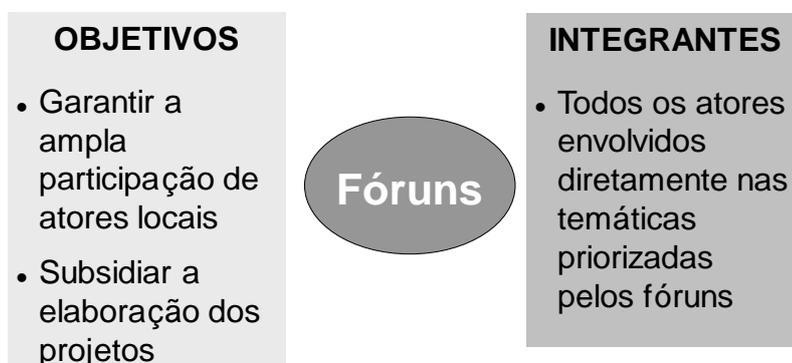
Após o lançamento oficial do PDTIS no município de Esperantina em novembro de 2007, iniciaram os primeiros procedimentos no sentido de contratar os profissionais que iriam compor a equipe executiva do programa. Paralelo a estas contratações foram adquiridos equipamentos e materiais de apoio para viabilização e sustentação aos trabalhos.

Já em março de 2008, ainda como parte do processo de mobilização e sensibilização foram realizadas visitas em cada um dos 13 municípios de forma isolada, 3 encontros regionais, além de 1 seminário regional na cidade de Esperantina, para contactar prefeitos(as) secretários(as) municipais, sindicatos rurais e urbanos, associações de produtores para apresentação do programa. A realização destes encontros permitiu: a integração entre representantes da sociedade civil e poder público; a identificação de possíveis demandas a serem apreciadas pela institucionalidade do PDTIS; e a motivação da comunidade local quanto aos resultados do programa.

- Dinâmica institucional, fóruns e termo de compromisso para Comitê Gestor.

A próxima etapa, ainda na perspectiva de construção coletiva, foi estruturar uma dinâmica institucional para iniciar a fase de priorização e elaboração de projetos. E para concretização foram constituídos em âmbito local, fóruns onde todos os atores sociais envolvidos no processo participam amplamente das decisões relacionadas às temáticas priorizadas, e dos projetos priorizados.

Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável



Em seguida, com a finalidade de formalizar a referida aliança institucional foi celebrado um termo de compromisso entre os mencionados atores sociais, para formação de um comitê gestor de caráter propositivo e executivo, para estruturação do PDTIS, elaboração de planos de trabalho, e construção do planejamento orçamentário para efetivação das ações ora aprovadas. A figura abaixo ressalta os principais objetivos e as instituições que participam do Comitê Gestor.

Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável



Fluxograma 4 – Estrutura do Comitê Gestor – PDTIS Território dos Cocais .
Fonte: Apresentação FBB no lançamento do PDTIS em 24/04/2008.

- O papel do CEPES

Neste contexto, devemos ressaltar a importância de cada parceiro dentro do processo de articulação como forma de fomentar as ações a serem priorizadas. Em especial destacam-se as ações desenvolvidas pelo CEPES (Centro de Educação Popular Esperantinense), que se mostra como parceiro estratégico na perspectiva do PDTIS, onde foi identificada como principal atribuição à sensibilização e mobilização das comunidades locais estimulando o protagonismo social. Além disso, a entidade exerce o papel de interlocutor entre o comitê gestor e os atores sociais locais.

O CEPES se constitui em entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundado em 1984, que presta serviços na área de educação e assessoria aos movimentos sociais no campo e na cidade. Atualmente encontra-se estabelecido na cidade de Esperantina, com atuação em todo Território.

Conforme informações de membros da FBB ficou estabelecido pelo comitê gestor, que o CEPES seria o parceiro responsável por coordenar as ações no Território, inclusive por atuar com sucesso no âmbito educacional. Atualmente o CEPES se constitui como entidade articuladora que atua junto aos 13 municípios participantes do PDTIS Território dos Cocais na formação e organização de trabalhadores, visando a tomada de consciência de seus direitos, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática e socialmente justa.

- Regimento interno e Comitê Estratégico

Ainda na perspectiva de consolidar o PDTIS, foi elaborado o regimento interno para regulamentação da criação de um comitê estratégico, de caráter diretivo, que tem a função de validar cada projeto aprovado pelo comitê gestor, e possui os seguintes objetivos:

- Estimular a efetiva participação dos agentes e atores do Território dos Cocais;
- Estimular o protagonismo local na definição das prioridades e na elaboração de projetos específicos;
- Validar o plano de desenvolvimento territorial;
- Promover a integração de interesses do poder público, mercado e sociedade reduzindo riscos de conflitos;
- “Estabelecer condições e procedimentos necessários para disseminar e implementar ações voltadas ao desenvolvimento integrado e sustentável.”¹⁴

A figura abaixo demonstra os integrantes locais que fazem parte do comitê estratégico, além dos objetivos gerais que justificam sua instituição.

¹⁴ Regimento interno do comitê estratégico para o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território dos Cocais – Aglomerado 3 – PI.

Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável



Fluxograma 5 – Estrutura do Comitê Estratégico – PDTIS Território dos Cocais.
 Fonte: Apresentação FBB no lançamento do PDTIS em 24/04/2008.

Por fim estabeleceu-se que o Comitê Estratégico tem como finalidade discutir e disseminar providências, para facilitar a implementação de ações a serem identificadas e priorizadas para promoção do desenvolvimento integrado e sustentável no aglomerado. Entre as ações a serem priorizadas estão relativas a educação que se mostraram essenciais na construção e fomento de outros pilares de atuação da FBB (trabalho e renda).

b- Aspectos organizacionais relativos à educação da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Entre as ações a serem priorizadas no âmbito do PDTIS Território dos Cocais encontram-se as relativas ao campo educacional, como componente essencial para a implementação de outras ações no Aglomerado.

Metodologia e formas de implementação da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3)

i) Metodologia e formas de implementação gerais da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Documentos institucionais demonstram que a metodologia utilizada na implementação do PDTIS, encontra-se baseada na participação e no compartilhamento de responsabilidades entre os diversos parceiros. Entrevistas revelaram que projetos eram apresentados aleatoriamente por entidades junto à FBB, sem critério metodológico pré-estabelecido causando obstáculos quanto à apreciação e a viabilidade técnica e econômica.

Assim a metodologia aplicada ao PDTIS Território dos Cocais, se mostra como piloto do ponto de vista da FBB, e foi estabelecida com o objetivo de facilitar a implementação do programa e auxiliar na seleção de projetos a serem priorizados no âmbito do Território.

- O estabelecimento de parcerias

Ainda como parte da metodologia aplicada ao PDTIS, constatou-se a necessidade de formalização de parcerias local, regional e nacional. Neste sentido, o PDTIS Território dos Cocais tem como princípio o estabelecimento de parcerias para viabilização de ações com a finalidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável no estado no Piauí. Foram entrevistados os atores sociais que atuam em âmbito do Comitê Gestor. Assim, de acordo com pesquisa documental a participação da FBB, SEBRAE, assim como da CODEVASF neste arranjo institucional foram estabelecidas com as seguintes intenções:

- Designar dois representantes da instituição para acompanhar permanentemente todas as reuniões do comitê gestor;
- Interagir com membros do comitê estratégico no sentido de orientar quanto ao enquadramento das propostas ora validadas com as normas internas estabelecidas no âmbito do programa, inclusive disponibilizando modelos de apresentação de projetos garantindo a celeridade de ações sob sua responsabilidade;
- Destinar recursos orçamentários para estruturação das ações desenvolvidas junto ao programa, convergente com ações estratégicas fomentadas por outros parceiros, respeitando as normas, os critérios operacionais e as limitações de estrutura e de orçamento;
- Examinar as propostas apresentadas com a observância de normas internas, e das diretrizes emanadas pelo comitê gestor;
- Firmar convênios de cooperação técnica e financeira, em conformidade com os objetivos do PDTIS;
- Designar um representante para atuação permanente junto ao comitê estratégico;
- Fornecer aos parceiros relatórios para acompanhamento dos projetos aprovados;
- Estabelecer de forma participativa, os critérios e procedimentos operacionais necessários à execução do PDTIS.

Já no que se refere à inserção do Banco do Brasil, esta se deu através da superintendência estadual de desenvolvimento regional sustentável (DRS), como representante junto ao comitê estratégico do programa se comprometendo principalmente:

- Avaliar a possibilidade de disponibilizar linhas de crédito com vistas a estruturar atividades produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável no Território;
- Interagir com outros parceiros acerca linhas de crédito disponíveis;
- Fornecer aos parceiros quando solicitado, relatórios contendo projetos aprovados;

Outro parceiro estabelecido junto ao PDTIS é o governo do estado do Piauí, através da SEPLAN (Secretaria de Planejamento), e que tem como função precípua facilitar a articulação do programa com outras instâncias governamentais, inclusive com a alocação de recursos convergentes do plano plurianual estadual para viabilizar ações priorizadas.

O CEPES (Centro de Educação Popular Esperantinense) também se mostra como parceiro estratégico, na medida em que tem como principal atribuição sensibilizar e mobilizar as comunidades constantes no Território favorecendo o protagonismo social. A entidade executa ações de interlocução entre o comitê gestor e os parceiros locais.

No que se refere à participação dos 13 municípios que compõe o Aglomerado 3, esta se dá através de um consórcio instituído sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, denominado CITCOCAIS (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais). Este por sua vez foi constituído no ano de 2008, com o intuito de incentivar a cooperação mútua durante o planejamento e execução de obras, serviços e atividades de interesse dos partícipes. Fazem parte do mencionado consórcio os municípios de Barras, Batalha, Campo Largo do Piauí, Esperantina, Joaquim Pires, Joca Marques, Luzilândia, Matias Olímpio, Madeiro, Morro do Chapéu do Piauí, Nossa Senhora dos Remédios, Porto e São João do Arraial.

Entre os objetivos de criação do consórcio destacam-se:

- Representação do conjunto de municípios junto à União, Estado e outras entidades de direito público e privado;
- Promoção de ações para preservação e recuperação ambiental;
- Planejamento, e a execução de programas, projetos e ações em conjunto;

- Promoção do desenvolvimento econômico, turístico e social no Território de forma sustentável.

Em consonância com os referidos objetivos, foi acordada a parceria nos moldes do PDTIS para promoção do desenvolvimento integrado e sustentável do Território dos Cocais. Neste sentido, a entidade se constitui como articuladora dos gestores municipais para viabilização das ações prioritizadas.

A Universidade Federal do Estado do Piauí se constitui como parceiro responsável por pesquisas no âmbito de algumas cadeias produtivas prioritizadas pelo PDTIS, através da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (ITES). Esta por sua vez, vem desenvolvendo desde o ano de 2006, atividades de consultoria e capacitação técnica junto à empreendimentos solidários relacionados ao beneficiamento do caju no estado do Piauí. Por meio desta atuação, a equipe da ITES contribui para inserir o debate acerca do desenvolvimento sustentável no meio acadêmico, o que certamente resulta em ganhos na consolidação da metodologia do PDTIS, que tem como premissas, dentre outras, constituir ampla articulação de parcerias com os mais diversos atores sociais.

A denominada GTZ (Núcleo de Cooperação Técnica Alemã), se constitui em uma ONG ligada à Embaixada da Alemanha em Brasília, e recentemente se formalizou parceira da FBB no desenvolvimento do PDTIS Território dos Cocais nos seguintes termos:

- Inserção no mercado das comunidades locais, através de estratégias de desenvolvimento rural de forma sustentável;
- Desenvolvimento de ações para orientação aos agricultores locais, referentes ao planejamento e organização das cadeias produtivas do coco babaçu, cajucultura, ovinocaprinocultura, girassol e jaborandi;
- Desenvolvimento de ações relacionadas as áreas da educação, saúde, saneamento, infra-estrutura, comunicação e valorização da identidade cultural;
- Capacitação para técnicos e agricultores visando a melhoria do sistema de produção.

Atores sociais	Área de atuação
FBB	Instituição articuladora e orientadora das diretrizes do PDTIS
BB	Entidade de fomento ligado diretamente às ações desenvolvidas no PDTIS
CODEVASF	Entidade responsável pelo diagnóstico no Território do Cocais
SEPLAN	Entidade que desenvolve ações articuladoras com outras instâncias governamentais
SEBRAE - PI	Entidade que promove capacitações, consultoria tecnológica e gerencial e de apoio à comercialização no Território.
CEPES	Entidade que desenvolve a sensibilização e mobilização das comunidades.
CITCOCAIS	Entidade responsável pela articulação dos gestores municipais para viabilização das ações do PDTIS.
UFPI	Instituição responsável por pesquisas no âmbito das cadeias produtivas priorizadas no PDTIS.
GTZ	Entidade responsável pela capacitação de técnicos e agricultores no Território.

Quadro 4 – Atores sociais atuantes no PDTIS Território dos Cocais
Fonte: Elaboração própria. 2010

Toda esta articulação institucional se mostrou necessária para viabilização dos projetos, a serem submetidos à apreciação dos comitês presentes no PDTIS.

ii) Metodologia e formas de implementação relativas à educação da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Como parte da metodologia aplicada ao PDTIS foram realizados diversos encontros nos 13 municípios integrantes do Aglomerado, com a finalidade de detectar as peculiaridades e favorecendo a observação da realidade vivenciada em cada localidade. Além disso, as reuniões permitiram a apresentação do programa, mobilização e sensibilização da população local acerca da necessidade de desenvolver as ações priorizadas de maneira articulada. Desta forma, com o envolvimento dos parceiros e da sociedade local nas ações a serem desenvolvidas, esperava-se um maior comprometimento da comunidade possibilitando um gradativo processo de sustentabilidade.

Em cada um dos encontros questionou-se aos participantes quais as expectativas em relação à execução do PDTIS no Aglomerado. Entre as deficiências ressaltadas encontrava-se a necessidade de investimentos na área educacional. De acordo com documento institucional, durante a realização de um seminário no ano de 2008, foram sugeridas ações no sentido de aumentar o número de escolas; melhoria e ampliação do sistema de transporte escolar; investimentos na capacitação de professores; recuperação da infraestrutura escolar; incentivo na utilização de produtos locais na merenda escolar; implementação de programas de inclusão digital.

3.3.2 Ações efetivadas pela da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Ações gerais da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Apesar do PDTIS ainda se encontrar em processo de implementação, podemos observar o contínuo investimento em ações que visam o fortalecimento e o desenvolvimento do Aglomerado. Entre as iniciativas mais recentes ressalta-se a instalação de unidades denominadas “estações digitais” que tem como objetivo “promover a iniciação à informática; propiciar formação e qualificação para o trabalho, acesso aos serviços do governo eletrônico; e fortalecer as ações das organizações da sociedade civil, a partir de uma visão participativa e comunitária e contribuir com a qualidade da aprendizagem na escola pública”.¹⁵

Ainda no âmbito do PDTIS foram realizadas discussões durante o “Fórum Cultural do Território dos Cocais”, para mapear manifestações culturais a serem fomentadas em articulação com atores sociais locais. Entre as manifestações culturais a serem resgatadas destacam-se tradições relacionadas ao artesanato, culinária e costumes tradicionais dos 11 quilombos existentes no Aglomerado.

Ações para o desenvolvimento e incentivo das cadeias produtivas também estão sendo fomentadas no Aglomerado. Recentemente foi realizado seminário sobre “Extrativismo no Território dos Cocais”, para discutir estratégias para organização e cadastramento de 13 mil quebradeiras de coco, com o objetivo de incentivar a produção, dinamizar a comercialização e aumentar a renda das mulheres que trabalham com o babaçu. Devemos ainda enfatizar que estudos estão sendo realizados no Aglomerado para incremento das cadeias produtivas da apicultura, cajucultura e ovinocaprinocultura.

Ações relativas à educação da FBB no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Atualmente o PDTIS Território dos Cocais encontra-se na fase de elaboração e implementação de projetos construídos de forma participativa. Entre as ações priorizadas ressaltam-se os projetos na área educacional. Conforme pesquisa em documentos institucionais, são consideradas prioridades educacionais a curto prazo (2008), a alfabetização de familiares de produtores; mulheres; jovens entre 15 e 29 anos; e descendentes de quilombolas, além do fortalecimento dos conselhos municipais. No que diz respeito às prioridades a médio prazo (2008/2010), ressaltamos projetos voltados à inclusão

¹⁵ Portal Fundação Banco do Brasil.
Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/manterConteudo.fbb>>
Acesso em: 17/08/2010

digital; e a criação e fortalecimento das escolas agrícolas na região. Já com relação às prioridades a longo prazo (2008/2012), foram destacadas ações voltadas ao diagnóstico, planejamento e monitoramento da gestão educacional; qualificação de professores, diretores e secretários de escolas; introdução da educação contextualizada em ambiente escolar; a criação de uma escola técnica por ano na região. Neste contexto, enfatizamos a implementação do projeto BB Educar como primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS Território dos Cocais.

Com lançamento oficial em 29 de novembro de 2007, na cidade de Esperantina-PI, o PDTIS Território dos Cocais se constitui em um programa que tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado e sustentável por intermédio da organização, fortalecimento e protagonismo das comunidades locais. Por meio do programa são promovidas articulações de parcerias visando inclusão social e produtiva, valorização da identidade cultural, através da construção coletiva de soluções para promoção da melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, observamos que apesar do programa encontrar-se ainda em fase de implementação, as ações do projeto BB Educar encontram-se em estágio avançado, e são estruturadas levando-se em consideração as características sócio-demográficas da região, ou seja, jovens (a partir de 15 anos) e adultos analfabetos. Ressalta-se que o critério de seleção das localidades onde o projeto poderá ser implementado se dá em conformidade com a estratégia de atuação da FBB (integração com outras ações), e a partir de critérios do programa desenvolvido em cada região, tais como: índice de analfabetismo da localidade e inexistência de programas similares; entidades devidamente registradas no Ministério da Fazenda como pessoa jurídica, sem pendências com a FBB, BB, INSS e CADIN; entidades que disponham das condições físicas, materiais e humanas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

O mecanismo de recrutamento dos parceiros para implementação do projeto se dá seguinte forma: instituições e pessoas interessadas em participar deverão se dirigir às dependências da Fundação Banco do Brasil, onde receberão as informações necessárias. Neste contexto, são firmadas parcerias com entidades governamentais ou civis sem fins lucrativos, formalizadas por meio de convênio de cooperação financeira, cujo propósito seja compatível com os objetivos do BB Educar. Exemplo: ONG, OSCIP, secretaria de educação de estado ou município, sindicato, entidade religiosa, etc.

O processo de instalação dos núcleos se desenvolve da seguinte maneira: após a seleção do parceiro local e da assinatura do referido termo de cooperação financeira, são selecionados alfabetizadores locais que participam de um curso de capacitação ministrado por educadores participantes do projeto BB Educar. Logo após, os alfabetizadores assumem o compromisso de criarem os núcleos de alfabetização nas comunidades em que são atuantes. O acompanhamento e monitoramento do projeto junto aos municípios são efetuados através de um coordenador indicado por parceiros locais. Inicialmente, o projeto BB Educar beneficiou quebradeiras de coco e comunidades quilombolas localizados no Aglomerado.

Perfil dos agentes atuantes junto ao projeto BB Educar:

- Educadores do Programa: são recrutados, selecionados e formados pela Diretoria de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil;
- Coordenador (indicado pelo parceiro): pessoa que detenha formação superior comprovada na área de educação ou em áreas afins. Deverá participar do curso de formação de alfabetizadores e, se for voluntário, observar a lei do voluntariado (assinar termo de adesão ao trabalho voluntário).
- Alfabetizadores: formação escolar mínima - ensino médio completo. Deverão participar do curso de formação de alfabetizadores e, se forem voluntários, observar a lei do voluntariado (assinar termo de adesão ao trabalho voluntário).

No que se refere à infraestrutura necessária à execução do projeto, ressalta-se que a FBB custeia o desenvolvimento do material a ser utilizado pelos Educadores durante o curso (metodologia didático-pedagógica própria); são oferecidas bolsas-auxílio para coordenadores e alfabetizadores; combustível para deslocamento/visitas do coordenador aos núcleos; exames oftalmológicos e aquisição de óculos aos alunos com problemas de visão; entre outras iniciativas. Além disso, todas as informações relativas ao projeto são registradas no Sistema de Informações Gerenciais do BB Educar - SISBBEDUCAR. Têm acesso ao referido sistema os educadores, coordenadores, parceiro local, FBB e BB.

3.4 EFEITOS EM ANDAMENTO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL NO AGLOMERADO DE MUNICÍPIOS TRÊS, PI (AG 3)

3.4.1 Aspectos do quadro natural resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

De acordo com informações oficiais as ações relacionadas ao incremento da cadeia produtiva do babaçu, além da geração de renda às quebradeiras de coco podem contribuir para a preservação do meio ambiente. Os debates acerca da temática contaram inclusive com a presença de parceiros do PDTIS, além de representante do Ministério do Meio Ambiente. Esta iniciativa poderá incentivar e agregar outras ações, inclusive relacionadas à conservação do quadro natural no Aglomerado¹⁶.

3.4.2 Aspectos socioeconômicos resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

Além do incentivo à cadeia produtiva do babaçu, outras iniciativas estão sendo mapeadas com o objetivo de promover o desenvolvimento aproveitando as vocações dos municípios do Aglomerado. Em andamento, estacam-se estudos relacionados às cadeias produtivas de apicultura, cajucultura e ovinocaprinocultura. Outro projeto no âmbito do PDTIS em fase de implementação no Aglomerado está relacionado ao incentivo à preservação dos aspectos culturais locais. Este por sua vez, tem como objetivo envolver a comunidade nos processos de estabelecimento de políticas públicas voltadas para a área da cultura, transformando em cadeia produtiva geradora de trabalho e renda.

3.4.3. Aspectos educacionais resultantes no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG 3)

No que se refere aos aspectos educacionais, ainda no âmbito do PDTIS Território dos Cocais, ressaltamos a implementação do projeto BB Educar em formato customizado por estar voltado prioritariamente ao atendimento de quilombolas, indígenas, catadores de materiais recicláveis e comunidades da agricultura familiar. No Aglomerado o projeto se desenvolve com atendimento das expectativas (75% de aproveitamento), indicando desdobramento em novas ações.¹⁷

¹⁶ Portal Fundação Banco do Brasil.

Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/manterConteudo.fbb>>

Acesso em: 17/08/2010

¹⁷ Portal Fundação Banco do Brasil.

Disponível em: < <http://www.fbb.org.br/bbeducar/pages/publico/expandir.fbb?codConteudoLog=7847>>

Acesso em: 18/08/2010

3.4.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo buscamos responder à segunda questão de pesquisa, que indagava acerca de como as ações da Fundação Banco do Brasil se inserem na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3). Inicialmente foram enfatizados aspectos gerais sobre o contexto socioeconômico e ambiental desenvolvido no Aglomerado. Em seguida foram descritas as ações implementadas pela FBB no âmbito do PDTIS, a partir da identificação do recorte territorial, ressaltando as diretrizes, objetivos, metas, estratégias, ações efetivadas e em andamento no Aglomerado. A partir do próximo capítulo iniciaremos a análise do PDTIS Território dos Cocais na perspectiva educacional.

4. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS

Trata este capítulo de responder à terceira questão de pesquisa: Como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais no Piauí – PDTIS.

4.1 O CONTEXTO DA PESQUISA

No capítulo anterior, foi apresentada a área denominada AG 3, incluindo-se um breve diagnóstico de suas condições ambientais, socioeconômicas e educacionais. Mostrou-se, ainda, a ação da FBB relativa à experiência com o PDTIS, acompanhada de formulações iniciais quanto a seu andamento, e ainda resultados esperados ou efetivados. Um dos setores de grande carência no Aglomerado, e ao mesmo tempo, essencial para a formação de recursos humanos em condições de contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável é a educação. Assim, esta parte do texto refere-se a uma tentativa de olhar mais detidamente aspectos da experiência do PDTIS relativos à educação.

A pesquisa organizou-se segundo duas abordagens: uma parte por observação direta, relativa ao acompanhamento de atividades de entidades parceiras; e uma parte por entrevistas com atores significativos, para obter informações que possam complementar as apresentadas no capítulo anterior. Além das informações, buscou-se também obter opiniões qualificadas sobre a experiência do PDTIS em suas ações relativas à educação.

4.2 PESQUISA POR OBSERVAÇÃO DIRETA RELATIVA AO ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES

4.2.1 A organização da pesquisa

A organização da pesquisa por observação direta privilegiou o acompanhamento de reuniões e seminário com o objetivo de complementar as entrevistas e documentos institucionais ora analisados. Quivy e Campenhoudt (2008, p.164) definem observação direta como “aquela em o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. Apela directamente ao seu sentido de observação.” A observação se destina analisar comportamentos, sem a intervenção direta dos observados na coleta das informações.

4.2.2 As situações pesquisadas

Na visita de campo realizada entre os dias 08 e 12 de dezembro de 2009, percorremos alguns municípios do Estado Piauí, localidade onde se desenvolvem as atividades do programa. Como parte complementar da pesquisa, e levando-se em consideração todas estas informações acerca do projeto, em visita de campo na cidade de Esperantina-PI participamos do seguinte evento: “1º Seminário de Educação de Jovens e Adultos e Desenvolvimento do Território dos Cocais”, ainda no âmbito do PDTIS. Compareceram ao evento apenas oito dos treze representantes dos municípios que compõe o PDTIS Território dos Cocais. As atividades constantes do Seminário se iniciaram com falas de representantes da Fundação Banco do Brasil, e se estenderam com o discurso de lideranças envolvidas no projeto BB Educar. No período vespertino foram realizadas atividades relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos de alfabetização de jovens e adultos, com participação dos educadores locais e representantes de oito secretarias de educação entre os municípios envolvidos no programa.

Ainda na cidade de Esperantina, participamos da reunião do Comitê Gestor do PDTIS Território dos Cocais, que contou com a presença de representantes da Fundação Banco do Brasil, membros da equipe executiva do PDTIS, representante do Consórcio de Municípios dos Cocais (CITCOCAIS), CEPES, SEBRAE-PI, Banco do Brasil (DRS-SUPER-PI), Secretaria de Planejamento do Piauí (SEPLAN-PI), GTZ-PI (empresa alemã especializada no gerenciamento de projetos de cooperação técnica), Universidade Federal do Piauí (UFPI), além de pesquisador do IPEA. Como última atividade, deslocamos até a cidade de São João do Arraial, município integrante do Aglomerado, onde observamos alguns projetos de inclusão social desenvolvidos pelo atual prefeito e presidente do CITCOCAIS.

4.2.3 Descrição e análise dos resultados da pesquisa por observação direta

Durante pesquisa de campo observamos que o CEPES se constitui em parceiro estratégico no processo de interlocução entre os integrantes do PDTIS e a comunidade local, na busca por novos projetos a serem apreciados no âmbito do programa. Nesta perspectiva, sua sede abriga membros da equipe executiva do programa, que por sua vez são pessoas ligadas às comunidades pertencentes ao programa. Isto de certa forma, deveria contribuir para a captação de projetos, e facilitar o relacionamento com os agentes públicos pertencentes ao Aglomerado. Neste sentido, o desenvolvimento dos objetivos a

serem alcançados pelo PDTIS poderiam se tornar realidade com maior rapidez e consistência.

Observamos ainda, a necessidade de estímulo à integração dos membros da equipe executiva com os atores sociais participantes do programa. A ausência de entrosamento entre a equipe e os parceiros poderá se constituir em obstáculo para a efetividade das ações prioritizadas. A equipe executiva encontra-se estabelecida no Aglomerado com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento das ações do programa, mas também para servir como interlocutor na recepção de projetos a serem apreciados no âmbito dos Comitês. A efetiva integração entre a equipe executiva e parceiros poderia se tornar em estratégia essencial, na medida em que facilitaria o processo de interlocução com a comunidade local, facilitando a proposição de projetos a serem apreciados na perspectiva do PDTIS.

Reunião do Comitê Gestor do PDTIS Território dos Cocais

- Equipe, parceiros e a importância da integração:

Em reunião do Comitê Gestor na cidade de Esperantina (11/12/2009), foram realizadas discussões acerca da composição da equipe executiva do PDTIS, para implementação das ações direcionadas pelo novo gestor atuante junto ao CEPES. Outra questão abordada foi a incorporação da GTZ no Comitê Gestor, como parceiro que teria atuação na região em conjunto com o CEPES, na capacitação técnica dos agricultores da região para incremento de cadeias produtivas como, por exemplo, o jaborandi. Alguns membros ressaltaram a importância da integração entre os diversos parceiros, para maior agilidade no encaminhamento dos projetos em andamento. Entraves de ordem burocrática poderiam atrasar a implementação das ações no Território, levando-se em conta expectativas da população quanto aos resultados a serem obtidos.

- Necessidade de ações com enfoque territorial:

Outra questão levantada por um dos parceiros foi a necessidade de implementação de ações com enfoque territorial, evitando ações pontuais de ordem local. Foi ressaltada a necessidade de acompanhamento do desenvolvimento dos projetos por todos os parceiros, inclusive com a participação dos beneficiários na elaboração, para efetiva obtenção dos resultados esperados. Destacou-se ainda a necessidade de maior mobilização dos municípios na escolha dos projetos a serem priorizados, e a necessária participação da comunidade local.

- Inserção da FBB e aspectos educacionais:

Levando-se em consideração um dos objetivos específicos do PDTIS, que se constitui em “atrair e articular políticas públicas, bem como mobilizar alianças e parcerias nacionais e territoriais, visando à inclusão sócio-produtiva e à transformação social nos territórios apoiados”¹⁸, procuramos durante a pesquisa de campo observar aspectos relacionados à inserção da FBB na institucionalidade do programa, no que se refere especificamente aos aspectos educacionais. Assim constatamos que o projeto BB Educar se mostra como primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS no Território, realizando ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos. Em campo observamos as ações desenvolvidas pelo projeto na região, através de Seminário que contou com presença de diversas autoridades locais, educadores e membros da FBB.

Seminário projeto BB Educar no Aglomerado

- Dificuldades na escolha das comunidades; necessidade de articulação; questões de estruturais:

Durante a visita de campo observamos os trabalhos realizados durante do Seminário de Educação de Jovens e Adultos e Desenvolvimento do Território dos Cocais, que se mostrou também como uma oportunidade para avaliação dos resultados obtidos no período letivo no Aglomerado. Neste sentido, com a abertura dos trabalhos destacou-se a fala de representantes da FBB, explorando o tema “analfabetismo e a contribuição do BB Educar”. Nesta oportunidade foram apresentadas as dimensões e os desafios da implementação de programas de desenvolvimento sustentável, além das dificuldades encontradas durante a realização do projeto BB educar no Aglomerado. Assim foram mencionados os seguintes tópicos:

- Dificuldades na escolha das comunidades onde implementar o projeto;
- Necessidade de articulação com outros programas de educação de jovens e adultos custeados pelas prefeituras locais, evitando assim, a migração de alunos de um projeto para outro;
- Necessidade de articulação com o poder público local, facilitando atuação em conjunto;

¹⁸. BURSZTYN, M. et. al. **Elaboração de estudos e pesquisas em desenvolvimento territorial sustentável. Estudo 3: Estrutura proposta para o programa de desenvolvimento integrado e sustentável - PDTIS.** FBB, FUBRA, UnB e CDS. Brasília, outubro. 2008c.

- Foram detectadas inúmeras dificuldades de ordem estrutural, que contribuíram para o isolamento dos coordenadores e de alguns alfabetizadores, contribuindo para falhas no atendimento aos alunos.
- Baixa articulação dos projetos de educação de jovens e adultos, com outros projetos de geração de trabalho e renda.
- Ao final do curso alguns núcleos deixaram de funcionar por ausência de estruturas adequadas, ou por falta de alunos.

Resultados positivos: desenvolvimento humano e atenção à saúde:

Apesar de todas as dificuldades, foram salientados diversos pontos positivos com a finalização dos trabalhos junto aos núcleos:

- Avanços no domínio da leitura e escrita dos cursistas;
- Desenvolvimento do senso crítico acerca da realidade que cercam os alfabetizandos, assim como sua relação com os problemas sociais existentes;
- Elevação da auto-estima e melhoria na qualidade de vida;
- Troca de saberes e experiências através do permanente diálogo com os alfabetizadores;
- Realização de consultas oftalmológicas e entrega de óculos.

- Sugestões advindas do Seminário: criação de fórum e educação como política continuada:

Ao final foram efetuadas algumas sugestões no sentido de viabilizar a continuidade do projeto no Aglomerado:

- A criação de um fórum permanente de alfabetização no Aglomerado;
- A educação na região deve ser dimensionada como projeto de Estado, e não de governo.

As principais preocupações observadas parecem ser:

1) A continuidade do projeto BB Educar no Aglomerado com maior envolvimento dos agentes locais;

2) A necessidade de articulação com outros projetos com a mesma perspectiva de atuação, para minimizar os efeitos da evasão escolar.

Ressalta-se ainda, a necessidade de detectar falhas no que se refere à infra-estrutura de desenvolvimento das atividades. Isso parece significar melhoria no atendimento aos cursistas, e continuidade das ações do projeto de maneira articulada com prefeituras locais.

4.3 PESQUISA POR ENTREVISTAS COM ATORES SIGNIFICATIVOS

4.3.1 A organização da pesquisa

A organização da pesquisa por entrevistas privilegiou a interação e escuta com atores significativos, com o objetivo de complementar as informações obtidas através de documentos institucionais, facilitando o processo de avaliação do programa.

Da avaliação das informações coletadas extraímos respostas para terceira questão de pesquisa, que indaga acerca de como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais no Piauí – PDTIS.

Destacamos que as entrevistas foram orientadas por roteiros preparados de acordo com perfil de cada ator social envolvido no programa. As entrevistas na maioria das vezes foram registradas em mídia digital, o que facilitou no momento da realização e análise posterior das informações.

Para identificação dos gestores a serem entrevistados nos valemos dos seguintes procedimentos metodológicos: primeiro, a partir de informações documentais acerca do PDTIS, identificamos as pessoas chave em cada nível de articulação; e segundo, mantivemos contato com estas pessoas para agendamento de entrevista, privilegiando o contato pessoal. Foi estabelecido inicialmente o contato com membros da FBB via e-mail e por telefone, realizamos as entrevistas em Brasília onde procuramos obter documentos, atas de reuniões e contatos a serem realizados no Território. Em seguida, procuramos agendar o contato pessoal, com gestores da CODEVASF ainda em Brasília.

Data	Local	Órgão	Setor	Entrevistados
Ago. 2009	Brasília - DF	FBB - Fundação Banco do Brasil	Alta administração	A
Ago. 2009	Brasília - DF	FBB - Fundação Banco do Brasil	Gerências	B
Nov. 2009	Brasília - DF	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Gerência	C
Nov. 2009	Brasília - DF	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Chefia de unidade	D
Dez. 2009	Esperantina - PI	BB DRS Piauí - Superintendência de Desenvolvimento Regional Sustentável no Piauí	Gerência	E
Dez. 2009	Esperantina - PI	Governo do Estado do Piauí - Secretaria de Planejamento - SEPLAN	Superintendência	F
Dez. 2009	Esperantina - PI	CEPES	Equipe executiva PDTIS	G
Dez. 2009	Esperantina - PI	BB Educar - PI	Coordenação	H
Dez. 2009	Esperantina - PI	Universidade Federal do Piauí - UFPI/ITES	Coordenação	I
Dez. 2009	Esperantina - PI	CITICOCAIS	Alta administração	J

Quadro 5 - Atores sociais entrevistados acerca do PDTIS Território dos Cocais
Fonte: Elaboração própria. 2010

Procuramos identificar a partir da leitura de documentos e de indicações dos próprios gestores da FBB, os parceiros estratégicos a serem contatados durante visita de campo. Ao chegar à Esperantina estabelecemos contato pessoal com representantes da equipe executiva do PDTIS, que atuam junto ao CEPES. Logo após, nos dirigimos ao local onde seria realizado o Seminário, onde efetuamos entrevistas com as coordenadoras do projeto BB Educar no Aglomerado. Durante o mesmo evento, foram realizadas entrevistas com representantes do Banco do Brasil, Universidade Federal do Estado do Piauí e da SEPLAN-PI. Logo após observamos a reunião do Comitê Gestor onde foram entrevistados gestores e lideranças locais.

Inicialmente nos concentramos em entrevistar membros da Fundação Banco do Brasil, obtendo alguns documentos e atas de reuniões realizadas no Aglomerado. Constatamos que a FBB se mostra como uma instituição estratégica dentro da dinâmica do processo de implementação, gestão e articulação do programa, sendo responsável inclusive pela adesão de instituições e pelas interações entre os atores participantes.

Em seguida, passamos a realizar entrevistas em Brasília com membros da CODEVASF, entidade responsável pelo diagnóstico da região, onde procuramos obter informações acerca de sua participação junto ao programa, além informações acerca de possíveis contatos no Aglomerado.

Posteriormente, optamos por buscar informações acerca do PDTIS com os demais atores sociais pessoalmente, durante visita de campo. A identificação dos demais representantes das entidades envolvidas no programa a serem entrevistadas, partiu da leitura de documentos e informações fornecidas por membros da Fundação Banco do Brasil, que por sua vez, nos apoiou antes e durante visita de campo. Da avaliação das informações coletadas extraímos as respostas para a terceira questão de pesquisa. Nos próximos itens apresentaremos e analisaremos os resultados obtidos.

4.3.2 Descrição e análise dos resultados da pesquisa por entrevistas com atores significativos

Justificativa da escolha da área de atuação

O Aglomerado possui um histórico de pobreza acentuada, mas também de grande intervenção de diversas entidades governamentais, o que motivou a entrada da FBB na região para atuação. As entrevistas com gestores da FBB mostraram que o principal critério para escolha da região onde seria implementado o PDTIS foi o aspecto socioeconômico. Este critério de escolha encontra-se em consonância com os objetivos da FBB. O representante A da referida instituição justifica a escolha da seguinte forma:

A escolha do Território dos Cocais se deu pelos indicadores econômicos e sociais apresentados pela maioria dos municípios. Hoje no Território dos Cocais dos treze municípios, oito deles estão entre os 100 piores IDHs do Brasil. E esse foi um critério fundamental para a escolha daquele território. Os índices econômicos muito precários e também a questão do analfabetismo. No início desse processo, nós tínhamos um índice de 62% de analfabetos, isso motivou na discussão da Fundação pela a escolha do território.

Outra questão levantada foi a percepção de que a atuação da FBB em projetos e programas estava se dando de maneira isolada, sem uma metodologia estruturada. Neste sentido, começaram a pensar em ações que pudessem contemplar todo o Aglomerado, apoiando projetos que possibilitasse o crescimento da região como um todo. Este olhar para o desenvolvimento sincronizado e articulado, poderia possibilitar a otimização de recursos estabelecidos para os projetos priorizados. Senão vejamos a fala do representante B da FBB:

Ao longo da experiência da Fundação em toda sua história, e em particular nas ações, projetos e programas que desenvolvemos nos últimos 5 ou 6 anos, há uma percepção da questão de projetos isolados. As dificuldades daquilo que é uma percepção, um olhar, uma atenção, um apoio incompleto quando se trata de projetos isolados, e da busca de uma linha de trabalho com ações mais estruturadas, com programas que possam ter uma atuação mais sistêmica e mais ampla.

E como nós temos um foco forte no apoio a projetos de geração de trabalho e renda, em particular em pequenas comunidades, e atividades ligadas à zona rural, chegamos à compreensão de procurar pensar em projetos visando o território. Pensando desenvolvimento local era uma forma de otimizar os recursos; e articular parcerias no sentido de que as ações no mesmo território, numa mesma cadeia produtiva, com o mesmo público, não se manifestassem de forma desarticulada.

Isso sugere a necessidade de articulação entre os diversos atores sociais atuantes no Território, no sentido de fomentar as ações ora realizadas, otimizando os recursos e favorecendo o estabelecimento de novas alianças para atuação junto ao PDTIS.

Necessidade de articulação e limitações no envolvimento efetivo de parceiros

Quando estabelecida uma adequada metodologia de atuação são facilitadas a mobilização e a captação de parceiros que possam viabilizar ações mútuas de intervenção no Aglomerado. Desde o início do processo de construção da metodologia de implementação, as definições se deram de maneira compartilhada, envolvendo SEBRAE, CODEVASF, Banco do Brasil por intermédio do DRS, e Governo do Estado do Piauí.

No entanto, não basta formalizar as parcerias. Para a concretização das ações priorizadas junto aos PDTIS se faz necessário uma sólida articulação institucional. Neste sentido, os entrevistados foram unânimes em afirmar que existem entraves na implementação do PDTIS. Entre eles foram destacadas questões relacionadas ao processo de articulação institucional. O representante C de uma das entidades consorciadas efetuou a seguinte afirmação, acerca da referida articulação no Aglomerado:

Não. Não dá para se dizer que ela seja boa ainda. Ela depende de algumas ações efetivas para se tornar e chegar num nível bom. Ela ainda está carente de uma melhor integração. Por isso nós fizemos uma proposta de que a coordenação se dê através do consórcio de municípios.

Conforme observamos, existem propostas no sentido de auxiliar na efetivação dos métodos de articulação institucional. No exemplo em questão, foi sugerido que a coordenação dos trabalhos na região se desenvolvesse através do consórcio de municípios. Atualmente, as ações priorizadas em âmbito do Comitê Gestor são executadas no Aglomerado através do CEPES.

Entretanto, foi ressaltado que as primeiras ações a serem realizadas pelo CEPES não se mostraram eficientes como se esperava, em razão do excesso de atribuições e necessidades designadas aos seus representantes. Além disso, ao entrevistar representante B da FBB, foram mencionados problemas na articulação institucional com a necessidade de maior engajamento por parte do CEPES, que por sua vez se constitui intermediador entre os parceiros e a comunidade local. Além disso, o entrevistado identificou como essencial o maior envolvimento do consórcio de prefeitos por se tratarem de beneficiários diretos das ações do programa.

O representante F de uma das entidades consorciadas também reforçou a necessidade de articulação entre atores sociais atuantes no Aglomerado (federal, estadual e municipal), como essencial para integração dos diversos níveis de ações e políticas públicas instituídas. Mencionou ainda, a dificuldade encontrada em envolver o poder público municipal em ações a serem implementadas de forma cooperada. Explicou que isto se deve em razão da cultura local de que os municípios são entes autônomos, com a necessidade de resolver seus problemas de maneira isolada. O entrevistado reconhece a tímida participação de sua entidade junto ao PDTIS, sugerindo um maior envolvimento do poder público nas ações relacionadas ao programa.

Representantes C e D de uma das entidades consorciadas relataram que já atuavam junto ao Aglomerado através de ações isoladas, anteriormente à implementação do PDTIS. Após a instalação do programa, as ações foram focadas e houve a tentativa de articulação como forma de priorizar o desenvolvimento na região. No entanto, a instituição vem encontrando dificuldades na execução de ações em conjunto, em virtude de que cada parceiro possui seu próprio orçamento. A limitação se refere em agregar os recursos para utilização nas ações priorizadas.

Em entrevista com representante G de uma das entidades consorciadas foram enfatizados problemas relacionados à articulação em âmbito do Comitê Gestor, no que se refere ao alinhamento de ações que são tratadas de maneira pontual. Ponderou acerca dos ganhos obtidos com a constituição do PDTIS, como espaço de diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos.

Educação no Aglomerado: ainda dificuldades de articulação e limitado envolvimento

O processo de implementação do projeto BB Educar no Aglomerado, passou por dificuldades com relação à articulação institucional. Apesar da realização de diversas reuniões para mobilização da comunidade e das entidades governamentais locais, o projeto encontrou limitações quanto aos arranjos políticos. Muitos prefeitos deixavam de se comprometer com o projeto em virtude de divergências políticas. Nas palavras do representante H de uma das entidades consorciadas: “Talvez a grande questão fosse a falta de compromisso com o coletivo para desenvolvimento da região”.

Ainda no que se refere ao processo educacional na região, o representante I de uma das entidades consorciadas enfatizou a necessidade de uma abordagem relacionada à preservação do meio ambiente, como parte de projetos para alfabetização e até mesmo de capacitação.

No mesmo sentido, o representante G de uma das entidades consorciadas relata a necessidade de integração entre os parceiros, assim como das ações desenvolvidas no Aglomerado. Esta integração se daria através do comprometimento com ações coletivas, gerando maior impacto social na região. Quanto ao processo educacional foi enfatizada a necessidade de disseminação entre os parceiros, da estreita relação entre o projeto BB Educar e o PDTIS.

O representante I de uma das entidades consorciadas relatou que o seu envolvimento como parceiro do PDTIS Território dos Cocais se deu a partir de ações educacionais realizadas por sua entidade relacionadas com os objetivos do programa. Neste sentido, a entidade procurou representantes da FBB para colaborar com a experiência e com o conhecimento, como estratégia para auxiliar na implementação das ações a serem priorizadas. Em âmbito do Comitê Gestor a referida entidade se insere como auxiliar, por exemplo, no planejamento de ações e investimentos no Aglomerado. Na opinião do entrevistado, entre as limitações observadas durante o processo de implementação foi destacada a desagregação entre os parceiros, especialmente no que se refere ao CITCOCAIS por serem os beneficiários diretos das ações do PDTIS. Apesar disso, sinalizou

com melhores perspectivas de futuro com agregação de ações externas ao PDTIS, que contribuirão para consolidação do programa.

Ainda quanto aos aspectos relacionados à educação, o representante B da FBB relatou que em uma região onde os índices de analfabetismo são tão alarmantes, não acredita “em nenhum tipo de desenvolvimento integrado e sustentável sem o envolvimento da educação.”

Isto sugere a necessidade de atuação articulada dos atores sociais envolvidos no processo de implementação do PDTIS, principalmente no que se refere à questão educacional, como ponto estratégico de desenvolvimento do Aglomerado, e também como forma de compartilhar experiências e conhecimento.

Empoderamento na região: limitações e dependência, mas tendências a um fortalecimento.

Quanto ao nível de empoderamento da comunidade beneficiada pelo programa, constatamos visões diferentes entre representantes da entidade B. Senão vejamos alguns depoimentos de representantes das entidades consorciadas:

Eles não tomam iniciativa, e tem agido muito mais por demanda nossa. Do ponto de vista de empoderamento mesmo, percebo a falta de mobilização dos alfabetizadores. Ela acontece por indução nossa. Do ponto de vista do empoderamento que associa a economia, as pessoas empoderadas trabalham de uma maneira mais autônoma. A relação que tem que ser estabelecida com a Fundação é de independência, mas não conseguem articular a solução dos problemas locais. Torna-se uma situação dependência com a gente.

Existe. Os projetos que já estão sendo desenvolvidos apontam para uma efetiva participação da comunidade que gera uma condição de envolvimento. Logicamente que em níveis diferenciados, mas sim, houve um envolvimento, e conseqüentemente esse empoderamento, a partir do momento que elas começarem a entender o que está acontecendo e a participar.

Representantes E e I das entidades consorciadas entendem que existe certo nível de empoderamento, mas nas palavras de um dos entrevistados, “acho que poderia existir muito mais, porque a partir do momento que a comunidade se vê participante desse processo e integrante desse processo, os resultados são realmente muito melhores. Aqui falta a participação da sociedade como um todo dentro do processo.”

Na opinião do entrevistado E de uma das entidades consorciadas, caso a comunidade percebesse a necessidade de fomentar a educação como ponto chave para o seu

desenvolvimento, estabeleceria seu fortalecimento como sujeito social capaz de alterar sua realidade (empoderamento).

Os representantes E e I das entidades consorciadas argumentaram que o PDTIS não se constitui em uma proposta assistencialista, tendo como principal objetivo despertar na sociedade local a possibilidade de mudança de sua realidade com maior autonomia (empoderamento). Neste sentido, os altos índices de analfabetismo contribuem negativamente para a efetiva implementação das ações do PDTIS. Nas palavras do entrevistado do E “a educação dá libertação ao indivíduo.” Além disso, foi ressaltado pelo representante I de uma das entidades consorciadas, como impedimento para alcançar tal protagonismo, a luta pela posse da terra na região (assentamentos) onde os sujeitos sociais se sentem “massacrados” por sua condição social. Os entrevistados entendem que melhores condições de vida a serem proporcionados por programas como o PDTIS, poderão auxiliar nesta busca pelo protagonismo social.

O representante J de uma das entidades consorciadas manifestou opinião no sentido de que o empoderamento na região tem melhorado gradativamente. O PDTIS incentivou o processo de envolvimento das instituições e da sociedade civil se tornando um espaço de diálogo, favorecendo o empoderamento e o desenvolvimento de ações em conjunto. Na opinião do entrevistado as ações serão intensificadas, e com o passar do tempo haverá um fortalecimento do programa.

Em resumo, os entrevistados foram unânimes em salientar limitações no que se refere à articulação institucional dos parceiros, o que poderia comprometer a implementação das ações do PDTIS no Território dos Cocais, podendo contribuir de forma desfavorável para o processo de empoderamento local.

Tornou-se claro que projetos educacionais como o BB educar, são estratégias essenciais para fomento do capital humano da região. Além disso, afirmaram que a educação se constitui o primeiro passo, e o sustentáculo para ações a serem fomentadas pelo PDTIS, consolidando o desenvolvimento sustentável e integrado na região. As ações desenvolvidas no âmbito do projeto BB Educar foram citadas como primeira iniciativa na região, essencial para criar condições de fortalecimento, responsabilização e autonomia das comunidades locais.

O empoderamento surge quando o sujeito social se reconhece como cidadão. E ser cidadão passa pela possibilidade de ter acesso a melhores condições de vida, alterando a

realidade social em vive. Para se alcançar esta condição, todos tem que necessariamente ter acesso ao conhecimento de maneira igualitária. Fomentar ações voltadas à educação significa possibilitar alterações nas condições de vida da comunidade, incentivando automaticamente as outras dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental).

É certo que as dificuldades expostas estão diretamente relacionadas com o alcance das decisões tomadas de forma coletiva. Em reunião do comitê gestor, por exemplo, onde existe grande diversidade de atores sociais com posicionamentos e interesses muitas vezes divergentes, a maior parte das decisões não terá conseqüências imediatas, dependendo de negociações posteriores até mesmo com outras esferas de poder. Entretanto, os parceiros têm mantido esforços do sentido de formar um consenso acerca de projetos a serem priorizados na perspectiva do PDTIS. Para tanto o maior requisito se relaciona com a disponibilidade das pessoas em assumir sua representatividade, à medida que envolva intensidade crescente de conflitos de interesses, estando devidamente preparadas para tal.

4.4 A ANÁLISE DE PROCESSO: A EXPERIÊNCIA DO PDTIS TERRITÓRIO DOS COCAIS NO AG 3 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Busca-se, aqui, encontrar ligações entre as informações obtidas e referências estabelecidas no capítulo da fundamentação teórica, particularmente com relação ao item Bases analíticas. É relevante registrar que o exercício encontra limitações. Por um lado, existe o fato de que a análise se refere a um processo em andamento; portanto, os resultados estão ainda em fase de constituição. Por outro lado, supõe-se que, devido a se tratar de algo ainda em curso, em uma área pouco desenvolvida, e ainda como primeira experiência (educacional) no Território, a disponibilidade de informações também encontra limites. Dessa, forma, a aplicação que segue tende a se manifestar em caráter preliminar e relativo. A proposta de dimensões passíveis de análise identificava dois grandes grupos: I) Constituição do projeto e correspondência com objetivos; e II) Sistemática de implantação desenvolvida pelo projeto.

A constituição do programa e correspondência com objetivos pode ser explorada por meio dos seguintes aspectos: de que e como se constitui o projeto em estudo; o que é de fato entregue aos beneficiários do projeto; e grau de correspondência entre os objetivos e o

que é entregue (eficácia); análise dos resultados preliminares relativos à constituição do projeto.

No que diz respeito à sistemática de implantação desenvolvida pelo projeto, esta pode ser delineada segundo os seguintes critérios: cobertura e distribuição dos benefícios (equidade); grau de alcance da população beneficiária; acompanhamento dos procedimentos internos; análise dos resultados preliminares relativos à sistemática de implantação do projeto.

A breve abordagem a seguir reúne comentários que buscam relacionar aspectos relativos ao projeto BB Educar inserido no contexto do PDTIS Território dos Cocais, apresentados no capítulo anterior; com percepções obtidas durante a visita e a pesquisa por observação direta; e ainda com manifestações apreendidas durante as entrevistas. Pretende-se, dessa forma, identificar bases para uma abordagem referenciada às dimensões de uma análise de processo.

4.4.1 Constituição do projeto e correspondência com objetivos

Como o PDTIS Território dos Cocais ainda se apresenta em fase de implementação, não é possível identificar de forma acabada todos os problemas que o programa apresenta. Tentar-se-á neste item, apenas, relacionar os principais aspectos observados junto ao projeto BB Educar. Devemos apenas ressaltar que este projeto se constitui na primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS no Território.

4.4.1.1 De que e como se constitui o projeto em estudo

O projeto BB Educar se constitui em uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil para a promoção de cidadania e superação dos altos índices de analfabetismo de jovens e adultos no país, O projeto se desenvolve através da formação de alfabetizadores por educadores vinculados ao projeto, com a finalidade de criarem núcleos de alfabetização (turmas) nas comunidades em que participam. O processo de criação do projeto se deu a partir de uma experiência bem sucedida iniciada em 1992, com a alfabetização de servidores de serviços gerais do Banco do Brasil¹⁹.

¹⁹Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/bbeducar/pages/publico/inicial.fbb>>
Acesso em: 23/08/2010.

Entre os objetivos do projeto ressalta-se: contribuir para diminuição de altos índices de analfabetismo no país; realizar convênios que proporcionem a instalação de núcleos de alfabetização; incentivar a inserção dos alfabetizados em programas educacionais; articular com poder público local o desenvolvimento de ações voltadas à cidadania no âmbito do projeto (emissão de documentos de identidade); fortalecer e integrar as ações fomentadas pela FBB e BB junto às comunidades beneficiadas. A metodologia aplicada no projeto encontra-se baseada em princípios de uma educação libertadora e voltada para a realidade de cada comunidade beneficiária. O processo de alfabetização tem duração média de 8 meses, com turmas de até 25 alfabetizando com idade mínima de 15 anos. Todo o procedimento tem o acompanhamento de um coordenador pedagógico da própria comunidade que realiza visitas periódicas aos núcleos, para troca de conhecimento e experiências, com envio de informações sobre as ações desenvolvidas à FBB. De acordo com informações oficiais, o público alvo do projeto no Aglomerado são os quilombolas e mulheres quebradeiras de coco. Além da alfabetização o referido projeto tem como proposta resgatar a identidade, a cultura e a cidadania desta população.

A metodologia de mobilização se constitui de grande importância para o processo de desenvolvimento territorial. O processo de articulação com atores sociais locais repercutiu favoravelmente na implementação do projeto na região, apesar de alguns municípios ainda não participarem efetivamente com a criação de núcleos locais. Na perspectiva de alguns entrevistados a capacidade de mobilização social no Território encontra-se abaixo das expectativas. Entretanto, poderá melhorar em função da valorização dos aspectos educacionais aplicados no Território. Neste sentido, com maior envolvimento principalmente das secretarias municipais de educação, talvez em pouco tempo possamos observar melhoria das condições de vida nas comunidades, com a construção e consolidação do capital social necessário ao provável investimento a ser realizado na região. Na visão de Putnam (2008, p.186) as sociedades sofrem com inúmeras tentativas de cooperação coletiva para benefício mútuo. Entretanto, quanto mais elevado os níveis de cooperação, confiança e reciprocidade maiores as chances de bem estar coletivos. A diversidade de culturas políticas pode se tornar uma estratégia de fortalecimento de regiões com problemas e interesses semelhantes. Certa homogeneidade entre os municípios do Aglomerado em termos de cadeias produtivas, e níveis sociais de suas respectivas populações também podem favorecer no processo de articulação e cooperação colaborando para o sucesso da experiência.

A interação com atores sociais externos, e o estabelecimento de negociação com municípios vizinhos, poderá trazer soluções para os quais os gestores muitas vezes

desconhecem como administrar. Normalmente, os administradores locais trabalham com níveis de informações limitadas ao seu espaço, sem assimilar a complexidade e relevância de fatores externos, como por exemplo, oportunidades de fortalecimento do seu capital social (BUARQUE, 2002). Putnam (2006, p.192) retrata em sua obra as diferenças de desenvolvimento entre as diversas províncias italianas, ressaltando ser “fundamental para uma comunidade cívica sua capacidade social de colaborar visando interesses comuns.” Neste sentido, a reciprocidade entre gestores poderá criar vultoso capital social reforçando a colaboração na implementação de ações de interesse de uma região.

Assim, ao analisar o processo de implementação do projeto BB Educar no Aglomerado 3, percebemos que alguns dos problemas encontrados durante o percurso, se deram em virtude de entraves no sistema de articulação institucional no Aglomerado. Divergências e interesses políticos locais foram apontados em entrevistas como entraves para satisfatório desenvolvimento de algumas ações conjuntas no projeto, dificultado inclusive o processo de mobilização na comunidade. .

Neste enfoque, observamos que além das habilidades relativas à leitura e escrita, o projeto vem incentivando a participação da população na formação de associações comunitárias, para o desenvolvimento e compartilhamento de iniciativas de forma integrada. Pressupõe-se que o projeto está encontrando caminhos para a sustentabilidade local, priorizando o desenvolvimento de ações de forma compartilhada e integrada.

4.4.1.2 O que é de fato entregue aos beneficiários do projeto

O projeto BB Educar nesta primeira experiência no Território dos Cocais implementou núcleos de alfabetização em 12 municípios.. Nota-se que nem todos os municípios participaram ativamente, com a criação de núcleos em suas respectivas regiões. Os interesses dos parceiros por vezes são complementares, e por vezes são contraditórios, o que podem ocasionar disputas dificultando a articulação e implementação de ações.

Outra limitação apontada pelos entrevistados está relacionada à dificuldade de integração entre políticas, projetos e programas educacionais desenvolvidos por outras instituições. Cada instituição tem seu próprio orçamento e planos de trabalho, embora com os mesmos objetivos (promover educação). Muitas vezes ações se repetem em um mesmo município, e os executores não conversam, e na maioria dos casos desconhecem as ações

desenvolvidas por outras instituições no Território. Isto poderia ocasionar sobreposição de projetos com ineficiente aplicação dos recursos disponíveis.

Poderá haver inclusive casos em que a multiplicidade de ações, se mostrem contraditórias em uma mesma região, o que poderá se tornar fator determinante no processo de desenvolvimento de determinada localidade, com o esvaziamento institucional e econômico de alguns espaços. Neste sentido, podemos concluir que o entrosamento entre as diversas ações promovidas em uma determinada região poderá se tornar fator determinante para o sucesso ou fracasso de projetos e programas.

4.4.1.3 Correspondência entre os objetivos e o que é entregue

Além da alfabetização de jovens e adultos, encontram-se entre os objetivos e princípios filosóficos do projeto, o investimento em ações ligadas ao exercício da cidadania. Estimular aspectos relacionados ao trabalho comunitário e o associativismo; a criação de cursos profissionalizantes; a assistência médico-odontológica em parceria com prefeituras locais; a aquisição de óculos para alunos com dificuldades visuais fazem parte das ações a serem realizadas pelo projeto.

Regiões carentes de desenvolvimento como o Aglomerado 3, sofrem com os altos índices de analfabetismo, mas sofrem também com a exclusão social. A região está entre as mais pobres do país, e possui capital social pouco desenvolvido em virtude de fatores de ordem econômico, social, educacional e das também das práticas políticas (pouca participação e clientelismo). Estas condições desfavoráveis podem reduzir drasticamente as chances do efetivo exercício da cidadania, e da participação da comunidade nas decisões governamentais.

A pobreza da comunidade, baixos índices de escolarização podem resultar em precária capacidade de organização, sendo entrave fortíssimo à mobilização para construção do desenvolvimento territorial integrado e sustentável. O perfil dos educadores atuantes no Território (nível de escolaridade) foi mencionado por um dos entrevistados como fator decisivo no processo de mobilização local. Isto também poderá influenciar no sucesso para o desenvolvimento das ações, inclusive no que se refere ao comprometimento dos educadores com os objetivos do projeto.

Os aspectos políticos relacionados ao “clientelismo” também podem se tornar obstáculo ao desenvolvimento de ações que visem o bem comum, privilegiando segmentos da sociedade local. Neste sentido, a política brasileira se constitui enraizada em decisões centralizadas, e sem a participação das comunidades. O controle político local enraizado na cultura nordestina pode inibir a consciência, organização e participação das populações no processo decisório, prejudicando inclusive a formação de espaços democráticos. Entretanto, para consolidação da democracia e de uma gestão participativo necessário se fazem profundas mudanças na ordem institucional, com a criação de espaços sociais de negociação onde a comunidade possa discutir e decidir as prioridades para o seu desenvolvimento.

Um dos espaços participativos e de negociação observados foi o comitê gestor no âmbito do PDTIS, que por sua vez, amplia o debate sobre questões estratégicas, e incentiva o processo de decisões compartilhadas sobre ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento da região. O confronto de saberes e de posicionamentos por vezes políticos, onde um grupo expõe sua realidade e necessidade, auxilia na construção de um projeto negociado e coletivo assegurando o comprometimento e a co-responsabilidade de todos os atores sociais envolvidos. Certamente, priorizar ações voltadas à educação pode incentivar o processo participativo com a constituição de novos espaços de debate, facilitando o exercício da cidadania local.

4.4.1.4 Análise dos resultados preliminares relativos à constituição do projeto

Levando-se em consideração que o projeto BB Educar foi implementado no Território dos Cocais como primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS, os resultados obtidos ainda se constituem como preliminares, e servem como referência para identificação de algumas limitações, correção de distorções porventura observadas para continuidade do projeto no Território.

Dados oficiais informam que durante a implementação do projeto no ano de 2009 foram matriculados 816 jovens e adultos, sendo que destes 612 concluíram o curso (75%). Ao analisar os resultados preliminares do projeto BB Educar no Aglomerado, devemos ressaltar que além do processo de alfabetização ora concretizado de forma satisfatória, as ações paralelas desenvolvidas pelo projeto se mostram auxiliares na busca pelo

protagonismo social local. Na visão de representantes da FBB ainda se mostra necessário um grande esforço para alcançar os resultados que a entidade espera.²⁰

Ainda no que se refere ao protagonismo social, um dos representantes das entidades parceiras enfatizou que o Território sempre foi marcado por conflitos relacionados à posse da terra, sendo a comunidade massacrada por sua condição social desfavorecida. Esta afirmação poderia se confirmar, por exemplo, através de denúncias formalizadas junto ao Ministério da Justiça pela Comissão Pastoral da Terra, relatando que diversos líderes sociais atuantes em conflitos pela posse da terra no Piauí estão sendo perseguidos e ameaçados.²¹ Conflitos agrários são comuns em toda a região nordeste, e podem causar implicações de ordem política e social graves, tais como: violência, exploração econômica, e reprodução do atual modelo de concentração de terra, riqueza e de poder (SIMONETTI, 2009). Entretanto, projetos como este se constitui essenciais, na medida em que colaboram para melhores condições de vida, contribuindo na busca para o alcance de um protagonismo social local ora esvaziado, através do fortalecimento do processo de educação formal, valorizando a identidade cultural existente, e colaborando para mudança de mentalidade da comunidade local.

Devemos ainda enfatizar, que o nível de empoderamento pode se intensificar gradativamente, com a consolidação do PDTIS na região. Isto se dá em razão do processo de envolvimento das instituições com a sociedade local para constituição e desenvolvimento de ações conjuntas. De acordo com alguns entrevistados, os investimentos no Território ainda se dão de maneira tímida, em virtude de pouco entrosamento entre os parceiros, o que retarda as decisões acerca dos projetos a serem priorizados que por sua vez deverão se constituir de forma coletiva. Neste sentido, o PDTIS poderá se tornar um espaço de diálogo e troca de informações, favorecendo o empoderamento da comunidade local com o conseqüente fortalecimento das ações ao longo do tempo, inclusive no que se refere aos projetos educacionais.

Observamos ainda, que a captação de novos parceiros para integrar o arranjo institucional do PDTIS traz novas habilidades ao processo, e encontra-se em consonância com os objetivos do projeto BB Educar. A inserção da GTZ ,por exemplo, vem incrementar o processo educacional (capacitação) na região, podendo contribuir para a disseminação da

²⁰ Disponível em <<http://www.fbb.org.br/bbeducar/pages/publico/manterConteudo.fbb>>

Acesso em: 23/08/2010

²¹ Disponível em <<http://www.acessepiaui.com.br/geral/estado-do-piau-possui-20-conflitos-de-terra-diz-cpt/11867.html>>

Acesso em: 25/10/2010

educação ambiental junto ao ensino formal e informal, como instrumento essencial para preservação do meio ambiente, e conseqüente conservação das cadeias produtivas objeto de incentivo. Quando se fala em educação ambiental pretende-se demonstrar uma visão holística e ecológica, com estímulo de novos paradigmas que permitam a qualidade de vida. Neste caso, se faz presente a necessidade de incentivo às cadeias produtivas, mas com a preservação do meio ambiente para se evitar que a matéria prima utilizada no processamento venha a se extinguir. Este tipo de atitude tem como conseqüência o desenvolvimento sustentável, ou seja, a preservação dos recursos naturais aliada ao incremento de cadeias produtivas, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Enfatizamos ainda, que a metodologia participativa aplicada pelo projeto BB Educar no Aglomerado 3 são de grande importância para o processo de desenvolvimento territorial. O processo de articulação com atores sociais locais repercutiu de forma positiva na efetiva implementação do projeto na região, apesar de alguns municípios ainda não participarem efetivamente com a criação de núcleos locais. Na opinião de alguns parceiros, o Território parece demonstrar capacidade intrínseca de mobilização de sinergias sociais. Senão vejamos a fala de um deles:

O empoderamento que eu percebo, não existe através de dados, ou seja, é da minha percepção. Se dá muito mais pela história, e não pela institucionalidade. Eu acho que este empoderamento poderá ser acelerado, se a institucionalidade implementar as demandas que venham surgir. Já existe capital social motivado. Já tem uma predisposição.

Entretanto na visão de outros parceiros, o processo de mobilização social se mostra tímido, sendo necessário o incremento das ações para fortalecimento e consolidação do capital social necessário ao provável investimento a ser realizado no Território.

No entendimento de Putnam (2008), os níveis de cooperação, confiança e reciprocidade são fatores que podem influenciar no bem estar coletivo. Assim, apesar da diversidade política encontrada no Território devemos ressaltar que em termos gerais, afinidades entre municípios (níveis sociais) podem favorecer no processo de articulação e cooperação contribuindo para o aprimoramento e expansão do projeto BB Educar. Além disso, os níveis de interação com atores sociais externos ao projeto poderão auxiliar na busca por soluções compartilhadas, favorecendo o desenvolvimento de outras ações educacionais na região. Neste sentido, persiste a necessidade de incentivo do processo de tomada de decisões com o envolvimento de todos os atores sociais pertencentes ao projeto,

favorecendo o comprometimento com múltiplos interesses e amplia as visões de mundo (BUARQUE, 2002).

4.4.2 Sistemática de implantação desenvolvida pelo programa

A sistemática aplicada para implementação do projeto se mostrou eficiente na medida em que observamos que nesta primeira experiência 75% dos cursistas concluíram o curso, levando-se em consideração os altos índices de pobreza e analfabetismo constantes no Aglomerado. Ressalta-se ainda, que a metodologia aplicada encontra-se em consonância com os objetivos do PDTIS, no que se refere a uma prática pedagógica construída a partir da construção coletiva, ou seja, com a participação de educadores e educandos, priorizando o diálogo e a troca de experiências.

No que se refere às limitações observadas, destacamos a necessidade de desenvolvimento de estratégias de diálogo entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo de implementação do projeto, o que poderá favorecer a composição de interesses conflituosos que porventura venham surgir. Desta forma, talvez em um curto espaço de tempo, sejam ampliadas as chances de alcance de alternativas para expansão e continuidade do projeto na região.

4.4.2.1 Cobertura e distribuição dos benefícios

O projeto BB Educar foi implementado com a perspectiva de contemplar todos os 13 municípios que compõe o Aglomerado. No entanto, apesar dos resultados positivos foram observadas algumas limitações que quando corrigidas, podem contribuir para maior distribuição dos benefícios do projeto. Um aspecto relevante se refere às ações, projetos e programas desempenhados por outras instituições, que se encontram implementados por todo o Aglomerado. Observa-se que a diversidade de ações instituídas por diferentes agentes governamentais distribuídas por todo o Território com os mesmos princípios e finalidades (alfabetização) podem dificultar o fortalecimento e a consolidação do projeto BB Educar. Múltiplos planos, projetos e programas todos na mesma direção, podem gerar um esvaziamento e o conseqüente fechamento de alguns núcleos por insuficiência de alunos.

Ações desenvolvidas em conjunto podem ocasionar a concentração de recursos públicos, fortalecendo as relações interinstitucionais, o compartilhamento de espaços sociais, permitindo que a comunidade caminhe com suas próprias pernas. As ações e benefícios promovidos pelo projeto, não poderiam se mostrar enfraquecidos por mudanças

nas administrações locais. As comunidades se sentiriam desmotivadas e à espera de outros planos, programas e projetos que buscassem resolver seus problemas. Desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável pressupõe ampliação de espaços de negociação, projetos e programas estruturados visando iniciar um processo de transformação social.

4.4.2.2 Alcance para população beneficiária

O mencionado projeto foi estabelecido como primeira experiência educacional no âmbito do PDTIS Território dos Cocais, sendo considerada bem-sucedida na medida em que desenvolveu com sucesso o seu principal objetivo de alfabetizar jovens e adultos no Aglomerado. A população beneficiada foi escolhida a partir dos altos índices de pobreza e analfabetismo dentro do nordeste brasileiro. No entanto, apesar dos esforços empreendidos pelos gestores, coordenadores e alfabetizadores do projeto para o pleno funcionamento de todos os núcleos, alguns não se desenvolveram a contento. Apesar das limitações ora mencionadas, de acordo com informações institucionais constantes na página eletrônica da FBB, as expectativas foram correspondidas com 75% de aproveitamento entre os cursistas. A partir destas informações justifica-se a continuidade do projeto na região, que juntamente com outras ações fomentadas no âmbito do PDTIS, podem contribuir com o empoderamento da comunidade local no sentido de alterarem sua realidade socioeconômica.

4.4.2.3 Acompanhamento dos procedimentos internos

Durante o processo de observação acompanhamos alguns procedimentos internos relacionados à organização do evento educacional realizado no Território. Ficou constatado intenso entrosamento entre os gestores da FBB e os coordenadores locais, no que se refere ao alcance dos objetivos do projeto, ou seja, concretização da alfabetização no Território. Entretanto, alguns entrevistados relataram a necessidade de maior participação do CEPES na condução dos trabalhos de mobilização do Território. Observamos ainda, que todos os obstáculos detectados durante o processo de implementação foram amplamente discutidos por todos os operadores do projeto durante a realização do evento. Foi ressaltada ainda, a necessidade de maior participação e envolvimento dos gestores municipais, com intensificação dos níveis de entrosamento entre os educadores e as secretarias de educação de cada um dos municípios envolvidos no projeto.

Devemos ressaltar ainda, que ao final do referido encontro no Território, educadores e representantes dos oito municípios participantes elaboraram a denominada “carta compromisso pela Educação no Território dos Cocais”, que contém propostas e sugestões que poderão contribuir para o fortalecimento das ações educacionais realizadas no Território. Neste sentido, foram mencionadas as seguintes ações:

- Realização de um Fórum regular com a participação de representantes do projeto BB Educar, Brasil Alfabetizado, secretarias de educação municipais, CEPES e outros parceiros, com vistas a encontrar soluções para limitações comuns e compartilhar ações educacionais realizadas no Território;
- Inclusão na agenda comum dos diversos representantes governamentais o “Seminário de Educação de Jovens e Adultos para o Desenvolvimento Sustentável do Território dos Cocais”, com vistas a compartilhar experiências e aprofundar reflexões acerca da dimensão pedagógica utilizada pelos diversos programas e projetos desenvolvidos no Território;
- Promoção de ações que visem maior integração entre representantes das diversas secretarias municipais, gestores e coordenadores do BB Educar, e representantes do programa Brasil Alfabetizado;
- Disponibilização de locais com adequadas condições físicas para implementação de novos núcleos de alfabetização;
- Apoio aos educadores na solução de problemas relacionados ao deslocamento e comunicação no Território;
- Promoção de encontros e discussões regulares entre representantes das diversas secretarias municipais, gestores e coordenadores do BB Educar, e representantes do programa Brasil Alfabetizado, para identificação conjunta das demandas de alfabetização, assim como a definição do perfil dos educadores que atuarão no Território;

- Apoio à criação do denominado “agente de desenvolvimento regional” para o estímulo à integração dos educandos aos programas de geração de renda nos municípios;
- Estimular os educandos a participarem de cursos e seminários promovidos pelos diversos parceiros atuantes no Território, relacionados a temática empreendedorismo;
- Articular e fortalecer as parcerias governamentais e não governamentais para sustentação e continuidade dos projetos e programas educacionais promovidos no Território.

Apesar das mencionadas ações ultrapassarem os objetivos do BB Educar, podemos observar que os educadores têm consciência da necessidade de continuidade e integração dos diversos projetos e programas educacionais ora desenvolvidos, como forma de colaboração para a promoção do desenvolvimento no Território.

4.4.2.4 Análise dos resultados preliminares relativos à implantação do projeto.

Ao analisar os resultados preliminares obtidos com a implementação do projeto BB Educar observamos ganhos importantes para a população local, além do processo de alfabetização ora proposto. Entre os principais podemos citar: reforço ao protagonismo social local; chamamento das instituições para maior envolvimento com ações desenvolvidas junto ao projeto; possibilidade de consolidação do projeto como espaço de diálogo, favorecendo o empoderamento da população quanto à continuidade das ações ao longo do tempo.

4.4.2.5 Síntese do capítulo

Este capítulo tratou de responder à terceira questão de pesquisa, que indaga como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais no Piauí - PDTIS. Neste sentido, primeiramente apresentados os aspectos gerais relacionados à pesquisa. Em seguida, foram descritos e analisados os aspectos relativos à observação direta, com uma breve descrição e análise de uma reunião do comitê gestor, e do Seminário de Educação de Jovens e Adultos realizados no Território em dezembro de 2009. Após foram analisadas as entrevistas realizadas com atores sociais significativos ao programa, através da percepção de cada um acerca do processo de implementação do PDTIS. Por fim, foi analisado o processo de implementação do PDTIS conforme modelo de análise proposto inicialmente. No próximo capítulo apresentam-se as conclusões do presente trabalho.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A discussão acima buscou acompanhar aspectos da implementação do PDTIS no Território dos Cocais, particularmente no que se refere às ações educacionais. Além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se a observação direta e entrevistas com atores sociais significativos no Programa. Para orientar o desenvolvimento dos capítulos de análise, foram estabelecidas três questões de pesquisa.

Questões de pesquisa

Neste sentido, a exploração da primeira questão de pesquisa tratou do papel de políticas de terceira geração na construção de condições de desenvolvimento sustentável no estado do Piauí. O estudo constatou vários programas e planos de diferentes instituições estruturados no estado. Entre eles podemos citar: a intervenção do Ministério da Integração Nacional (Programa Territórios da Cidadania); e da CODEVASF a partir de um diagnóstico socioeconômico e ambiental denominado Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP). Assim, investigamos a metodologia utilizada para construção do referido plano; a divisão do território em aglomerados; os aspectos econômicos e ambientais da região; a estrutura institucional formada para gestão dos projetos de intervenção local; e a estrutura educacional promovida no Estado do Piauí. Todas estas informações indicaram que ações, projetos e programas de intervenção no estado, estão contribuindo para alterações no nível de vida da população local, evoluindo para a construção do desenvolvimento de forma integrada e sustentável.

Na segunda questão de pesquisa foi indagado acerca de como as ações da Fundação Banco do Brasil se inserem na construção de condições de desenvolvimento sustentável no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3). Inicialmente foram enfatizados aspectos gerais sobre o contexto socioeconômico e ambiental desenvolvido no Aglomerado. Em seguida foram descritas as ações implementadas pela FBB no âmbito do PDTIS, a partir da identificação do recorte territorial, ressaltando as diretrizes, objetivos, metas, estratégias, ações efetivadas e em andamento no Aglomerado.

Extraí-se neste ponto que, a partir de diagnóstico básico realizado pela CODEVASF (PLANAP), e estabelecida a área de atuação da FBB, foram estabelecidas parcerias que de maneira coletiva deliberam acerca das ações a serem priorizadas e implementadas. O PDTIS está sendo formulado e implementado dentro da perspectiva de contribuir para o

desenvolvimento territorial integrado sustentável, em conformidade com os objetivos institucionais levando-se em consideração aspectos socioeconômicos, ambientais e educacionais constantes no Território.

Verificou-se que as ações priorizadas e implementadas no Aglomerado não estão se dando de maneira totalmente articulada entre os todos os atores sociais envolvidos. Neste contexto a FBB se destaca por sua capacidade de planejamento e organização das ações do PDTIS. Com isso, a Fundação atrai parceiros importantes para somar representatividade, recursos e esforços na implementação, atingindo ganhos válidos no processo de desenvolvimento territorial integrado e sustentável. É importante ressaltar que tal processo não é desprovido de obstáculos. Alguns desses referem-se à própria organização e promoção de metodologias de gestão e planejamento participativo envolvendo a articulação dos vários parceiros.

No que se refere especificamente às ações educacionais, destacam-se as ações do projeto BB Educar, que apesar de constituir em primeira experiência no Território, se mostrou extremamente importante no processo de alfabetização e no fortalecimento do processo de mobilização e protagonismo social. Uma das limitações detectadas durante o estudo foi o nível insuficiente de articulação dos gestores, coordenadores e educadores com o poder público municipal. Essa limitação, por sua vez, afetou o aprimoramento e estruturação das atividades desenvolvidas.

A terceira questão de pesquisa indaga como as ações da Fundação Banco do Brasil, em educação, se articulam no Aglomerado de Municípios Três, PI (AG3), dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável Território dos Cocais no Piauí - PDTIS. Foram descritos e analisados os aspectos relativos à observação direta, com uma breve descrição e análise de uma reunião do Comitê Gestor, e do Seminário de Educação de Jovens e Adultos realizados no Território em dezembro de 2009. Após foram analisadas as entrevistas realizadas com atores sociais significativos ao programa, através da percepção de cada um acerca do processo de implementação do PDTIS. Por fim, foi analisado o processo de implementação do PDTIS conforme modelo de análise proposto.

Partimos da hipótese de trabalho de que as ações da Fundação Banco do Brasil no âmbito do PDTIS Território dos Cocais, em educação, embora caracterizadas por potencialidades institucionais e financeiras, encontra limitações operacionais relativas à constituição de um planejamento integrado na área em estudo. Pode-se dizer que, em linha

gerais, a hipótese de trabalho tende a ser confirmada pelos resultados colhidos e analisados.

Na perspectiva do PDTIS a Fundação iniciou ações voltadas à educação, implementando na região o projeto BB Educar que tem como objetivo a alfabetização de jovens e adultos. No entanto, durante a implementação do projeto BB Educar no Aglomerado Três, foram detectadas certas dificuldades, entre as quais ressalta-se a necessidade de convivência com vários projetos e programas de diferentes entidades, consolidados no Aglomerado Três. Essas ações têm sido desenvolvidas concomitantemente ao projeto BB Educar, trazendo a necessidade de integração entre os mesmos, para fortalecimento dos objetivos do projeto.

Nota-se também uma necessidade de maior articulação entre os diversos atores sociais locais para minimizar os efeitos das limitações de ordem estrutural, tais como: a disponibilização por parte dos parceiros locais, de espaços adequados para implementação e continuidade dos cursos de alfabetização. Outra questão a ser abordada é a dificuldade de deslocamento no Território que têm limitado o bom desempenho das coordenadoras e dos alfabetizadores junto aos núcleos educacionais.

Limitações e potencialidades

A análise sugere que os atores sociais envolvidos no processo percebem algumas limitações e potencialidades do projeto. As limitações referem-se, principalmente quanto à efetiva implementação da gestão, da participação e da articulação entre parceiros. Outro aspecto mencionado refere-se à grande carência, no Território, de intervenções articuladas, particularmente no que diz respeito à educação formal e à capacitação profissional para geração de trabalho e renda. Por outro lado, os participantes expressam otimismo com o Projeto BB Educar, a primeira iniciativa educacional implementada, em particular com a condução dos trabalhos e com os resultados preliminares e potenciais. Neste sentido, ficou explícita a necessidade de continuidade do projeto no Território.

Sugestões e recomendações

De forma geral, os entrevistados enfatizaram a necessidade de maior envolvimento dos parceiros, que se mostrou em alguns momentos insuficiente para realização de certos objetivos do programa, gerando insatisfação por parte de alguns atores sociais. Neste sentido, recomenda-se o estímulo a uma maior integração dos membros da equipe executiva com os atores sociais participantes do programa. A dificuldade de entrosamento poderá se constituir em obstáculo para a efetividade das ações priorizadas, refletindo, por

exemplo, na agilidade dos encaminhamentos das ações priorizadas. Desta forma, entraves de ordem burocrática poderiam atrasar a implementação das ações no Território, levando-se em conta expectativas da população quanto aos resultados a serem obtidos. Destaca-se ainda, a necessidade de maior mobilização e agilidade dos representantes municipais na escolha e apresentação dos projetos a serem priorizados. Depoimentos revelaram a escassez de projetos a serem apreciados pelos parceiros.

Ganhos a partir das ações

Apesar disso, devemos enfatizar que os ganhos relativos ao PDTIS Território dos Cocais, foram bastante positivos. Esta afirmação se apóia principalmente na constatação de que, na medida em que foram estabelecidas parcerias para o desenvolvimento de estratégias em conjunto, a escolha das ações a serem priorizados está se dando de maneira participativa, levando-se em consideração a escassez na apresentação de projetos a serem apreciados. Outro ponto positivo encontra-se relacionado à criação do Comitê Gestor no âmbito do programa, que por sua vez favoreceu o desenvolvimento de um espaço de diálogo essencial para tomadas de decisões compartilhadas envolvendo os diversos segmentos da sociedade (sociedade civil e poder público).

Foi constatado que, especialmente no que se refere ao projeto BB Educar, estão sendo estimuladas ações voltadas à capacitação e alfabetização da comunidade. Durante o primeiro ano de implementação o projeto alcançou índices satisfatórios no que diz respeito à alfabetização, sinalizando para a continuidade e sustentabilidade na região. Mas para concretização desta sustentabilidade, observamos a necessidade de maior envolvimento das secretarias municipais de educação, e também maiores investimentos em infraestrutura para adequado funcionamento dos cursos. Há, finalmente, o estímulo ao desenvolvimento de novas parcerias para consecução de ações futuras que incentivem a cidadania, provocando o fortalecimento do capital humano dos municípios beneficiados com o projeto.

Perspectivas

De acordo com depoimentos de alguns parceiros, deve-se atentar que com a chegada do PDTIS no Território foram geradas expectativas na população de que seriam realizados grandes investimentos, e conseqüentemente seriam estabelecidas alterações principalmente no cenário econômico regional. Neste sentido, foram geradas grandes expectativas acerca do futuro, com perspectivas de ganhos no curto prazo. Neste sentido, são esperadas principalmente ações voltadas ao fortalecimento do arranjo institucional estabelecido pelo programa; maior ritmo na definição conjunta de prioridades e definições de investimentos; adequada apropriação dos atores sociais dos propósitos estabelecidos

dentro do programa; maior empoderamento dos parceiros e da comunidade local. Por parte da comunidade e também dos parceiros, existe a confiança de que futuramente ações se constituirão alinhadas, e os parceiros estarão sincronizados, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável e integrado no Território.

Diante das constatações apresentadas, sugere-se que a promoção do desenvolvimento seria um processo de grande complexidade, e que de forma geral necessita de apoio político; e que a partir de experiências reais, deve-se extrair e aprofundar conhecimentos voltados à implementação de ações articuladas. Partindo das informações anteriores, apresenta-se ainda como sugestão para aprimoramento das ações em educação no Aglomerado, o incentivo ao processo de alfabetização ligada ao cotidiano do educando, ou seja, de acordo com o modelo estabelecido por Paulo Freire. De acordo com o autor, alfabetização deveria se desenvolver levando-se em consideração o cotidiano e o ambiente de trabalho do alfabetizando, o qual poderá se tornar um processo valorizado contribuindo para a diminuição nos índices de evasão escolar.

Outro aspecto a ser salientado é a inserção da educação ambiental no processo de ensino-aprendizagem como forma de incorporar princípios ligados à preservação do meio ambiente, dando sustentabilidade às ações desenvolvidas pelo PDTIS. Muitas vezes a população local por desconhecimento acerca da temática, acaba contribuindo para a degradação ambiental favorecendo o desaparecimento, por exemplo, de espécies vegetais que poderiam se tornar matéria-prima essencial para a implementação de um processo produtivo. A mobilização da comunidade local para questões relacionadas ao meio natural, se mostra essencial para preservação do próprio ambiente em que vivem. O referido processo educacional poderá se dar em articulação com os parceiros do PDTIS, compartilhando ações bem-sucedidas em outros projetos. Ações relacionadas às questões ambientais encontram-se inclusive em conformidade com os objetivos do PDTIS.

Assim, em resumo, estamos convencidos de que programas e projetos voltados ao desenvolvimento regional e local, com a perspectiva de atuação compartilhada, podem contribuir para superação de limitações de ordem socioeconômica. Pode ser essenciais para mudanças nas condições de vida da comunidade beneficiada, com expectativas de empoderamento e valorização do capital humano local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso. **Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Liberlivro. 2005.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Revista IPEA, n. 630, 1999.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1992.

BEATRICI, Alexandra Ferronato. **Um olhar sobre o letramento nos alfabetizadores e alfabetizando de Andorinha – BA e Bacurituba - MA**. Revista da Alfabetização Solidária, Vol.3, n. 03, p. 7-16, jan/jun. 2003. Editora Unimarco.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e Desenvolvimento: As Múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Unicamp. 2007.

-----, Carlos Antônio. **O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”**. http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/carlos_antonio_brandao.pdf
Acesso em 15/10/2008.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos. **Planejamento regional e a questão ambiental em Santa Catarina: caminhos e descaminhos**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16, p. 83-94, jul./dez. 2007. Editora UFPR.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos. O planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BURSZTYN, Marcel. Política pública para o desenvolvimento (sustentável). **In A difícil sustentabilidade: políticas energéticas e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BURSZTYN, M. et. al. **Elaboração de estudos e pesquisas em desenvolvimento territorial sustentável. Estudo 1: Bases conceituais e teóricas do desenvolvimento territorial integrado sustentável**. FBB, FUBRA, UnB e CDS. Brasília, fev. 2008a.

BURSZTYN, M. et. al. **Elaboração de estudos e pesquisas em desenvolvimento territorial sustentável. Estudo 2: Estudo de experiências de desenvolvimento territorial**. FBB, FUBRA, UnB e CDS. Brasília, julho. 2008b.

BURSZTYN, M. et. al. **Elaboração de estudos e pesquisas em desenvolvimento territorial sustentável. Estudo 3: Estrutura proposta para o programa de desenvolvimento integrado e sustentável - PDTIS**. FBB, FUBRA, UnB e CDS. Brasília, outubro. 2008c.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002. 4 ed.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal**. In: Paviani, Aldo (Org.) Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. p. 223-251.

CIDADE, Lúcia Cony. **Ideologia moderna, planejamento e imagem de cidade na produção do espaço de Brasília**. In: COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana e Mosley Editora PROURB, 2006. (Coleção arquitetura e cidade). p. 71-92.

CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria; JATOBÁ, Sérgio Ulisses. **Regime de acumulação e configuração do território no Brasil**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 20, p. 13-35, 2º semestre de 2008. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/download/cm_artigos/cm20_144.pdf> Acesso em: 08/07/2010.

CODEVASF – Plano de ação para o desenvolvimento integrado da bacia do parnaíba – PLANAP - Síntese executiva Território dos Cocais.

<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planap/>
Acesso: 30/09/2008

CARVALHO, Sonia Nahas. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. Revista São Paulo em perspectiva, 17(3-4): p.185-197, 2003.

CAVALCANTE, Ludmila O. Holanda; JÚNIOR, Luiz A. Ferraro. **Planejamento Participativo: Uma estratégia política e educacional para o desenvolvimento local e sustentável (relato de experiência do programa comunidade ativa)**. Revista *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 161-190, dez. 2002.

CAVALCANTI, Maria Alina Martins Granja. **Crescimento econômico e decomposição da desigualdade de renda no Piauí**. Dissertação de mestrado profissional da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2009.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista RAP, Rio de Janeiro 37(5): 969-92, Set./Out. 2003.

CRUZ, Rosana Evangelista. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?** Revista Educar, Curitiba, n. 22, p. 51-75, 2003. Editora UFPR.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. Introdução: Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e aplicabilidade ao Brasil. In: _____ (Orgs.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG. 2006. p.10-31.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para discussão n. 159. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2001.

DOWBOR, Ladislav. **O poder local**. São Paulo: Brasiliense. 1999.

EVANS, Peter. **Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy**. World Development, Great Britain, v.24, n.6, p.1119-1132, 1996.

FARIAS, Adriana Medeiros. **Uma experiência de consultoria em educação de jovens e adultos no semi-árido do Piauí: os limites das ações do governo federal nas políticas públicas.** Tese de doutorado da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2009.

Fundação Banco do Brasil - FBB. Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável; Território dos Cocais (AG3) – Piauí. Apresentação Final Lançamento PDTIS.ppt. de 22/04/2008.

FILHO, José Camilo dos Santos. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático.** In **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo: Cortez Editora. 2000. p.13-59.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referência teórica.** Anal. e Conj. Belo Horizonte, 1 (3): 107, set./dez. 2006. p.107-127.

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Planejamento ambiental.** Anorgs. Caderno didático n.6. 1ª edição. Santa Rosa. 2004.

FRASSON, Ieda. **Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não governamentais financiadoras de projetos sociais.** Dissertação de mestrado do Departamento Engenharia de Produção: Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

FRASSON, Ieda. **Critérios adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais.** Katálysis. Florianópolis, v.5 n.2, jul./dez. 2002. p.125-132.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 12 ed.

GALLI, Alessandra. **Educação Ambiental como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.** Curitiba: Juruá, 2008.

GANDIN, Danilo. **A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade.** Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). JACOBI, Pedro. **Inovação no campo da gestão pública local. Novos desafios, novos patamares.** Consórcio Quiriri: Programa Intermunicipal de Tratamento Participativo de Resíduos Sólidos da Região do Alto Rio Negro Catarinense. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

JANNUZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas. 1990.

LIMA, Gerson Portela (org.). **Atlas da exclusão social no Piauí.** Governo do Estado do Piauí. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. 2008 <<http://www.cepro.pi.gov.br/atlas.php>> Acesso em: 17/07/2010

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação.** Texto para discussão n.787. Revista IPEA, Rio de Janeiro. abril. 2001.

MORAES, Jorge Luiz Amaral. **Capital social e políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável.** Revista Cent. Ciênc. Admin., Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 196-204, dez. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Religião.** São Paulo: Paz e Terra S.A. 1981. 3ª ed.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. **Desafio do planejamento em políticas públicas.** RAP Rio de Janeiro 40(1):273-88, Mar./Abr. 2006

Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Região dos Cocais; Relatório Preliminar; Território de Desenvolvimento dos Cocais; Perfil dos Aglomerados; SEPLAN/CODEVASF. Brasília, novembro, 2004.

Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/desarrollo/fao-bid/des/pdf/piaui.pdf>>

Acesso em: 28/09/2008

Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da região dos Cocais; Síntese executiva; Território dos Cocais. SEPLAN/CODEVASF. Brasília, novembro. 2004.

Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/desarrollo/fao-bid/des/pdf/piaui.pdf>>

Acesso em: 28/09/2008

Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da região dos Cocais; Relatório Final; Plano de ações estratégicas da Bacia do Parnaíba. SEPLAN/CODEVASF. Brasília, 2006.

Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planap>>

Acesso em: 10/02/2010

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI. Documento Base. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Recife, abril, 2006.

Disponível <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdne.asp>>

Acesso em: 10/08/2010

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte: Plano Meio Norte – Maranhão, Piauí, Ceará. Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, dez, 2009.

Disponível < <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pdsrt/plano.asp> >

Acesso em: 10/09/2010

Programa Territórios da Cidadania. 2008

Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>

Acesso em: 03/07/2010

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido - CONVIVER. 2004/2007.

Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/programasregionais/publicacoes/conviver.asp>>

Acesso em: 03/07/2010.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008 (c. 1995).

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto & ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa – mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

REY, Fernando G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). RODRIGUEZ, César. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Record. 2002.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **A Geografia dos conflitos agrários no campo brasileiro: os dados do governo Lula**. Revista Perspectivas, São Paulo, V.36, p.19-40, jul/dez. 2009.

SOARES, Swamy de Paula Lima. **Educação e Desenvolvimento Sustentável: limites e possibilidades da ação política local**. Dissertação (Mestrado) – UFP/PGE. 2004.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

SOUZA, Donaldo Bello de (org.). RODRIGUEZ, César. **Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania**. São Paulo: Xamã. 2008.

SZYMANSKI, Heloisa (org). ALMEIDA, Laurinda Ramalho de & PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação – a prática reflexiva**. Brasília: Liberlivro. 2008.

STEINMETZ, Wilson. **Educação ambiental, Constituição e legislação: análise jurídica e avaliação crítica após dez anos de vigência da Lei 9.795/1999**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, ano 14, n. 55, p. 189-202, jul/set. 2009.

NEGÓCIO, Carla Danilea Leite & Castilho; ELA Wiecho Volkmer. **Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**. THEODORO, Suzi Huff; BATISTA, Roberto Carlos; ZANETI, Izabel (orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

TORRES, Rosa María. **A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem**. Muitos lugares para aprender. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação. Cultura e Ação Comunitária – CENPEC – São Paulo - UNICEF. 2003.

TORRES, Nilton Ricoy. Planejamento numa sociedade em rede. **Práticas de planejamento colaborativo no Brasil**. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 11, n. 22, pp. 571-591, jul/dez 2009.

WORCMAN, Karen. **A história da Fundação Banco do Brasil: realizar sonhos, transformar realidades** – São Paulo. 2007.
<<http://www.fbb.org.br/portal/pages/publico/livrofbb/index.html>>.
Acesso em: 21/08/2008.

Sites:

Governo do Estado do Piauí <<http://www.pi.gov.br/piaui.php?id=1>>
Acesso em: 17/07/2010.

CEPRO <<http://www.cepro.pi.gov.br/>>
Acesso em: 17/07/2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Sujeito: CITCOCAIS

- 1) Como se deu o processo de escolha do Território dos Cocais - PI como piloto do PDTIS?
- 2) Como se deu o processo de envolvimento da entidade (CITCOCAIS) na implementação do PDTIS?
- 3) Como se caracteriza a participação da entidade no desenvolvimento e gestão do PDTIS?
- 4) Como o CITCOCAIS se insere no processo de gestão do programa de desenvolvimento territorial integrado sustentável (PDTIS) do Território dos Cocais?
- 5) Como a entidade percebe o papel de políticas educacionais, na construção de condições de desenvolvimento socioeconômico do Território dos Cocais?
- 6) Qual a importância da articulação entre os parceiros para o PDTIS?
- 7) Como as ações da entidade (CITCOCAIS), em educação, se articulam dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável (PDTIS) do Território dos Cocais?
- 8) Como se dá para a entidade (CITCOCAIS), a relação entre educação e desenvolvimento sustentável?
- 9) Quais as principais dificuldades encontradas na implementação do PDTIS Território dos Cocais?
- 10) Em sua opinião, qual o papel do PDTIS na criação de condições de fortalecimento, responsabilização e autonomia da comunidade?
- 11) Até o presente momento, quais os principais ganhos com o PDTIS Território dos Cocais?
- 12) Na sua visão, qual o papel das ações desenvolvidas pelo PDTIS, na promoção de um desenvolvimento sustentável na região?
- 13) Quais as perspectivas futuras quanto ao PDTIS Território dos Cocais?

APÊNDICE B – Seminário BB Educar

As fotografias abaixo revelam as atividades desenvolvidas durante o Seminário com a fala de autoridades, a apresentação de alguns resultados obtidos durante o período letivo, além da troca de experiências entre os educadores do projeto.



Fotografia 1 – Seminário de Educação de Jovens e Adultos e Desenvolvimento Sustentável do Território dos Cocais

Autora: Rhêmora F. da Silva Urzêda

Data: dez/2009

APÊNDICE C – Reunião Comitê Gestor

As fotografias abaixo ilustram como se deu reunião do Comitê Gestor na cidade de Esperantina, destacando-se a apresentação de representante da GTZ acerca de projetos desenvolvidos na região.



Fotografia 2 – Reunião Comitê Gestor
Autor: Rhêmora F. da Silva Urzêda
Data: dez/2009

APÊNDICE D - QUADRO DE LEVANTAMENTO E RECORTES TERRITORIAIS EM DOCUMENTOS CONSULTADOS

Documento	Estados	Terr. de desenv. (dos) Cocais	Território dos Cocais	Mata dos Cocais	AG3	AG4	AG27	AG28
PIAUI/SEPLAN; CODEVASF, 2004, p. 6	PI; e mun. MA e CE							
PIAUI/SEPLAN; CODEVASF, 2004, p. 7, 8, 9 e 10	Piauí 4 Macror. Des.: 1 – Litoral 2 – Meio-Norte 3 – Semi-Árido 4 – Cerrado 11 Territ. Des. 26 Aglomerados de Municípios	x 22 mun.	(x)		x	x		
PIAUI/SEPLAN; CODEVASF, 2004, p. 15		x 41 mun.			x 13 mun. (Piauí)	x	x	X
PIAUI/SEPLAN; CODEVASF, 2004, p. 44		x 45 mun.			x	X 09 mun. (Piauí)	x	x
PIAUI/SEPLAN; CODEVASF, 2004, mapa p. 71 e seguintes			x		x Aplicação ITOG Anteprojetos indicados Proposta Gestão Desenv.			
BRASIL, 2006a	PI; e mun. MA e CE MR 1 – Litoral MR 2 – Meio-Norte MR 3 – Semi-Árido MR 4 – Cerrado							
BRASIL, 2006b	MA, CE e PI		x		13 mun. PI	9 mun. PI	10 mun. MA	9 mun. CE
FBB. PDTIS.ppt.	MA, CE e PI		x		x			
Protocolo de intenções de 30/11/2007.				x	x			

Fontes:

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: relatório final : Plano de Ações Estratégicas da Bacia do Parnaíba** / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. Brasília, DF: TDA Desenho & Arte Ltda., 2006a. 130 p. il. (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP; v. 14). Disponível em: www.codevasf.gov.br/programas_acoes/plano-de/.../download
Acesso em: 11/07/2010

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva : Território dos Cocais** / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. Brasília, DF: TDA Desenho & Arte Ltda., 2006b. 68 p. il. (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP; v. 2). Disponível em:
<http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planap/>